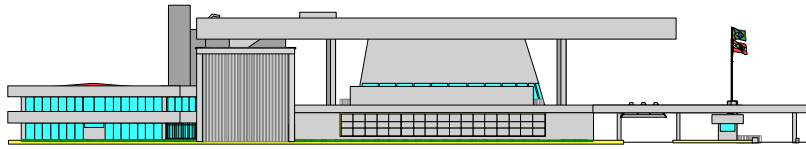


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 22 DE MAIO DE 1998

NÚMERO 4.542

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta

1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelcor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: João Henrique Blasi

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**
Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Wilson Wan-Dall

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
Miguel Ximenes
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Gilson Sorgato
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelton Sorgato
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Pedro Bittencourt Neto

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Idelvino Furlanetto

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Miguel Ximenes
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Miguel Ximenes
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 936**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 050ª Sessão Ordinária
realizada em 13/05/1998..... 2
Ata da 051ª Sessão Ordinária
realizada em 13/05/1998..... 6
Ata da 052ª Sessão Ordinária
realizada em 14/05/1998..... 15
Ata da 053ª Sessão Ordinária
realizada em 18/05/1998..... 19

Atos da Mesa Diretora

Resoluções..... 24

Publicações Diversas

Decretos Legislativos..... 27
Mensagens Governamentais
..... 27
Portaria CGP 32

P L E N Á R I O

ATA DA 050ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 13 DE MAIO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Afonso Spaniol - Ciro Roza - Eni Voltolini - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente

consta do seguinte, senhor Presidente:

PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Gilson dos Santos e outros, que regulamenta a transferência de recursos públicos e dá outras providências.

OFÍCIOS NºS:

672/98, do senhor Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Fazenda, referindo-se ao Telefax nº 0223.1/98, solicitando medidas eficientes para exeqüibilidade à produção nacional de carvão mineral;

730/98, do senhor Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Fazenda, referindo-se ao Telefax nº 0223.1/98, informando sobre a importação do coque chinês.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente e conforme acordo das Lideranças, vamos suspender a presente sessão até as 11h. Inclusive, convocamos todos os Líderes de Bancada para participarem de uma reunião em conjunto com a Mesa Diretora, quando trataremos de importantes assuntos relacionados ao Poder Legislativo.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi

Saretta)(Faz soar a campainha)- Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que se encontra sobre a mesa a justificativa de ausência dos Deputados Wilson Wan-Dall e Francisco Küster.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.

(Procede à chamada dos senhores Deputados.)

Estão presentes 16 senhores Deputados.

Não há quórum para deliberação.

Votação da Mensagem nº 03347/98, de procedência governamental, com prazo para apreciação em 02/05/98, que trata de veto total ao Projeto de Lei nº 277/97, que "acresce o § 4º ao art. 4º da Lei nº 9.830, de 16 de fevereiro de 1995, e altera a redação do inciso V do art. 9º da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996", com a sua discussão encerrada.

Deixa de ser votada por falta de quórum.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 260/97, de procedência governamental, que autoriza a reversão de imó-

vel no Município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quórum.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução nº 006/98, de procedência da Mesa Diretora, que dispõe sobre a reposição dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo e dá outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quórum.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Romildo Titon e outros, que solicita o regime de urgência ao Projeto de Lei nº 04.2/97, que altera o anexo único da Lei Complementar nº 136, de 30 de fevereiro de 1995, encaminhado a esta Casa por meio da Mensagem nº 2044.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Romildo Titon, para esclarecer este projeto.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Senhor Presidente, este projeto de lei é aquele oriundo do Governo do Estado, mais especificamente da Secretaria da Educação. Nós aprovamos um projeto de lei aqui que criou as novas CREs no Estado de Santa Catarina; posteriormente veio um novo projeto criando os cargos. E esse projeto já faz muito tempo que está na Casa e as CREs não podem ser abertas sem que haja as pessoas para conduzi-las.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quórum.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Educação, repudiando o corte de salário dos professores e técnicos administrativos das universidades federais e exigindo imediata abertura de negociações com o Comando Nacional de Greve e atendimento da pauta de reivindicações.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quórum.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que, com amparo no art. 41 e seus parágrafos da Constituição do Estado de Santa Catarina e nos termos do art. 246 do Regimento Interno da Assembléia

Legislativa do Estado de Santa Catarina, solicita a inclusão dos assuntos abaixo relacionados na convocatória da senhora Secretária de Educação e do Desporto: trazer documentos e comprovantes de repasses financeiros dos convênios estabelecidos com as Prefeituras Municipais referentes ao transporte escolar; trazer documentos e demonstrativos da aplicação dos recursos financeiros do salário-educação no período de janeiro de 1998 até a presente data.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quórum.

Requerimento de autoria dos Deputados da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara dos Deputados, pedindo a retirada da Medida Provisória nº 1.647, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente, este requerimento está superado, tendo em vista que a medida provisória foi votada na noite de ontem na sessão do Congresso Nacional.

Então, eu pediria que fosse retirado da pauta o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Fica retirada, portanto, esta matéria.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Secretária da Educação e do Desporto, pedindo providências para a destinação de recursos financeiros para o Colégio cenecista Fátima Rech, no Município de Jaborá.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quórum.

Requerimento de autoria do Deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes e Obras, encaminhando ao julgamento das referidas autoridades o pleito das comunidades de Jaborá e de Ouro, que reivindicam melhorias urgentes na rodovia que liga os dois Municípios, via Distrito Santa Lúcia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quórum.

Indicação de autoria do Deputado Afonso Spaniol, a ser enviada ao Governador do Estado, sugerindo a pavimentação da SC-455, que liga a SC-453 à SC-451, passando por Macieira.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votada por falta de quórum.

Requerimento de autoria do

Deputado Afonso Spaniol, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário do Desenvolvimento Rural e ao Presidente da Cidasc, pedindo a inclusão do Município de Ibiã para atendimento pela regional da Cidasc de Campos Novos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quórum.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o senhor Deputado Vanderlei Rosso, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI ROSSO - Senhor Presidente e senhores Deputados, venho a esta tribuna no dia de hoje indignado com o pronunciamento do Presidente da República no Rio de Janeiro, quando disse que quem se aposenta antes dos 50 anos é vagabundo.

Eu gostaria de dizer a ele que eu me aposentei com 49 anos e cinco meses de idade e contribuí 35 anos para a Previdência Social, porque comecei a trabalhar de empregado com 11 anos de idade. Diferente dele, que, por certo, teve oportunidade de estudar nas melhores universidades e começar a trabalhar com 27 ou 28 anos de idade. Muito diferente!

Um Presidente da República que se diz um filósofo, uma pessoa estudiosa, deveria respeitar as pessoas que residem neste País; deveria ter respeito por aqueles que contribuem para a Previdência Social uma vida inteira e ganham um teto máximo de R\$1.200,00 de aposentadoria! E eu ganho R\$674.036,00, agora vou ter um "aumentozinho" de R\$30,00.

Esqueceu-se ele daqueles que trabalharam no subsolo, nas minas, para gerar energia às indústrias brasileiras, e que perderam a vida pela periculosidade do trabalho ou morreram um ano ou dois anos depois de se aposentarem, com 38 ou 45 anos de idade?!

Ele, que é um estudioso, deveria respeitar e fiscalizar o serviço público, fiscalizar Brasília, a Câmara Federal, o Senado e os órgãos do Executivo, onde se aposentam com valores absurdos, esquecendo-se que o salário mínimo neste País é de R\$130,00.

Ele deveria se preocupar com isso, e não dizer que num País pobre, de pobres, o cidadão não pode se aposentar com 50 anos. Só que quem começou a trabalhar, como o nosso agricultor, desde criança, com 4 ou 5 anos, começando no trato da vaca, do suíno, da galinha para ter o sustento da sua família é que não pode se aposentar antes dos 50 anos!

Um Presidente da República deveria respeitar aqueles que residem nesta Nação! Nós, pessoas mais humildes, até podemos errar e dizer algumas bobagens quando nos pronunciamos, mas o Presidente de uma Nação não pode querer fazer uma ditadura democrática como está fazendo, subornando todos os Partidos Políticos. O próprio PMDB, que foi um Partido das lutas, da democratização desta Nação, ele está subornando quando precisa

de votos para a reeleição! Está subornando no Congresso e no Senado quando precisa dos votos para a reforma que tanto pregam!

Até agora privatizaram várias empresas neste País e nenhum brasileiro sabe onde foi colocado o dinheiro dessas privatizações!

Esse Presidente criou um novo imposto, o CPMF, que seria para tratar os doentes, para salvar aqueles que adoecem, para fazer tratamentos futuros, para a prevenção das crianças, e onde está o dinheiro? Para aonde foi esse dinheiro?

Quero dizer aqui, de viva voz, que não votarei, em momento nenhum, em Fernando Henrique. Contesto as pesquisas nacionais, porque nós vivemos aqui em baixo, na base, fazemos pesquisa diariamente e vemos poucos, mas muito poucos que dizem que votam em Fernando Henrique Cardoso.

Eles têm medo do Lula, porque pregaram que o Lula é o bicho-papão, que o Lula vai acabar com a Nação, vai tirar as terras do povo, vai tirar as fábricas do povo, vai tirar as moradias do povo. Isso é uma grande mentira!

Acho, amigos, que o Brasil precisa de uma mudança, só não sei de que forma. Através de guerrilhas não é um modo bom, não é uma maneira boa de se exercer os direitos, mas através da conversação, do diálogo, da palavra séria das pessoas competentes, das pessoas que têm o poder e dizem a verdade, não têm vergonha de dizer a verdade, não tem vergonha de errar e pedir desculpas. É isso que o brasileiro precisa

O Presidente teve uma derrota por um voto na Câmara por incompetência, talvez, da administração política dele ou por ter perdido Líderes que eram eficientes na sua função. Agora, chamar quem se aposentou com menos de 50 anos de vagabundo, isso não é correto. Um Presidente da República tem que fiscalizar um a um, porque tem alguns vagabundos aposentados, tem alguns que nunca trabalharam aposentados, mas a maioria absoluta, que significa mais de 80% da população aposentada brasileira, ganha um salário mínimo de 130 reais.

Então, este Presidente precisa repensar o seu sistema político, o seu sistema de falar e a conjuntura brasileira. Distribuir cesta básica agora no Nordeste não resolve nada; ou tira as famílias que moram na região da seca ou irriga o Nordeste inteiro, porque a terra é produtiva.

Quando ele era candidato, todos acreditavam que seria um grande Presidente. E se ele se acha um grande Presidente porque diminuiu a inflação... Mas e o resto dos problemas? Na área da saúde é um caos, na educação é um caos, só tem propaganda na televisão, não vejo a educação melhorar em nenhum lugar. A universidade federal está fechada há não sei quanto tempo, e vi na televisão outro dia a universidade caindo aos pedaços, computadores novos em cima de uma mesa com cupim. Isto é uma vergonha para o Brasil! E o senhor Presidente faz um discurso demagogo, viaja por este Brasil inteiro pregando que o Brasil está solucionado, e aí nós olhamos o rombo no déficit público, a quebra de bancos, em que ele

colocou quarenta bilhões de dólares para salvar o sistema financeiro brasileiro. Isto é uma vergonha!

O Sr. Deputado Miguel Ximenes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI ROSSO - Pois não!

O Sr. Deputado Miguel Ximenes - Estava ouvindo atentamente o seu pronunciamento e a indignação que toma V.Exa. neste momento. Fico estarelecido por ver que um Deputado do nosso Partido, o PMDB, tenha este pronunciamento, tenha este posicionamento, uma vez que o PMDB em nível nacional já decidiu apoiar a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Como, então, V.Exa. pensa se posicionar nessa eleição presidencial com o PMDB tomando tal decisão?!

E não é só V.Exa. que está estarelecido com o quadro político nacional, não. Nós agora também vimos que em nível das coligações que estão acontecendo ou que estão se esboçando no País, o eleitor tem mesmo é que ficar estarelecido. Vimos agora notícias dando conta que no Estado do Pernambuco o Governador Miguel Arraes vai ter o apoio do PPB, do Partido Progressista Brasileiro do ex-Governador Paulo Maluf!

Aqui em Santa Catarina também nós estamos a presenciar um quadro totalmente insólito: o Presidente do PSDB fazer uma manifestação de apelo ao senhor Esperidião Amin para que venha a integrar a chapa majoritária, algo que nunca poderíamos imaginar.

Eu imagino como está a cabeça do eleitorado que assiste a esse quadro. E pior ainda, como está a cabeça do eleitorado do PMDB ao ver o Presidente do PSDB fazer esse apelo de joelhos ao PFL e ao PPB para integrar a chapa majoritária, enquanto o Deputado Jorginho Mello, credenciado pelo seu Partido a negociar as coligações, continua a mandar no Banco do Estado de Santa Catarina. Fica administrando do seu gabinete o Banco do Estado de Santa Catarina, enquanto o seu Partido quer fazer oposição ao candidato do PMDB. Seria uma antecipação da privatização sem que houvesse a licitação! E fica o eleitor de Santa Catarina também estarelecido ante este quadro.

Ouvi o senhor Governador Paulo Afonso no dia da convenção, em que saiu vitorioso, contra o meu voto e o do Deputado João Henrique Blasi, dizer que vai fazer campanha, porque saneou o banco, às portas da agência do Banco do Estado de Santa Catarina, enquanto os seus adversários já estão fazendo campanhas dentro das agências!

Realmente o eleitor de Santa Catarina, o eleitor brasileiro tem que ficar mesmo desnorteado neste momento. Era esta a contribuição que eu queria fazer ao seu discurso, porque ele tem realmente muita fundamentação. Assistir o Presidente da República fazer esse tipo de pronunciamento quando teve um Ministro da Previdência, o senhor Reinhold Stephanes, aposentado perto dos 40 anos é algo que não se pode admitir nesse momento.

Parabéns, Deputado Vanderlei Rosso.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI ROSSO - Agradeço pelo seu aparte, Deputado Miguel Ximenes.

Está acontecendo uma parafernália na política brasileira. Na época do PSD e da

UDN, segundo palavras do ex-Governador Ivo Silveira, sabia-se em quem votar, não existiam essas negociatas políticas.

Em nível de Brasil, o PMDB vai ser adversário daquele que for correligionário do Fernando Henrique. E em nível de Santa Catarina, Deputado Miguel Ximenes, está se fazendo uma chapa de família, por isso que o Deputado Francisco Küster está de fora nesta chapa. Ele não é da família, não é da oligarquia dos Ramos, Bornhausen, Amin; ele é Küster, está fora da oligarquia e não entendeu ainda.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti (Intervindo) - Demorou para cair a ficha, como a gente diz.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI ROSSO - Pois não!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Deputado, eu ouvi no Bom Dia Brasil um analista político colocar as derrapadas que o Presidente Fernando Henrique cometeu essa semana. Mas armou uma arapuca para ele mesmo ao chamar certos aposentados de vagabundo, pois ele está entre os vagabundos que ele chamou.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI ROSSO - Ele também é aposentado, e com um salário no mínimo de 10, 12 mil reais. Eu ganho 674 reais, e comecei a trabalhar com 10, 12 anos.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - E ele esqueceu de chamar de trabalhador de qualidade aquele que continua vivendo com o salário mínimo. No Paraguai o salário mínimo é de 220 dólares, no Brasil é 130 reais!

Mas quero cumprimentá-lo, Deputado Vanderlei Rosso, por sua posição política, uma atitude brilhante. E eu gostaria, não apenas pelo seu discurso, mas pela sua compreensão política, de convidar V.Exa. a fazer parte das nossas fileiras, com Lula e Brizola, para podermos apresentar um projeto para o Brasil e afastar, tirar da Presidência quem chama os trabalhadores de vagabundos.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO VANDERLEI ROSSO - Pode ter certeza, Deputado Idelvino Furlanetto, que na fileira de Fernando Henrique Cardoso eu estou fora. Temos aqui os Deputados Pedro Bittencourt, Júlio Teixeira, Odacir Zonta que são defensores dele, mas eu estou fora dessa fileira.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI ROSSO - Pois não!

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Eu gostaria de parabenizá-lo pela coragem do pronunciamento, pela extensão da rotatividade da metralhadora, que começou no Fernando Henrique mas soube muito bem vir também aqui ao Estado de Santa Catarina. Temos algumas figuras de comportamento público e notório, inclusive que sabem fazer a conta muito bem, e um teve a ousadia de vir a esse microfone dizer que sabia fazer a conta quando se pronunciou no voto do impeachment.

Gostaria também de dizer, Deputado Vanderlei Rosso, que, indiscutivelmente, a disputa eleitoral deste ano vai fazer muitas margens, vai ser divisor de muitas águas. O posicionamento de alguém que tem história, como o MDB tinha história de atuação firme contra vários desmandos e vários autoritarismos no nosso País, o pronunciamento de V.Exa. vem exatamente nessa linha de divisor de águas.

Tenho clareza, Deputado Vanderlei Rosso, que V.Exa. estará conosco no palanque do Lula, do Brizola, contra Fernando Henrique,

como tenho a expectativa de que V.Exa. esteja também no palanque do Deputado Milton Mendes de Oliveira, porque, com certeza, V.Exa. não irá para a porta de banco, para a porta do Besc, como o Governador Paulo Afonso andou afirmando na convenção, para pedir votos. V.Exa. com certeza não irá.

Então, quero parabenizá-lo pelo seu discurso, principalmente por colocar na sua alocução toda a realidade da disputa eleitoral tanto em nível da Presidência da República quanto em nível aqui do nosso Estado.

Também somo-me a essa indignação nacional em relação às declarações do Presidente Fernando Henrique, que chamou de vagabundo todos aqueles que não estudaram na Sorbonne, todos aqueles que não tiveram oportunidade de ter a família lhes sustentando até faixas etárias mais elevadas, que começaram a trabalhar com pouca idade, muitos inclusive antes da idade legal, antes dos 14 anos, e que, portanto, quando se aposentam com 50 anos ou com menos de 50 anos, indiscutivelmente já trabalharam muito mais anos do que os anos trabalhados pelo senhor Fernando Henrique, pelo senhor Reinhold Stephanes e outros assessores diretos do Presidente Fernando Henrique.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI ROSSO - Muito obrigado, Deputada Ideli Salvatti,

O Sr. Deputado Odacir Zonta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI ROSSO - Pois não!

O Sr. Deputado Odacir Zonta - Deputado Vanderlei Rosso, vou tentar completar o quadro de estarecimento levantado aqui pelo Deputado Miguel Ximenes, lembrando de como estaria a situação do PMDB e dos históricos do PMDB com essa reviravolta do Governador retornando e, agora, com a posição de Pinho Moreira, que antes de viajar reuniu-se com ele secretamente, deixando o pessoal a ver navios, até porque estão perto do mar.

E certamente, depois da autoritária intervenção do PT no Rio de Janeiro, está tudo igual, o eleitor realmente deve estar se perguntando o que está acontecendo com os Partidos Políticos deste País sob o aspecto partidário.

Eu sou aposentado também, como V.Exa., que trabalhou e está trabalhando ainda para a Previdência. Recebo R\$760,00, pagando Previdência durante dez anos sobre o teto e durante mais vinte e poucos anos sobre a contribuição pela escala-vida.

Agora, como é que fica o Lula, que se aposentou também? Deve estar indignado pelo Presidente colocá-lo na lista, ele, que sempre trabalhou muito.

Como ele está, também, nesta lista, Deputado Idelvino Furlanetto? Certamente, deve estar muito brabo, porque essa expressão usada pelo Presidente, realmente, não diz a realidade daqueles que sempre trabalharam e se aposentaram com dignidade e com um saláriozinho que não dá para ver.

Eu faço eco à sua manifestação. E como membro ligado à agricultura, mesmo estando no Partido que na sua cúpula vai oferecer apoio ao Fernando Henrique, hoje, em sã consciência, não tenho opção para Presidente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI ROSSO - Esse é o quadro que se espelha: ver Deputado do PMDB, do PPB que não concordam com a posição nacional. O PPB

também foi tomado de rodo, através do seu maior Líder, Paulo Maluf, que negociou a sua candidatura no Estado de São Paulo.

Então, cada um está olhando o seu lado, ninguém mais olha o povo. Ninguém mais olha o povo, todo mundo abandonou o povo e está resolvendo equações próprias, que é o que está acontecendo em nível nacional e em nível de Estado.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI ROSSO - Com a palavra o senhor Deputado João Henrique Blasi, grande Líder da nossa Bancada.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - A par de cumprimentar V.Exa. pelo oportuno pronunciamento, quero afirmar que essa desrespeitosa manifestação do Presidente Fernando Henrique Cardoso só faz aumentar em mim a certeza do equívoco cometido pela Convenção Nacional do Partido, ao emprestar-lhe apoio já no primeiro turno.

Desde aquela oportunidade publicamente me manifestei no sentido da incoerência do Partido e de que esse apoio que está sendo dado é um apoio equivocado e que os grandes Líderes do Partido vão ser responsabilizados historicamente por essa inclinação.

Penso que teremos oportunidade, ainda, na convenção de junho, de tentar resolver essa questão, e já se esboça um movimento no PMDB nacional, a partir de Minas Gerais. Tenho recebido, reiteradamente, manifestações do Deputado Líder da Bancada do PMDB em Minas Gerais, no sentido de que o PMDB tenha candidatura própria.

A candidatura do ex-Presidente Itamar Franco é uma que tem credibilidade, e o Partido precisa ter a sua bandeira, não ir de reboque a outros que aí estão, em cuja gestão não têm consultado os superiores interesses da Nação.

Por isso, cumprimento V.Exa. e entendo que o PMDB tem que rever a sua posição e tem que ir com candidato próprio no primeiro turno. Não é possível essa adesão incondicional a este Governo que aí está e que não tem feito nada, ou muito pouco tem feito para aquelas cinco prioridades que foram colocadas.

A Agricultura é um caos, a Segurança Pública idem, a Educação, enfim, aquilo que era prioridade, nem isso, não foi atendido.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO VANDERLEI ROSSO - Muito obrigado, Deputado João Henrique Blasi.

Na realidade o PMDB cometeu um grande equívoco em nível nacional, tomando essa decisão antecipada de apoiar o Presidente Fernando Henrique. O nosso Partido pode lhe dar sustentação política no Congresso, naquilo que é bom para a Nação brasileira, naquilo que é bom para o povo. Agora, não pode dar é suporte político para uma reeleição daquilo que o Presidente não está cumprindo com o que disse no seu plano de Governo.

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI ROSSO - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Deputado Vanderlei Rosso, tenho acompanhado o pronunciamento de V.Exa., os apartes que agora me foram oferecidos, todos eles, também, concordando com a manifestação de V.Exa., no sentido da infeliz, da lamentável manifestação do Presidente da República, numa

expressão usada indevidamente, que atingiu a honra, sem dúvida, de grande parte da população brasileira.

Eu também me associo a essa manifestação, entendendo-a lamentável, destemperada, descabida e que não condiz com aquilo que nós conhecemos do comportamento, da manifestação, da personalidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, inegavelmente, é um homem de um passado e de um presente, confesso, que admiro muito. Tenho admiração por ele, sim, verdadeiramente, não só partidariamente, não só pelo meu Partido participar da sua administração, fazendo-o de forma transparente e clara, sem subterfúgios, sem apoios escondidos na calada da noite, mas desde o primeiro momento, quando ele não tinha nem percentuais para ganhar a eleição, o PFL o apoiou, apoiou e apoiou-o na reeleição. Nós estamos convencidos que ainda é esse o melhor caminho para o Brasil, para as suas transformações, para as suas mudanças, para a sua modernização. Mas é lamentável, sem dúvida, e eu manifesto isto como Presidente do Partido, a expressão utilizada pelo Presidente.

Agora, Deputado Vanderlei Rosso, se concordo com V.Exa. quanto à manifestação do Presidente na expressão utilizada, devo também dizer que discordo totalmente sobre outros posicionamentos aqui colocados pelo nobre Colega e outros Deputados que aparteam V.Exa.

Quanto à indagação de V.Exa., eu a respeito, porque sei que parte de um homem de bem, de um homem que tem um passado, de um homem que construiu a sua vida privada e a sua vida pública com luta e com sacrifício. Então, em hipótese nenhuma, posso ver carimbado no amigo e no Deputado um rótulo desta forma.

Eu quero dizer a V.Exa. que também neste instante poderia ser um dos beneficiários. Veja o que acontece com a nossa legislação: tenho quarenta e dois anos de idade, e se hoje desejasse, poderia requerer a minha aposentadoria. Não o faço, senhor Deputado, porque entendo que não é apropriado, não é justo. Estou consciente que estou perdendo pessoalmente. Eu sou servidor público, poderia acumular, se aposentado fosse, os meus proventos com o exercício do mandato legislativo. Não o faço porque penso um pouco mais do que na individualidade do cidadão, eu penso no coletivo.

Eu acho que devemos analisar também o Presidente da República muito mais do que um Parlamentar, mas no coletivo do Brasil, dos cento e sessenta milhões de habitantes, com os problemas difíceis que nós temos e que enfrentamos hoje, como a fome, a seca e os saques que estão acontecendo no Nordeste.

Inegavelmente o País precisa encontrar soluções que sejam rápidas e urgentes para que possam solucionar os problemas da população brasileira. E sabemos que a Previdência Social está sugando vários recursos dos cofres públicos e causando também os transtornos, ou colaborando para esses transtornos. Portanto, as mudanças são necessárias.

É lamentável a declaração. Mas tenho certeza de que V.Exa. deverá pensar bem também sobre o assunto. Tenho certeza de que V.Exa. também deseja o melhor para este País. E V.Exa. deverá, como partidário que sempre foi, acompanhar o seu Partido nessa decisão que, pelo que sabemos, será, sim, confirmada e homologada agora, no mês de

junho, quando deixará o topete para continuar caminhando com o rumo certo para o Brasil para o próximo milênio.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI ROSSO - Nobre Deputado Pedro Bittencourt, agradecendo pelo aparte de V.Exa., quero dizer que a minha posição é muito clara e simples de ser analisada.

Na aposentadoria pela Previdência Social, Deputado Pedro Bittencourt, o teto máximo é R\$1.200,00, agora está subindo para R\$1.300,00. O que o Governo cobra de Previdência Social das empresas e dos que pagam como autônomos é um absurdo. E ainda dizer que terá um rombo de 40 bilhões a Previdência, é uma grande mentira! Eu não posso concordar com isso. Como não posso concordar com o serviço público uma viúva de um aposentado da Secretaria da Fazenda, mulher de um Fiscal da Fazenda, ganhe nos seus proventos produtividade. Isso é um absurdo! Isso não pode mais acontecer no Brasil.

Então, eu acho que a solução da Previdência, Deputado Pedro Bittencourt, quando 80% dos brasileiros são aposentados com um salário mínimo, e não sei como eles vivem, é uma coisa muito complicada. É uma discussão que talvez leve muito tempo, mas que tem solução, se forem tomadas medidas sérias e medidas eficientes.

Eram essas as minhas palavras, se-

nhor Presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Deputado Odacir Zonta.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Senhor Presidente, senhores Deputados, funcionários, funcionárias da Casa e visitantes, assomo esta tribuna para, com muito regozijo, dizer da satisfação de uma conquista que acabo de receber de Brasília, que é a cópia do expediente do Tribunal Superior Eleitoral, encaminhada ao Presidente do TRE, autorizando a votação eletrônica no Município de Concórdia.

Essa é uma conquista em que houve gestões para isso e coloca o nosso Município de Concórdia no rol dos Municípios cuja eleição vai ser informatizada, ou seja, no avanço tecnológico que se impõe para uma ação democrática, livre e soberana.

Certamente é uma conquista do povo de Concórdia, de todos os eleitores e que deverá ser adotada pelo Tribunal Regional Eleitoral. Aliás, quero destacar o grande trabalho desenvolvido e o esforço do ex-Presidente, Dr. Schaefer, e do atual Presidente, Dr. Eder Graf, para que isso viesse a se consumir, porque seria injusto deixar de acontecer eleições eletrônicas em Concórdia

apenas pela deficiência no ano de 1994, de apenas 70 votos, para alcançar o requisito necessário. Sabemos que agora o número de eleitores cresceu e está perfeitamente enquadrado dentro das exigências da lei.

Por isso, quero aqui dizer do prazer e da satisfação de receber essa notícia da conquista do povo concordiense, assim como reconhecer e agradecer pelo esforço tanto do ex-Presidente como do atual Presidente do TRE.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Feito esse registro, ao qual também nos solidarizamos, continua livre a palavra.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para hoje, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário, votação das matérias que constavam da pauta da sessão desta manhã que tiveram sua discussão encerrada mais os requerimentos de nºs 270, 271 e 272.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 051ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 13 DE MAIO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Hermeus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura do expediente.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Ivo Konell, que revoga o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 10.609, de 28 de novembro de 1997;
- de autoria do senhor Deputado Ivo Konell, que insere parágrafo no art. 13 da Lei nº 10.472, de 12 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política florestal do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Era o que constava do expediente,

senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o senhor Deputado Gervásio Maciel, a quem concedemos a palavra.

O SR. GERVÁSIO MACIEL - Senhor Presidente, senhores Deputados, estamos a percorrer a nossa região eleitoral e até outros Municípios, evidentemente nessa caminhada que já se antecipa às eleições de 1998, e é normal que nós sejamos inquiridos, interrogados sobre situações que ocorrem no interior, muitas delas às vezes até surpreendentes.

Dias atrás, recebemos a queixa de uma professora ACT de uma escola estadual (inclusive feita pelo nosso Governo) que foi encampada pela Prefeitura, ou seja, foi municipalizada, dizendo que ainda não recebeu o salário da parte do Governo.

Eu pedi a documentação, embora não tenha recebido ainda, para que se possa comprovar que o Governo ainda não repassou às Prefeituras o dinheiro correspondente ao mês de agosto do ano passado. Vai fazer um ano agora em agosto vindouro que Prefeituras não recebem os recursos oriundos de convênios firmados no Governo passado (nosso) correspondente à municipalização das escolas.

Então, nós estamos entrando com um pedido de informação, achando até que é impossível que um Governo que desfila todo final de semana distribuindo cheques às Prefeituras, principalmente para as Prefeituras dos históricos, hoje mais interessantes, não esteja dando respaldo, não esteja cumprindo

com respeito o salário dos funcionários públicos. E sabemos que é muito pouco o que ganha uma professora municipal, uma professora ACT, que não tem direito algum, porque é apenas um contrato temporário - por semestre ou anual -, que não lhe dá garantia nenhuma, muito menos de receber o salário no final do mês, de seu legítimo direito.

Então é lamentável essa situação. Estou entrando, como disse, com um pedido de informação, e até me constrange falar aqui agora que isso realmente é verdadeiro.

Nós sabemos que o 13º salário não foi pago até hoje, apesar das promessas do Secretário de pagar no dia 10, depois no outro dia 10... Até de Secretário que nós acreditávamos que era verdadeiro, e para um Secretário falar isso tem que ter no mínimo as informações, porque ele as detém na Secretaria da Fazenda e pode garantir se paga ou não. A menos que desviem o dinheiro para outras finalidades, porque Secretário da Fazenda não pode falar abobrinha, pois ele tem as informações de todo o Estado diariamente na sua mesa.

Então, a nossa tristeza realmente é de vir aqui para falar de uma situação como esta. E se não foi pago, vamos pedir à Secretária da Educação agora que envie esforços no sentido de cumprir os seus convênios.

O Secretário da Fazenda da mesma forma, que faça a gentileza de cumprir o convênio com as Prefeituras e resgatar essa dívida, que é um assalto, é uma ofensa, é uma indignidade para um Governo do Estado que arrecada R\$180.000.000,00 por mês, ou seja, um Governo que teve um aumento na sua receita de 80%, comparando com 1994, no

Governo Kleinübing.

Não pode, não deve e não há justificativa para um ato desta natureza, ou seja, deixar os professores das escolas do interior, professores que dão aula ao mesmo tempo para quatro séries (e falo de cadeira, porque em 1960 iniciei a minha vida profissional como professor em Petrolândia) sem receber seus vencimentos.

Tem que ser um verdadeiro artista o professor que dá aula para quatro turmas ao mesmo tempo. Isso ocorre no interior, e hoje está melhor essa situação com a nucleação das escolas.

Estamos em defesa dos professores que não receberam seus salários e de Prefeituras que pagaram os professores com recursos próprios.

O Prefeito que pagou com recursos próprios não terá documentos para prestar contas ao Tribunal de Contas. Ele não pode pagar uma despesa de terceiro, já que o funcionário é de responsabilidade do Estado, e não tem como prestar contas quando receber o dinheiro atrasado.

Isso complica a vida do Prefeito, porque está antecipando dinheiro para o pagamento de professores, cuja despesa não deve e não pode sair pelos cofres públicos mas, sim, apenas 50%, como estabelece o convênio.

Por isso a nossa indignação, e apelamos à Secretária da Educação, ao Secretário da Fazenda e ao Governador para que digam se é verdade que está atrasado desde agosto. Tem que se colocar um ponto de interrogação nisso, não posso imaginar que um Prefeito que tenha recebido os recursos diga ao professor que não irá pagar o salário porque não recebeu do Governo do Estado.

Acredito que todo Prefeito, ao receber, vai querer saldar a dívida com seu funcionário, porque essa é a regra. Nós, empresários, estamos sempre preocupados em saldar o salário do trabalhador. Neste Poder, todos os seus Presidentes têm preocupação de em tal dia pagar o salário do funcionário. É um dever, uma obrigação, não há como fugir disso.

Lamentavelmente, o Governo não paga, e como exemplo temos o 13º salário. Isso é um desgoverno! Não há como o Governo não ter provisionado, já que teve uma arrecadação aumentada significativamente, o 13º salário.

Nós sabemos que o Governo pagou o 13º salário para os que ganham menores salários, mas neste caso, os professores nem estão reclamando do 13º, porque não receberam nem o salário do mês, o principal, como se costuma dizer.

Portanto, o nosso protesto, a nossa indignação é para que o Governo se sensibilize não pelo pronunciamento deste modesto Deputado, mas por uma justiça até cristã, porque é indigno e até não cristão saber que professores estão trabalhando há quase um ano (vai fazer um ano em agosto) sem receber o seu minguado salário. E nós sabemos o quanto é duro viver o mês inteiro com um pequeno salário, imagine sem recebê-lo!

Por isso fazemos este registro, lamentando ter que vir a esta tribuna para colocar esta situação, que é constrangedora, mas é, pelo que se tem notícias, a situação do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores

Deputados.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente e senhores Deputados, ocupo a tribuna neste horário de Breves Comunicações porque, quando aqui adentrei, às 12h10min, tive a notícia de que o Deputado Miguel Ximenes, que de longa data não se manifestava nesta tribuna, havia feito hoje aqui um pronunciamento tecendo várias considerações a respeito do momento político que vivemos, tendo particularizado algumas situações.

Como o Deputado Miguel Ximenes, sem nenhum demérito a qualquer outro Deputado, sempre foi um tribuno por excelência, um homem aguerrido, um homem lutador, um homem de posições, senti-me muito frustrado por não poder participar daquele seu pronunciamento hoje pela manhã, que evidentemente deve ter sido digno de elogios e até de algumas surpresas, conforme foi demonstrado por alguns Companheiros que tiveram a honra de ouvir o eminente Deputado.

Então, às 12h10min eu pedi ao Deputado Miguel Ximenes que me desse a condição de ouvi-lo de viva voz, porque uma coisa lida é uma coisa lida, uma coisa espontânea dá muito mais condições de vislumbrarmos os gestos, as manifestações, a ênfase, que sempre foi própria deste que é, sem dúvida alguma, além de meu amigo, um dos Deputados a quem tenho o maior respeito e admiração.

Confesso que estava com muita vontade de ver o Deputado Miguel Ximenes retornar à tribuna, coisa que jamais deveria ter deixado de fazer, mas assim fez por um período até certo ponto longo, especialmente conhecendo a sinceridade, os princípios do Deputado.

Assim sendo, eu gostaria de ter hoje, talvez no horário reservado ao PMDB ou até no horário destinado ao nosso Partido, este diálogo com o eminente Deputado Miguel Ximenes.

Na minha concepção, hoje pela manhã ele deve ter colocado algumas questões importantes para o Estado de Santa Catarina, e com a perspicácia, com a inteligência, com o espírito público que tem o Deputado Miguel Ximenes, certamente nós seríamos iluminados pela sua inteligência para, talvez, achar algumas decisões que até esse momento não puderam ser concretizadas.

Deputado Luiz Herbst, V.Exa., que é um Deputado da região de Mafra, um Deputado que, confesso, também aprendi a admirar, exatamente pela sua simplicidade, pela sua maneira de ser, não teve a oportunidade de ver inúmeras vezes, diria que até diariamente, o Deputado Miguel Ximenes, em respostas a pronunciamentos ou em defesa de tese, de posições ideológicas, fazer brilhantes e excepcionais discursos nesta Casa.

Então, o seu retorno, que evidentemente não foi por culpa deste Deputado nem da Bancada que lhe faz oposição, deve ter sido por algum problema de ordem eu não diria pessoal, mas algo maior que o impossibilitou de vir aqui defender as ações governamentais, até porque o Deputado

Miguel Ximenes foi um dos Deputados que mais defenderam a candidatura de Paulo Afonso Evangelista Vieira nesta tribuna.

Eu me lembro muito bem que quando era questionada a indicação de Paulo Afonso, o Deputado Miguel Ximenes veio aqui com muita ênfase, com determinação, e defendeu intransigentemente que o atual Governador deveria ser o candidato do PMDB na época.

É claro que não teve a recíproca do atual Governador, uma vez que ele, como primeiro suplente, só assumiu depois de um longo período, e mesmo assim pela ida de um companheiro dele ao Tribunal de Contas do Estado.

O Sr. Deputado Udo Wagner - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Udo Wagner - Deputado Gilson dos Santos, eu quero ser solidário ao seu pronunciamento, porque nós conhecemos bem os Deputados em questão e sempre testemunhamos a garra e a determinação com que o Deputado Miguel Ximenes defendia o Governo. Ele foi maltratado pelo Governo que sempre apoiou com determinação, assim como também o Deputado Luiz Herbst, que é de Mafra.

Compomos uma Bancada Suprapartidária e, como Deputado Luiz Herbst está nesta Casa pela primeira vez, nós, com um pouco mais de experiência, o advertíamos pelo fato dele estar sempre defendendo o atual Governo com garra, com determinação. Qualquer coisa que se falasse, ele dizia que na região dele estava tudo resolvido, parecia até que a região de Mafra era a Europa. E agora eu o vejo meio macabúzio, meio solitário, desprezado pelo atual Governador. Foi usado, sim, pela boa formação que ele tem, porque eu o conheço, pelo seu caráter, pela sua personalidade. Sempre defendeu o Governo e agora estão querendo tirá-lo da possibilidade de reeleição, de voltar a ocupar novamente uma das quarenta cadeiras da Assembleia Legislativa.

Quero dizer ao Deputado Luiz Herbst que se o meu Governador fizesse isso comigo, a coisa não ficaria assim não! V.Exa. merece mais respeito do atual Governador, por seus serviços prestados e pela sua determinação em sempre apoiá-lo.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Eu agradeço a sua manifestação, Deputado Udo Wagner, e incorporo-a ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Gilson dos Santos, comungo com V.Exa. quanto às referências elogiosas que fez ao Deputado Miguel Ximenes, porque eu também entendo que ele é, sem dúvida nenhuma, um dos maiores tribunos aqui da Assembleia Legislativa.

Também não tive o prazer de ouvir o pronunciamento do Deputado Miguel Ximenes, mas o serviço de som deve ter gravado o brilhante discurso do Deputado Miguel Ximenes. Assim sendo, sugiro que nós dois o escutemos para depois fazer algum comentário a respeito.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Deputado Onofre Santo Agostini, quero dizer a V.Exa. que isso não me satisfará, uma vez que eu preciso ver exatamente o semblante, os gestos, as manifesta-

ções, o entusiasmo e a ênfase que o Deputado Miguel Ximenes sempre colocou nos seus pronunciamentos.

É raro eu chegar atrasado na reunião da Assembléia Legislativa, mas é que hoje fui resolver um problema de ordem pessoal e não tive o privilégio de ouvir o até esse momento silencioso Deputado Miguel Ximenes. E eu acho que esta Casa perde muito quando o Deputado não nos dá a honra de ouvi-lo neste microfone.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Só desejo dizer uma frase: até pode ser silente o Deputado Miguel Ximenes, mas o que ele tem pensado ultimamente...!

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - E quanto mais o Deputado Miguel Ximenes pensa, no momento em que ele exterioriza esses seus pensamentos nós, sem dúvida nenhuma, aumentamos o nosso conhecimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Como ainda restam três minutos no horário de Breves Comunicações, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso do horário, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros quinze minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Gelson Sorgato, por até quinze minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Senhor Presidente, senhores Deputados e senhora Deputada, ontem nos pronunciamos devido a uma medida provisória da Presidência da República que diz respeito à região Oeste de Santa Catarina, e hoje retornamos à tribuna, no horário do PMDB, para relatar e novamente discuti-la com os Deputados que representam a região e com os demais Parlamentares.

A Medida Provisória de nº 1.531-18, de 29 de abril de 1998, autoriza a encampação de serviço de energia elétrica prestado pela Cooperativa Mista de Desenvolvimento Regional - Cemic (antiga Commoc, com sede na cidade de Xanxerê).

(Passa a ler)

"Art. 1º - Fica a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel - autorizada a promover a encampação do serviço de energia de que é permissionária a Cooperativa Mista de Desenvolvimento Regional - Cemic, com sede no Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, em virtude das Portarias nºs 215, de 05 de setembro de 1977, e 187, de 05 de julho de 1979, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - Dnaee.

Art. 2º - Para pagamento da indenização dos bens e instalações vinculados ao serviço encampado, porventura ainda não amortizados, a Aneel utilizará recursos da Reserva Global de Reversão - RGR - de que trata a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, alterada pela Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993.

Art. 3º - Uma vez atendido ao disposto do artigo anterior, os bens e instalações objeto da encampação serão transferidos, por ato da Aneel e nas condições previstas na legislação em vigor, às concessionárias locais do serviço público de distribuição de energia elétrica, de modo a garantir a continuidade do fornecimento aos

consumidores até então atendidos pela Cemic.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de maio de 1998."

Senhores Parlamentares, Deputados Odacir Zonta, Neodi Saretta, Pedro Uczai, Idelvino Furlanetto, Luiz Herbst, Afonso Spaniol, Deputado Gilson dos Santos, Deputado Eni Voltolini, Deputado Gervásio Maciel, inclusive o nosso ilustre Deputado Miguel Ximenes, tão bem lembrado pelo Deputado Gilson dos Santos...

Deputado Miguel Ximenes, fugindo um pouco do assunto, quero dizer que V.Exa., na Legislatura passada e nesta Legislatura, sempre foi um árduo e bom tribuno, apesar do Deputado Gilson dos Santos lhe provocar, inclusive o Deputado Luiz Herbst...

O Sr. Deputado Gilson dos Santos (Intervindo) - Eu não provoqueei o Deputado Miguel Ximenes. Pelo contrário, eu ouvi o que o Deputado Miguel Ximenes disse.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Mas estavam com o intuito de dar uma alisada, de dar uma boa ensaboadas.

Mas aqui neste momento nós queremos, senhor Presidente, dizer da importância da encampação da antiga Commoc.

Os Prefeitos Municipais, o Sindicato dos Trabalhadores, dos Produtores, os Vereadores, as Lideranças regionais, os Deputados Estaduais, os Deputados Federais da região, Valdir Colatto, Neuto De Conto, Hugo Biehl, Dércio Knop, Milton Mendes, percorrem a região e sabem da importância que tem a encampação da antiga Commoc.

Há mais de dez anos se faz necessária a encampação desse serviço prestado pela antiga Comoc, hoje Cemic, um serviço relevante, que contribuiu para o desenvolvimento, para o progresso daquela região.

Mas hoje aquele serviço já não consegue atender a contento a população rural nem a urbana, inclusive com custos até 100% maiores nas tarifas, na cobrança aos agricultores, e sem as mínimas condições para a recuperação dessas redes de eletrificação.

E foi numa audiência pública no Pavilhão Comunitário da cidade de Xanxerê, com a participação de representantes da Aneel, do Ministério Público e de representantes políticos, que tivemos a satisfação de ouvir dos consumidores aquilo que os prejudicava, como a antiga Commoc. Quando um agricultor denunciava a Comoc, hoje Cemic, por não prestar seus serviços, ele tinha a sua energia cortada, prejudicando suas atividades na suinocultura, na avicultura, criando problemas sociais.

Então, não bastassem as dificuldades que o nosso pequeno e médio produtor passa na agricultura, sem ter uma renda mínima para a sua sobrevivência, ainda tínhamos esse ingrediente da antiga Commoc, que usou da parte jurídica do seus estatutos, Deputado Neodi Saretta, para convocar às 6h os seus associados, para não abrir mão do privilégio da sua diretoria. Não digo dos seus funcionários, porque em consideração a eles, aos mais humildes - a

Celesc e a própria hidrelétrica irão encampar esses serviços na sua jurisdição, na concessão -, é que nós precisamos desta ação do Governo Federal, do Ministério das Minas e Energia, ação esta que veio em boa hora para os produtores rurais de Santa Catarina, especialmente os do Oeste.

Espero que possamos aqui elaborar um documento e encaminhá-lo para a Bancada Federal, que tanto se esforçou para termos essa solução, e ao Ministro das Minas e Energia, dizendo que continuem dando apoio para que chegue à sua conclusão essa encampação, através de medida provisória, desse decreto do dia 11 de maio de 98.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Gelson Sorgato, nosso aparte vai na mesma linha de raciocínio que V.Exa. está desenvolvendo da tribuna.

Os Anais da Assembléia Legislativa são a prova documental das muitas vezes em que a tribuna desta Casa foi ocupada por Deputados, dentre eles V.Exa. e este Deputado, pedindo a encampação dessas redes da atual Cemic, antiga Comoc, pela Celesc.

Os Anais desta Casa têm o testemunho de todos os depoimentos que foram dados, inclusive o registro daquela memorável audiência pública realizada em Xanxerê em meados de fevereiro deste ano, que no nosso entendimento foi o momento mais decisivo para essa decisão tomada no dia 11 de maio em Brasília, audiência promovida pela Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica -, na qual estivemos nos fazendo presente.

Por isso ontem, ao comentarmos essa decisão, classificávamos como uma das decisões mais importantes havidas nos últimos tempos, especialmente para aquelas famílias atingidas.

Talvez as demais pessoas não alcancem a dimensão do que isso representa, mas para aqueles consumidores e para nós, Deputado Gelson Sorgato, que acompanhamos há tanto tempo, que lutamos tanto por essa reivindicação, essa decisão realmente significa muito.

Eu espero apenas que isso seja o ponto final daquela verdadeira novela de encampação, para que aqueles consumidores possam ter tranquilidade.

Concordo com V.Exa. também no sentido de que tivemos apoio da nossa Bancada Federal, de muitas lideranças sindicalistas, de consumidores. Eu creio que não existe uma paternidade única, existe, sim, uma paternidade de todos aqueles que lutaram, e foram muitos.

Só temos a agradecer àqueles que nos auxiliaram nessa luta.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Deputado Neodi Saretta, sabemos da sua luta, inclusive, não como Parlamentar desta Casa, mas como Vereador representante da região de Concórdia, do seu trabalho para a solução deste grave problema da antiga Commoc.

Nessa audiência a Aneel tomou essa decisão, e esta Casa tem que parabenizar todos os sindicatos dos

trabalhadores rurais e dos produtores que se envolveram para a solução desse problema da nossa região.

O sindicato é quem realmente convive com o nosso produtor, com o nosso colono, com o homem do campo. É ele que sabe, mais de perto, inclusive, das dificuldades por que passam os nossos agricultores.

Então, dito isso, Deputado Neodi Saretta, acredito que esta Casa, os Deputados que representam aquela região e o Congresso Nacional cumpriram com o seu dever referente à encampação da Coommoc.

Eu fico satisfeito e feliz por essa decisão, porque sabemos que vai diminuir o custo e o sofrimento dos nossos agricultores, e com isto poderemos ampliar e melhorar as redes de eletrificação da nossa região, poderá ampliar e ter uma rentabilidade melhor o nosso homem do campo, o nosso agricultor, aquele homem de mãos calejadas que tanto sofre e que tanto precisa do apoio do Legislativo e do Executivo, em nível municipal, estadual e federal para implementar as suas ações no campo.

Então, queremos com essa nossa manifestação parabenizar e agradecer por essa medida provisória que vem trazer uma solução definitiva para os agricultores da nossa região de Concórdia, de Xanxerê e de Chapecó.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 9 minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Se preciso for, Deputado Pedro Uczai, a Bancada do PDT dispõe dos próximos 6 minutos e V.Exa. poderá usá-lo.

Com a palavra o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente e senhores Deputados, agradeço pelo espaço concedido pela Bancada do PDT.

Deputado Eni Voltolini, V.Exa está gostando da aliança? Pois é, já estamos partilhando aí a Frente Nacional, logo a Frente Estadual e logo em seguida a administração do País em nível nacional e estadual.

Outra razão que me faz subir aqui é que apresentamos hoje um projeto de lei da Bancada do PT a esta Casa, fruto do debate e da discussão de várias mãos. É um projeto coletivo onde a Central Sindical e a CUT de Santa Catarina, através dos seus sindicatos, vêm acompanhando a situação de vida e de trabalho dos trabalhadores, mas também tem se preocupado, essa Central Sindical, com os que estão perdendo o emprego. Muitas vezes trabalham num dia e no outro já não estão mais.

Por isso, o movimento sindical - a Central Única dos Trabalhadores e o PT, conjuntamente - dá entrada hoje a um projeto de lei que propõe a suspensão temporária do pagamento de taxas, impostos, tarifas e financiamentos públicos em Santa Catarina. Quem vai ter esse direito? Todos os que perdem o emprego e ficam noventa dias sem qualquer remuneração, ou seja, os desempregados do

Estado de Santa Catarina que não têm qualquer remuneração têm que ficar isento do pagamento de taxas, impostos, contribuições financeiras e financiamentos, porque, já pela condição do desemprego, estão impedidos da sobrevivência, ainda mais se forem responsabilizados pelo pagamento de taxas, de impostos provenientes das instituições estaduais do Poder Público Estadual.

Esse projeto se justifica, inclusive, mais um dos elementos presente no mérito desse projeto é ficarem isentos de multas, juros e correções monetárias todos os trabalhadores enquadrados nessa lei.

Mais outra realidade, Deputado Eni Voltolini: todos os servidores públicos estaduais que recebem os seus salários com atraso ficam impedidos de pagar, ou seja, ficam com o direito de não pagar qualquer taxa, multa, juros, correção monetária de taxas públicas estaduais, enfim.

É uma violência o Poder Público Estadual não pagar salário, não pagar o 13º, mas ao vencer a conta da luz, por exemplo, temos que pagar a multa, os juros, a correção monetária de uma própria taxa pública estadual.

Então, o mesmo patrão cobra a multa do Besc, os juros, a multa da Casan, a multa da Celesc e, ao mesmo tempo, não paga com juros, com correção monetária os salários atrasados, o 13º atrasado, as suas obrigações trabalhistas.

Então, o projeto tem dois eixos centrais: todos os desempregados que, por um período superior a noventa dias, não tenham qualquer remuneração devem se beneficiar dessa lei, não pagando as taxas temporariamente, suspendendo temporariamente o pagamento de taxas, impostos, tarifas, financiamentos públicos, por um período de doze meses ou prorrogável por mais seis meses.

O segundo mérito do projeto: o funcionário público estadual que não recebe em dia os seus honorários não deve pagar multas, juros, correção monetária das taxas públicas, das contribuições públicas para com o Besc, a Casan, a Celesc e outras instituições públicas estaduais.

Pode ser aqui, nesta Casa, questionada a questão da legalidade e constitucionalidade, mesmo nesta perspectiva é possível argumentar legalmente, mas em nenhum momento deixará de ter uma perspectiva ética, moral e política necessária a ser defendida num projeto de lei, até porque, mesmo gerando mal-estar, na véspera de 1º de maio, Deputado Neodi Saretta, colocamos uma faixa aqui, na frente, pedindo para desempregar o Presidente da República. Agora, além de desempregá-lo, queremos que ele se desempregue, ele está se considerando um vagabundo também, então, precisa ser desempregado rapidamente.

O desemprego aumenta e a tendência é aumentar ainda mais. Se os desempregados aumentam em número neste País, temos que fazer uma minimização da miséria, da exclusão social.

Resolve-se o problema com uma nova política de desenvolvimento deste País, com uma nova política no Estado de geração de empregos, de distribuição de renda, de socialização da riqueza, de socialização do

saber, de socialização do poder. É por aí que vai passar uma nova alternativa para os trabalhadores neste País.

Esse projeto para minimizar as condições de vida e trabalho a Central Única dos Trabalhadores, o movimento sindical e a Bancada do Partido dos Trabalhadores traz a esta Casa, como uma contribuição da responsabilidade política desta Casa dar uma resposta imediata para minimizar o sofrimento dessa população desempregada no Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Estimado Líder da minha Bancada, Deputado Pedro Uczai, estabelecer normas protetivas de caráter social é uma das funções do Parlamento, sem dúvida nenhuma.

Evidentemente que preferíamos estar assinando um projeto dando emprego a todos os brasileiros que estão desempregados. Na impossibilidade disso ser feito, até pela sua execução prática, é que a Bancada estabeleceu um projeto de comum acordo com lideranças populares, lideranças sindicais, com a Central Única dos Trabalhadores, no sentido de dar a proteção mínima àqueles que estão desempregados.

Já houve uma comparação em outras épocas de índices de desemprego no Brasil e nos países da Europa. E tivemos oportunidade de dizer que ser desempregado em qualquer lugar do mundo é ruim, é péssimo, mas ser desempregado num País onde oferece normas protetivas aos desempregados, como é o caso do seguro-desemprego mais prorrogado, do abono de determinados pagamentos de taxas, com certeza, se torna mais ameno esse problema.

Por isso, essa iniciativa da Bancada é uma iniciativa extremamente importante e V.Exa. é feliz nas colocações que está fazendo na tribuna.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - A nossa Bancada, juntamente com a Central Única dos Trabalhadores, propôs essa moratória ao desempregado, porque é uma questão de dignidade.

Talvez o Governo Estadual e alguns Parlamentares nos questionarão a respeito da inconstitucionalidade do projeto de lei, mas uma coisa que não vão conseguir questionar é sobre a geração do desemprego. Isso não está sendo questionado, e nós consideramos constitucional pela dignidade.

O trabalhador não vai poder pagar a luz, a água, as tarifas, as taxas, a prestação da casa, apesar de ser uma necessidade. É por isso que nós, desde o dia 1º de maio, estamos refletindo sobre a questão do desemprego, sobre a falência da agricultura familiar, a falência de pequenas e médias empresas, e precisamos encontrar uma saída.

Agora, caso contrário, não poderemos nos queixar, se começar haver saques na Capital, porque é uma questão

de dignidade dos trabalhadores. Por isso, propomos de uma forma constitucional a busca da dignidade.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Esse projeto vem em consonância com a realidade que nós vivemos em Santa Catarina.

Chegou em nossas mãos o resultado de uma pesquisa sobre o desemprego em Florianópolis, realizado no dia de hoje, pela Central Única dos Trabalhadores. Foram ouvidas 1.862 pessoas e duas perguntas foram respondidas. A primeira pergunta é se alguém tem desempregado na família. 1.295 pessoas responderam sim! Isto significa 69,5% dos entrevistados, 29,3% responderam não, e 1,2% não sabem.

A segunda pergunta foi a seguinte: Na sua opinião quem são os responsáveis pelo desemprego? 85,7% responderam que os Governos Federal e Estadual são responsáveis, os empresários são responsabilizados por 20,6%, as novas tecnologias por 14,5%, a CUT e os sindicatos por 2,8%, o FMI e o Banco Mundial por 7,1% e outros por 7%.

A porcentagem total da segunda pergunta ultrapassa 100%, porque várias pessoas votaram em mais de uma opção. São alguns dados reveladores da realidade na Capital do Estado de Santa Catarina, que demonstram visivelmente o desemprego, portanto, a exclusão social, o aumento da marginalização, do empobrecimento e da miséria.

É nesse contexto que se justifica legalmente, juridicamente e constitucionalmente esse projeto, porque no art. 9º, da Constituição Estadual, no inciso X, diz que é de competência, além da União, do Estado e do Município combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

Diante dessa realidade que o desempregado não tendo qualquer remuneração ainda tem que pagar taxas públicas, é justamente a ausência de políticas públicas ou o outro lado da moeda, ou seja, a produção de determinadas políticas públicas, políticas econômicas que geram desemprego. Este mesmo poder público continua cobrando taxa, cobrando juros e multas, justamente este que é um dos agentes responsáveis pela política de geração de desemprego neste País.

Por isso, justifica-se apresentar aqui esse projeto, tendo o apoio dos Deputados para podermos, o mais rápido possível, minimizar a situação de empobrecimento, de miséria e de exclusão social em Santa Catarina.

A luta do PT e da CUT não pode parar aí, isso é só para minimizar, pois a nossa luta é para construir um novo projeto político para Santa Catarina e para este País, para, então, começarmos o próximo século, o próximo milênio gerando milhões de emprego, para que muitas pessoas tenham acesso ao salário, à dignidade, à cidadania, à qualidade de vida, pois não é possível transformar nossos discursos numa banalização do desemprego.

Temos que nos indignar eticamente aqui, nesta Casa, e produzir novas políticas. E com esse projeto de lei, depois de aprovado, poderemos pensar em construir, ou construímos, políticas que gerem emprego, cidadania e qualidade de vida.

Era esse o pronunciamento, senhor Presidente e senhores Deputados. Com esse projeto de lei que apresentamos na tribuna, se

aprovado, vai se suspender temporariamente pagamentos de taxas, impostos, tarifas e financiamentos públicos, bem como isentar de multas, juros e correção monetária os funcionários públicos que recebem salário em atraso. Estas pessoas têm que ter dignidade. E dignidade se constrói com propostas de respostas concretas na conjuntura imediata.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos dezesseis minutos pertencem ao PPB.

Com a palavra o senhor Deputado Eni Voltolini, por dezesseis minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente, senhores Deputados e catarinenses, quero fazer apenas um breve comentário sobre a última manifestação do Deputado Pedro Uczai. Na verdade a segunda parte do projeto que o PT apresenta a esta Casa já foi até alvo de vários comentários exatamente na direção da sustentação produzida pelo Deputado Pedro Uczai.

A todos nós parece ser o produto da mais alta incoerência o que está acontecendo em Santa Catarina nos últimos meses - o patrão que não paga o seu funcionário, exorbita, continua a exorbitar o seu poder e ainda se dá o direito de cobrar juros por conta das dívidas que este seu funcionário teria com o patrão.

Isso é o que está acontecendo, as empresas prestadoras de serviços, onde o Poder Executivo detém o poder acionário, como a Casan, Celesc, Telesc, ao apresentarem suas contas e não vê-las resgatadas automaticamente produzem a incidência de juros e multas. E quando o destinatário dessa conta é um servidor público que ainda talvez não pôde pagar essa conta, porque está pagando juros de outras contas, para as quais não teve dinheiro resultante do 13º ou porque o salário foi pago em atraso, passa a ser a mais alta aberração que a economia poderia produzir.

Está de parabéns o PT por ter produzido aquilo, como eu disse, e vários de nós já dissemos, aqui, nesta Casa. Têm algumas questões que no momento oportuno irei colocar com relação à primeira parte, porque embora meritória acho de difícil aplicabilidade.

Esse é um projeto que deverá ser discutido nesta Casa, sem dúvida nenhuma, e irá merecer toda a atenção de todos nós, Parlamentares.

Quero valer-me de um comentário que ouvia, mesmo em passagem, proferido pelo Deputado Miguel Ximenes, quando ele comentava um depoimento que estava sendo produzido na tribuna pelo Deputado Gelson Sorgato, que se referia aqui a algumas manifestações ligadas ao setor agropecuário.

Quero dizer uma coisa que certamente a nós todos, catarinenses, pode ser motivo de orgulho e pode assegurar a essa mesma agricultura, para esse mesmo contingente de produtores, principalmente, Deputado Ximenes - e é por causa disso que aludi à sua manifestação -, o controle da febre aftosa.

De fato, depois de oitenta e dois

meses, quase oito anos, o nosso Estado de Santa Catarina, juntamente com o Estado do Rio Grande do Sul, deverá conquistar no próximo dia 25 deste mês, em Paris, a concessão de zona livre de febre aftosa.

Para as pessoas não informadas suficientemente pode parecer apenas uma preocupação destinada a produtores que não mais precisarão aplicar vacina. Não, não é isto, não! Nós estamos falando da economia do nosso Estado. Nós estamos falando de valorização dos produtos de origem animal deste Estado. Nós estamos falando da perspectiva imediata de que os produtos de origem animal deste Estado alcancem patamares de preços superiores àqueles que, hoje, estão sendo praticados pelo reconhecimento de que não há problemas de doenças produzidas no rebanho suíno, avícola ou até bovino.

Isso, em termos internacionais na relação de trocas, tem um valor substantivo e que certamente para os catarinenses, para o nosso Estado tem que ter o devido respeito e o devido registro.

Então, valho-me da manifestação de V.Exa., embora não tivesse talvez esta intenção, para dizer que neste aspecto, Deputado Miguel Ximenes, Santa Catarina avançou.

Perseveramos numa iniciativa produzida na época pelo Governador Wilson Kleinübing e seu Vice-Governador, Antônio Carlos Konder Reis, secundados que foram pela administração Paulo Afonso e José Hülse nesta mesma direção e que, certamente, oportuniza para os catarinenses essa real condição de salvaguarda da sua atividade.

Por outro lado, essa mesma medida nos causa uma pequena preocupação com relação ao rebanho bovino - a comercialização de carne provinda do rebanho bovino. E aí estão alguns frigoríficos em Santa Catarina que precisam urgentemente ter respostas positivas deste Estado para evitar problemas, já que o nosso rebanho bovino não permite auto-suficiência no fornecimento de carne.

Fomos procurados, Deputado Gelson Sorgato, por alguns produtores, melhor dizendo, por alguns empresários de frigoríficos que manifestaram a preocupação e a perspectiva de fechamento da sua atividade. E é por causa disso que ontem ainda, despachando com o Secretário da Agricultura, senhor Flávio Baldicera, e também com a Delegacia do Ministério da Agricultura em Santa Catarina, Deputado Odacir Zonta, procuramos obter um consenso para que essa atividade importante da pecuária de Santa Catarina não tivesse prejuízos.

Senhor Presidente e senhores Deputados, mais ou menos consensamos uma linha de comportamento, que é permitir que a carne bovina possa adentrar ao nosso Estado - coisa que ainda não está sendo permitida, porque a interpretação do Ministério ainda não é assim -, abatida e que possam ser incinerados os ossos, ou que venha a carne desossada. Por que a questão dos ossos? Porque o vírus da febre aftosa está lá dentro da medula óssea e poderia ser aí um veículo transmissor da doença, criando novamente uma reinfestação no nosso rebanho pecuário.

Então, essa é a nossa primeira manifestação, e antes de passar à questão central, que me traz a esta tribuna, ouço o Deputado Gelson Sorgato.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Deputado Eni Voltolini, como estava ouvindo atentamente seu pronunciamento, farei referência ao certificado de isenção da febre aftosa que os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina irão receber na OIE, e acredito que será um acontecimento que agregará valores para os produtores dos dois Estados.

Como V.Exa. bem colocou, não somos suficientes na área de carne bovina, então, gostaria de dizer que o Estado do Rio Grande do Sul está se credenciando nisso para as suas exportações. Porém, no Estado de Santa Catarina, num primeiro momento, acredito que a rigidez da fiscalização da própria Cidasc e do Ministério da Agricultura é para que possamos receber o certificado e posteriormente rediscutir isso junto ao Ministério da Agricultura. A carne bovina do Rio Grande do Sul são áreas livres, porém a carne do Mato Grosso e de outros Estados para adentrarem ao nosso Estado somente é permitido se a carne vier desossada.

Nós sabemos das dificuldades, do desemprego, de alguns problemas nesse setor, mas esse assunto poderá ser discutido - acredito eu -, tendo uma central de recebimento da carne; ela seria fiscalizada e depois encaminhada aos frigoríficos para ser industrializada.

Eu acredito que tudo isso poderemos continuar discutindo, melhorando, para não prejudicar os nossos frigoríficos, a rentabilidade e a arrecadação do Estado, rediscutindo isso após os dois Estados - Santa Catarina e Rio Grande do Sul - receberem definitivamente o certificado de isenção de febre aftosa.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Agradeço pela manifestação de V.Exa. que há poucos dias respondia pelas questões da agricultura e do abastecimento de Santa Catarina.

Porém, entro na questão central que me traz até esta tribuna e que certamente tem, por vezes, aflorado neste ambiente. O que estaria levando um Governador de um Estado a se expor - da forma como este atual Governador está se expondo - à execração pública, ao menos dos funcionários públicos, dos seus familiares, dos credores desses funcionários, pelo não-pagamento do 13º? O que faz alguém - que governa ou que preside uma empresa - submeter-se, dias após dia, a esse tipo de confronto? Alguns chegaram até a aventar a seguinte hipótese: apostando na idéia de que as pessoas têm memória curta, proximamente ao período da eleição o Governador de Santa Catarina resgataria o 13º e ainda acresceria com uma proposta de majoração salarial. Apostando nessa idéia, boa parte da comunidade se voltaria e estaria desejosa de votar em Paulo Afonso - agora, sim, para a alegria de todos nós, candidato à reeleição por Santa Catarina!

Fiz uma consulta ao Tribunal Regional Eleitoral sobre a interpretação de qual é a possibilidade, de qual é o prazo que um governante tem para produzir reajustes salariais. E eu quero dar conhecimento disso para depois comentar e imediatamente lhe conceder um aparte, Deputado Júlio Teixeira.

O relator dessa matéria, dessa consulta foi o Juiz André Mello Filho que, além de fazer a citação do art. 73, que versa sobre a questão, que está lá colocado na Lei nº 9.504...

Rapidamente vou ler.

(Passa a ler)

"Art. 73 - São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre

candidatos nos pleitos eleitorais:

[...]

VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta lei e até a posse dos eleitos.

§ 1º - Reputa-se agente público, para os efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional."

E ele conclui com o seu voto.

(Continua lendo)

"Segundo caput do supracitado artigo, o objetivo do Legislador ao inserir as manifestações ali contidas foi justamente o de evitar que determinadas condutas praticadas pelos agentes públicos em campanhas eleitorais viessem a afetar a igualdade de oportunidades dos candidatos nos pleitos eleitorais.

Da análise do inciso VIII, também acima reproduzido, exsurge a seguinte constatação:

a) o inciso aplica-se a cada eleição, dentro da sua circunscrição, ou seja, como a eleição de outubro objetiva apenas no que tange o preenchimento de cargos do Executivo, o preenchimento do cargo de Presidente da República e de Governador de Estado, mantém fora da proibição em tela o Prefeito e a administração municipal, sendo que a estes é permitido proceder à revisão geral da remuneração dos seus servidores;

b) a vedação do inciso VIII não se aplica, e isso em qualquer das esferas federal, estadual ou municipal, à revisão que tenha por objeto a recomposição do poder aquisitivo do servidor, durante o ano da eleição.

Oliver Coneglian, comentando o assunto, diz que 'qualquer revisão de remuneração não ofende as leis eleitorais, se ocorrer no período anterior ao registro de candidaturas. Como o registro de candidaturas acontece entre o dia 10 de junho e 30 de junho, a revisão ocorrida antes do dia 10 de junho não ofende o preceito, mesmo que ultrapasse o índice inflacionário'."

O comentário que eu gostaria de fazer é que se Sua Excelência, o Governador dos catarinenses, deseja oportunizar o resgate do seu compromisso com os seus servidores, um compromisso que vem a recuperar parte das perdas que ele produziu para esses mesmos servidores, ele tem um prazo.

E que ele não se atreva a produzir aqui, dentro desta Casa, a tentativa de chantagem que por vezes já produziu quando instigou a Assembléia Legislativa a analisar projetos sabidamente fora dos preceitos da constitucionalidade, ou tentar trazer para nós a condição ou a responsabilidade de interpretar um projeto de lei que fuja ao período aí contemplado e tentar dizer que ele não pode atender aos funcionários do Poder Executivo, porque a Assembléia Legislativa não está a querer fazer isso. Essa é a primeira manifestação que quero fazer aqui.

Um segundo pedido: Governador Paulo Afonso, o senhor tem até o dia 10 de junho para trazer a esta Casa um pleito da sua responsabilidade, que venha ao encontro dos servidores para resgatar o seu débito com os servidores do Estado de Santa Catarina.

Dez de junho é o prazo que V.Exa. tem para isso. Depois disso é demagogia. Depois disso é chantagem, e que os servidores saibam disso, que os servidores públicos estaduais saibam disto: existem preceitos legais que determinam isso.

Se S.Exa., o Governador, quer fazer aquilo que já devia ter feito, tem o prazo de menos de um mês para encaminhar a esta Casa projeto de lei visando ajuste salarial.

Era este o registro que gostaria de fazer.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PFL, por até 9 minutos.

Consulto os senhores Parlamentares do PFL para saber quem fará uso da palavra.

Com a palavra o senhor Deputado Norberto Stroisch, por até 9 minutos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - A imprensa catarinense, no dia de hoje, registra, com muito enfoque o aniversário da nossa Ponte Hercílio Luz, os seus setenta e dois anos de construção. E são setenta e dois anos que esta importante obra catarinense se faz de um cartão postal para o nosso Estado e para o nosso País.

Hoje, ela é a única ponte pencil, nos seus oitocentos e sessenta metros, ainda de pé, não demolida, de todo o mundo. E um primeiro grande trabalho que foi desenvolvido foi colocá-la no rol das grandes obras dentro do patrimônio histórico nacional. Assim foi feito.

Com isto entendemos que se abriu um leque de opções de investimento para a sua recuperação, cuja necessidade é eminente e imperiosa.

Constatamos através da imprensa a informação de que está se abrindo um canal de financiamento no valor de 5 milhões de dólares, através do Banco Interamericano de Desenvolvimento, para a licitação com vistas ao projeto a ser elaborado para a sua restauração. E isso me preocupa, porque as autoridades competentes já deveriam estar anunciando linhas e fontes de crédito para a sua recuperação total.

A sorte ainda está pairando sobre essa imponente obra, sobre esse imponente patrimônio histórico nacional, pois a situação dela, como constatei juntamente com técnicos do Departamento de Estradas de Rodagem, técnicos da empresa que a construiu há 72 anos, e ainda com técnicos da nossa Universidade Federal, poderia ser pior, ou seja, ela já poderia estar no chão, causando, inclusive, danos irreparáveis à sociedade florianopolitana.

No dia de hoje encerra-se o prazo para a entrega de propostas de empresas interessadas na elaboração do projeto final de engenharia para a restauração dessa obra. Espero que os interessados compareçam, que a tramitação desse processo seja a mais rápida possível e que, de uma vez por todas, essa importante obra, esse importante patrimônio catarinense seja definitivamente recuperado. O custo não é pequeno, chega perto de quarenta milhões de dólares, hoje, a sua recuperação total.

É prioridade, não é prioridade, mas é

uma questão a ser discutida. E certamente os recursos que foram de uma forma concreta constatados no superfaturamento das obras da terceira ponte fariam com que a Ponte Hercílio Luz já tivesse sido recuperado.

Por isso, senhores Deputados, faço esse registro, no horário reservado à Bancada do PFL, para que possamos de uma vez por todas sensibilizar aqueles que detêm, hoje, a condição de Governo, para que possam de uma forma direta e prática buscar uma solução definitiva.

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Pois não!

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - Antes de mais nada, Deputado Norberto Stroisch, cumprimento V.Exa. pelo pronunciamento.

Tentando sair um pouco da praticidade, do pragmatismo do seu discurso, também brilhante por esse aspecto, nós nos permitimos ser um pouco quixotesco neste aparte.

Quanto à Ponte Hercílio Luz, orgulho de todos os catarinenses, ao voltar os seus olhos para a sua vizinha Ponte Pedro Ivo, o nosso querido e saudoso ex-Governador Hercílio Luz, numa conversa celestial com o nosso tão respeitado ex-Governador Pedro Ivo Campos, deve lamentar muito que a saudosa memória do seu companheiro de nome de ponte tenha sido conspurcada, manchada, nodoadada, por mãos lapidadoras, que ainda se encontram instaladas como hóspedes privilegiados do palácio das luxúrias. Hercílio Luz e a sua ponte podem contemplar o grande palácio que produziu uma nuvem negra sobre a história do Estado de Santa Catarina. Mas deve comentar também com Pedro Ivo Campos, saudoso ex-Governador de Santa Catarina, que isto tudo terá um fim.

Nós não trocamos, não, a ponte, Deputado Gelson Sorgato, quem trocou, e muito, na época, foram os que fizeram a construção da Ponte Pedro Ivo Campos. Mas trocaram em moeda natural, em moeda visível, palpável, corrente.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato (Intervindo) - Mas o assunto é a Ponte Hercílio Luz. É só isso!

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - Ponte Hercílio Luz, sim! Ponte Hercílio Luz, motivo de orgulho de todos os catarinenses. E em conversa com o saudoso Pedro Ivo Campos o nosso querido Hercílio Luz deve estar dizendo para ele: É lamentável, e essas pessoas, que se intitulam catarinenses - como foi Pedro Ivo Campos e como foi Hercílio Luz -, têm que sentir vergonha de fatos acontecidos e provocados pelo palácio da luxúria.

Deputado Norberto Stroisch, eu agradeço V.Exa. pelo aparte que me concedeu.

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Da mesma forma, eminente Deputado Júlio Teixeira, eu agradeço pelo aparte de V.Exa. e pelo brilhantismo das colocações referentes ao assunto em pauta.

Para complementar, senhor Presidente e senhores Deputados, eu não poderia deixar, no dia em que a Ponte Hercílio Luz comemora os 72 anos de construção, de registrar esta data, a importância desta data, como obra que representa hoje um dos patrimônios históricos nacionais, e também quero deixar aqui a nossa preocupação.

Ainda no ano passado tive acesso ao último laudo fornecido pela empresa que a construiu, uma empresa americana, que me levou a ter seriíssimas preocupações com relação às consequências que

poderiam advir de um rompimento da sua estrutura sobre a nossa cidade.

Continuo com essa preocupação, mas estaremos acompanhando de perto os encaminhamentos que estão sendo dados pelas autoridades governamentais.

Muito obrigado, senhor Presidente! (SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos à Ordem do Dia.

Encontra-se sobre a mesa justificativa de ausência dos senhores Deputados Reno Caramori, Wilson Wan-Dall, Francisco Küster e Carlito Merss.

O senhor Secretário Odacir Zonta procederá à chamada dos senhores Deputados para a verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados para a verificação de quórum.)

Estão presentes 23 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

Votação em turno único da Mensagem nº 03.347/98, de procedência governamental, com prazo para apreciação até 02.05.97, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei nº 277/97, que acresce o § 4º ao art. 4º da Lei nº 9.830, de 16 de fevereiro de 1995, e altera a redação do inciso V, do art. 9º, da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, com sua discussão encerrada.

Em votação.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, a presença de 23 Deputados realmente dificulta a votação de qualquer matéria que seja dependente de um quórum qualificado.

Assim sendo, senhor Presidente, eu solicito a V.Exa., mais uma vez, a inversão da pauta, para que ao final desta Ordem do Dia possamos tomar uma outra deliberação, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Consulto os senhores Líderes para fazer a inversão de pauta.

(Os senhores Líderes aquiescem.)

Com a concordância dos senhores Líderes, passamos à votação em turno único do Projeto de Lei nº 260/97, de procedência governamental, que autoriza a reversão de imóvel no Município de Florianópolis, com sua discussão encerrada.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Em votação.

Os senhores Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação em turno único do Projeto de Resolução nº 006/98, da Mesa Diretora, que dispõe sobre a reposição dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo e dá outras providências, com sua discussão encerrada.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Ao projeto foi apresentada uma Emenda Modificativa nº 1, na verdade, fazendo uma correção da forma parcelada.

Senhores Deputados, o presente

projeto está com a sua discussão encerrada. Até mesmo a pedido de alguns senhores Líderes e também por esta Presidência julgar importante, nós queremos, usando da prerrogativa de Presidente da Mesa, fazer alguns esclarecimentos.

Os servidores desta Casa Legislativa possuem data-base em 1º de abril. Todo ano é procurada fazer minimamente a reposição da inflação do período.

Houve uma reivindicação/ nesse sentido por parte dos servidores. E a Mesa da Assembleia Legislativa, embora entendendo a grande dificuldade financeira do repasse dos recursos que esta Casa vive, em função do entendimento de que não está sendo cumprido o repasse na forma estabelecida por lei, buscou, junto ao Sindicato, uma forma alternativa de repasse, sendo que não seria de uma única vez, o que poderia criar sérias dificuldades.

Então, através de estudos feitos por nossa assessoria, chegou-se à conclusão que é possível conceder essa reposição salarial parcelada em três vezes - maio, julho e setembro.

Evidentemente que se o Governo nos repassar o atrasado e o valor devido correto à Assembleia, nós poderemos colocar também as cotas dos gabinetes Parlamentares, enfim, as despesas do gerenciamento em dia.

Há uma preocupação correta de muitos senhores Deputados com relação ao momento difícil financeiro que vive esta Casa, mas a Mesa Diretora, ainda na manhã de hoje, decidiu buscar os Presidentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas, o Ministério Público para, em conjunto, tomarmos uma posição no sentido de irmos ao Governo do Estado buscar os repasses, de acordo com o que estabelece a lei, no que tivemos a compreensão, inclusive, do Líder do Governo, que se propôs auxiliar nessa intermediação, juntamente com os membros da Mesa Diretora.

Esses esclarecimentos julgamos importantes e acreditamos que cada um dos senhores Deputados poderá votar de forma livre e soberana, mas a Mesa entende importante essa reposição, apesar das dificuldades, e fará todo o possível para atender também as demandas dos senhores Deputados, justas e que estão sendo, neste momento, inclusive, sacrificadas parcialmente em função do problema de caixa que vive a Assembleia Legislativa.

Há inclusive uma discussão sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano e isso deverá ser objeto da discussão do projeto específico, que se encontra em debate nesta Casa.

Estes eram os esclarecimentos que esta Presidência julgou necessário conceder, inclusive, atendendo pedido de alguns senhores Deputados.

Em votação a Emenda Modificativa nº 001.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação o projeto que dispõe sobre a reposição dos vencimentos do Poder Legislativo, de 5,6%, de forma parcelada, no meses de maio, julho e setembro, nos percentuais, conforme a emenda, de 1,87, 1,87 e 1,86 e dá outras providências.

Em votação o projeto sem prejuízo da emenda.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Senhores Deputados, houve a inversão de pauta e foram votadas as demais matérias fora os requerimentos.

Senhor Deputado Gilmar Knaesel, V.Exa. é Autor do projeto em que o veto está na pauta.

V.Exa. deseja...

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Senhor Presidente, há pouco havia vinte e três Deputados e eu não sei se melhorou o quórum até este momento. Caso contrário, eu pediria a retirada do projeto mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Consultamos os senhores Líderes, pois há precedentes, também, e o Autor pode requerer a retirada.

(As Lideranças aquiescem.)

Retiramos, portanto, esta matéria da pauta da Ordem do Dia de hoje.

Sobre a mesa requerimento de autoria do senhor Deputado Gervásio Maciel, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito de D. Emma, ao Presidente da Câmara de Vereadores e ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cumprimentando-os pela passagem do aniversário de emancipação político-administrativa daquele Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Gervásio Maciel, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito de Biguaçu, ao Presidente da Câmara de Vereadores e ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cumprimentando-os pela passagem do aniversário de emancipação político-administrativa daquele Município.

A Presidência defere de plano.

Senhores Deputados, há uma série de requerimentos com discussão encerrada e consultamos se podemos colocá-los em bloco para a votação.

(Os Deputados aquiescem.)

Em votação requerimentos de autoria dos senhores Deputados Romildo Titon, Ideli Salvatti, Odacir Zonta e deste Deputado, com discussão encerrada.

Em votação.

Os senhores Deputados que os aprovam permanecem como se encontram.

Aprovados.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Carlito Merra, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Delegado do Dentel, reivindicando o funcionamento em caráter experimental das rádios comunitárias no Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que os aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Jorginho Mello, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Senadores Líderes de Partidos no Senado Federal, reivindicando um maior empenho no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 128/97.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que os aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Afonso Spaniol, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Educação, reivindicando o atendimento do

justo pedido dos servidores das universidades federais e das escolas técnicas federais, vinculadas ao Mec, para que a educação e os educandos, no sentido tecnológico e humanitário, não sofram prejuízos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que os aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do senhor Deputado Afonso Spaniol, a ser encaminhada ao Governador do Estado de Santa Catarina e ao Secretário de Estado dos Transportes e Obras, reivindicando a inclusão no Orçamento do próximo ano o projeto de pavimentação da rodovia SC-455, ligando a SC-453 de Arroio Trinta até a SC-451, em Caçador, passando por Macieira, com sua discussão encerrada.

Em votação.

Os senhores Deputados que os aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do senhor Deputado Afonso Spaniol, a ser encaminhada ao Governador do Estado e ao Secretário do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, reivindicando a inclusão do Município de Ibiama na regional da Cidasc de Campos Novos para atendimento dos agricultores, com sua discussão encerrada.

Em votação.

Os senhores Deputados que os aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Bittencourt.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Senhor Presidente, através de V.Exa., desejamos convocar os membros da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos para uma reunião logo após o término da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ficam, assim, convocados os membros da referida Comissão para uma reunião logo após o término da presente sessão.

Com a palavra o Deputado Miguel Ximenes.

O SR. DEPUTADO MIGUEL XIMENES - Senhor Presidente e senhores Deputados, hoje pela manhã tivemos a oportunidade de intervir no pronunciamento indignado do Deputado Vanderlei Rosso, que não conformado com a manifestação do Presidente da República aqui lavrou o seu protexto.

A nossa intervenção foi no sentido de fazer o registro da perplexidade que assoma certamente todos os eleitores brasileiros, em particular os de Santa Catarina, pela confusão que se estabelece nas coligações feitas em nível estadual por todo o território brasileiro.

Em Pernambuco o PPB, aqui liderado pelo Deputado Gilson dos Santos, antigo PDS, antiga Arena, apóia desbragadamente o socialista Miguel Arraes, deixando toda a comunidade pernambucana sem saber quais foram as razões para tal apoio.

Aqui em Santa Catarina acontece um dos quadros mais insólitos. As

manchetes dos jornais diários de Santa Catarina registram o grande esforço que faz o Presidente do PSDB catarinense, Deputado Francisco Küster, no sentido de conseguir uma vaguinha na chapa proporcional ou majoritária.

O que na verdade surpreende a todos que acompanham a história de vida do Deputado Francisco Küster, ele que sempre foi um combativo político, um permanente denunciador do poder de mando das oligarquias catarinenses, é que agora ele quer se aliar a elas.

As manchetes dos jornais testemunham isso. O jornal A Notícia de ontem estampa: "Küster exige aliança no primeiro turno"; "Presidente do PSDB ameaça se licenciar, se não houver coligação com PPB e PFL".

É algo fora de cogitação, para quem procura entender da política catarinense, saber quais serão os motivos que fazem com que o Presidente do PSDB viaje até o distante Ceará para pedir a intervenção de Tasso Jereissati.

Certamente a próxima manchete ainda nesta semana vai ser: Küster apela a Amin para que em sua visita ao Vaticano consulte o Papa. Só a intervenção do Papa para acabar com essa discórdia que se estabeleceu aqui, no cenário dessas coligações.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti (Intervindo) - Nobre Deputado, permita-me, não tem novidade nessa história do Colega Francisco Küster e do PSDB. Eles já tiveram aliança aqui, na Capital.

O senhor Tarcísio, que hoje está no primeiro escalão da administração pública da D. Ângela, até o final do primeiro turno era Secretário Executivo do Prefeito Sérgio Grando.

Saiu do gabinete do ex-Prefeito Sérgio Grando exatamente depois do resultado do segundo turno e da formação da aliança. Então, meu queridinho, não tem novidade nenhuma. O PSDB é vice da D. Ângela, já que a aliança está há dois anos no ar.

O SR. DEPUTADO MIGUEL XIMENES - Se não lhe causa estranheza, é porque V.Exa. é uma cidadã de Florianópolis. Mas para nós, que somos do interior do Estado, é uma surpresa ver o PSDB querer fazer tal tipo de coligação.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Mas, meu querido, o PSDB já não está abraçado com o Antônio Carlos Magalhães e com o PFL há muito tempo. Então, qual é a novidade, Deputado Miguel Ximenes? Não tem novidade nisso aí.

O SR. DEPUTADO MIGUEL XIMENES - É verdade. O povo tem que ficar estarecido mesmo.

Nesta linha de argumentação, o quadro ainda mais esquisito é ver o PSDB presidido pelo Deputado Francisco Küster, que gostaria até que estivesse aqui, e faço este pronunciamento agora, nesta tarde, não em função do apelo candente do Deputado Gilson dos Santos, nem dos outros inúmeros que me fizeram, mas em função de que aqui está hoje, agora, nesta tarde, o Deputado Jorginho Mello, que é o Líder do PSDB.

Prefiro dizer aquilo que falei de ma-

nhã num arroubo, numa intervenção rápida ao discurso do Vanderlei Rosso, na sua presença, Deputado Jorginho Mello, para também dizer aqui que é grande a perplexidade da família peemedebista do Estado ao ver que o outro braço ou a outra cabeça do minotauro pessedebista pede a permanência do PSDB no comando do Besc. O Banco do Estado de Santa Catarina vem sendo administrado pelo Deputado Jorginho Mello, enquanto o PMDB tem que ficar às portas das agências do Besc para fazer provavelmente a sua campanha próxima.

Inclusive, o Governador Paulo Afonso disse aqui, durante a convenção, de livre iniciativa, que o PMDB haveria de se orgulhar de fazer campanha às portas do Besc, porque este estava saneado. Enquanto isto, enquanto o Partido do Governo do Estado vai fazer campanha nas portas, nas calçadas, os nossos prováveis adversários, porque desejam se interligar com os que estão encaminhando a candidatura do senhor Esperidião Amin, vão fazer, como já estão fazendo, campanha dentro do Besc.

É realmente muito difícil. Se é difícil um Deputado entender tal façanha, imaginem qual é o entendimento que vai ter o eleitor, aquele pobre eleitor do interior do Estado, ante esta confusão que os políticos estão armando neste momento da vida catarinense.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MIGUEL XIMENES - Pois não!

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Deputado Miguel Ximenes, como diz o Deputado Gilson dos Santos, V.Exa. volta à tribuna com a competência e a capacidade que tem até como ex-Deputado e advogado.

Quero dizer, com relação ao que V.Exa. fala do Deputado Francisco Küster, que o PSDB não está pedindo bexiga, o PSDB foi convidado pelo PPB e pelo PFL a fazer uma aliança. O PSDB tem candidato a Governador, que é o Deputado Francisco Küster, já lançado em convenção do Partido. Toda a sociedade sabe disto, todos os Partidos Políticos sabem que é isto o que está acontecendo.

Essa história do Papa, que o Deputado vai pedir para o Papa, é problema seu. Eu quero aqui, até na ausência do Deputado Francisco Küster, dizer que o PSDB não está procurando vaga com ninguém, porque nós temos candidato, e se precisar, nós teremos coragem para disputar as eleições, porque Partido foi feito para disputar eleições e não para fazer coligações.

Portanto, eu gostaria que V.Exa. soubesse que o PSDB tem candidato a Governador, a Vice-Governador, a Senador. Temos quarenta e três candidatos a Deputado Estadual, quinze candidatos a Deputado Federal e vamos fazer, sim, uma grande Bancada e uma eleição bonita em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO MIGUEL XIMENES - Esta é a terceira cabeça do minotauro. A primeira quer coligação com as oligarquias, a segunda quer ficar no Besc e a terceira quer ter candidatura própria.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Isto é problema do PSDB, Deputado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL XIMENES - Mas isto está exposto pela imprensa.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - A imprensa escreve o que quer.

O SR. DEPUTADO MIGUEL XIMENES - O Deputado Francisco Küster não esconde, aliás, a cada viagem sua ele traz um relatório aqui, para a tribuna e para a imprensa.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - A im-

prensa escreve o que quer e eu a respeito. Com relação ao Besc, Deputado Miguel Ximenes, eu não sei por que V.Exa. está tão incomodado, uma vez que o Banco do Estado de Santa Catarina nunca esteve tão bem administrado como está. Temos lá técnicos, funcionários de carreira, que foram nomeados pelo Governador, e estão lá...

O SR. DEPUTADO MIGUEL XIMENES - Contra a vontade do Partido, que é incapaz de ter portas abertas junto àquela instituição.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Isso não é problema meu, não é problema do PSDB.

O SR. DEPUTADO MIGUEL XIMENES - Nem é meu o problema, é problema de quem fez a dívida!

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Exatamente! Então, V.Exa. tem que reclamar com o seu Governador, com o Governador que V.Exa. elegeu.

O SR. DEPUTADO MIGUEL XIMENES - Eu vou fazer essa reclamação aqui, nesta Casa, que é própria para isso!

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Portanto, no Banco do Estado, bandeira que defendo, os funcionários de carreira, os funcionários que sabem o que é o patrimônio do Besc estão lá fazendo o melhor para Santa Catarina e atendendo todas as pessoas que o procuram. Todos os Deputados de todos os Partidos sempre que precisam alguma coisa do banco, que tenha decência, que seja possível, têm sido atendidos.

Só não se faz lá coisas erradas, porque eu, como funcionário de carreira, brigo por isso e vou defender sempre. Então, eu não sei por que V.Exa. reclama do Banco do Estado de Santa Catarina. Ele nunca esteve tão bem como está agora!

O SR. DEPUTADO MIGUEL XIMENES - Tomara que esteja!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MIGUEL XIMENES - Pois não, Deputado!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Eu vou dividir o meu aparte em duas colocações. Primeiro, respondendo à Deputada Ideli Salvatti, já que S.Exa. citou aqui que o senhor Tarcísio era Secretário do senhor Grando e que no segundo turno apoiou a senhora Ângela Amin.

Portanto, quero dizer à Deputada Ideli Salvatti que, pelo que me consta, o senhor Tarcísio fez uma grande opção, porque ele deixou um Governo que deixou cem milhões de dívidas, que não pagou os servidores e entrou em um Governo que está antecipando o 13º salário agora, no mês de maio, que colocou a Casa em dia e que vai começar muitas obras em Florianópolis.

Acho que foi uma grande opção não só do senhor Tarcísio mas como, também, de todos os simpatizantes do PSDB que ajudaram na eleição da D. Ângela.

Agora, vou me dirigir especificamente a V.Exa. Eu entendo, Deputado Miguel Ximenes, que V.Exa. é um homem muito inteligente, sabe fazer as intrigas, tem competência para tal e foi muito (e eu disse isso já na tribuna) saudoso. Realmente, a sua presença fez falta. E no dia de hoje V.Exa. volta com um assunto tido até como polêmico e difícil de ser explicado.

Eu quero dizer a V.Exa. o seguinte: o PPB, que tem nas pesquisas eleitorais o candidato com a maior aceitação popular, neste momento, propôs a vários Partidos Políticos uma coligação e vai fazê-la, Deputado Miguel Ximenes, da maneira mais aberta possível, da maneira mais clara possível. Inclusive,

estamos convidando todas as pessoas de boa-fé no sentido de integrar essa coligação.

Agora, dirijo uma pergunta a V.Exa., não sei se já foram acertadas as arestas do candidato do PMDB ao Governo do Estado, porque, parece-me, que existem separações, e foi demonstrado aqui, na convenção. Mas eu respeito, houve um resultado, houve uma votação, e a democracia tem que ser cumprida.

Acho que a grande dificuldade do seu Partido é exatamente se dirigir a qualquer um outro Partido Político de Santa Catarina para buscar uma coligação, por que o comandante maior não tem mais condição moral para fazer isso, porque ele enganou o povo de Santa Catarina. Ele enganou tanto, Deputado Miguel Ximenes, que até o candidato ao qual V.Exa. deu os três votos aqui, na convenção, denunciou a utilização da máquina para pegar convencionais.

Então, o PMDB, que é um Partido histórico, um Partido que eu respeito, um Partido que eu admiro, sem dúvida nenhuma, está numa grande e grave dificuldade, não tem a quem apelar, a quem convidar para participar de uma coligação.

Espero até, Deputado Miguel Ximenes, que o seu retorno neste dia seja um retorno acentuado, agora, que volte amanhã, volte depois, até para nos explicar como é que o PMDB vai querer fazer essas eleições, se é com o Governador Paulo Afonso, ou se talvez exista, até a convenção, uma outra saída eleitoral que permita ao PMDB convidar alguns parceiros para serem sócios nessa empreitada, que eu considero, neste momento, uma empreitada muito difícil de ser vencida.

Quero cumprimentar o seu retorno à tribuna, porque realmente é muito bom ouvir V.Exa., mas não queria estar na pele de V.Exa., que já teve, na sua própria condição de Parlamentar, a caneta que não é tão bondosa, eis que é uma caneta venenosa, ou seja, a caneta do atual Governador do Estado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL XIMENES - Nem a ela eu temo. Mas devo lhe dizer que dei, como todos sabem, os meus três votos na convenção em favor do ex-Deputado Eduardo Pinho Moreira, e como tanto fui derrotado.

Essa explicação que V.Exa. cobra, certamente, vai ser o segundo capítulo interpretado por outro Deputado.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência comunica a pauta da Ordem do Dia da sessão de amanhã: discussão e votação em segundo turno do Projeto de Resolução nº 012/97, de autoria do senhor Deputado Jaime Mantelli; discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 398/97, de autoria do senhor Deputado João Henrique Blasi; votação da redação final do Projeto de Resolução nº 06/98, que estabelece a reposição aos servidores; discussão e votação do Requerimento nº 275, de autoria do senhor Deputado Luiz Herbst; discussão e votação do pedido de informação de autoria do senhor Deputado Gervásio Maciel.

Esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 052ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 14 DE MAIO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Cesar Souza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Ideli Salvatti - Ivo Konell - João Henrique Blasi - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Miguel Ximenes - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Romildo Luiz Titon - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à leitura do expediente.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO (Deputado Adelor Vieira) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Jorginho Mello, que dispõe sobre a obrigatoriedade de propaganda de prevenção à Aids e outros males, após propaganda, programas ou similares que sugerem a prática do sexo e dá outras providências;
- de autoria do senhor Deputado Neodi Saretta, que declara de utilidade pública o Centro de Estudos, Cultura e Cidadania - Cecca, com sede e foro na cidade e Comarca de Florianópolis;
- de autoria do senhor Deputado Wilson Wan-Dall, que declara de utilidade pública a Fundação Anjos da Guarda, com sede e foro na cidade e Comarca de Indaial;
- de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores que dispõe sobre a suspensão temporária do pagamento de taxas, impostos, tarifas e financiamentos públicos no território do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu me inscrevi no horário das Breves Comunicações para fazer um apelo com relação a um requerimento que apresentei agora, pela manhã, à Mesa Diretora, solicitando o envio de uma mensagem telegráfica, que precisamos que seja urgentemente encaminhada, ao senhor Ministro da Saúde.

Por isso, apelo no sentido de que possamos incluir esse requerimento ainda na Ordem do Dia da sessão de hoje, uma vez que se trata de uma solicitação de

audiência ao Ministro da Saúde com uma delegação do Estado de Santa Catarina, a fim de tratar sobre o teto financeiro para a Saúde, relativo ao ano de 1998.

Tivemos aqui, nesta Casa, no dia 30 de março, a convite da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, uma sessão especial com a participação ampla do Fórum Parlamentar Catarinense, do Conselho de Secretários Municipais de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, da Federação Catarinense dos Municípios e também de diversas entidades populares e sindicais do setor da Saúde, em que se debateu sobre o teto financeiro do Ministério da Saúde para o Estado de Santa Catarina, relativo à Saúde no ano de 1998, quando, todos se lembram, ficou comprovado que há uma diminuição desses recursos em torno de, no mínimo, R\$8.500.000,00.

A persistir essa diminuição, ela será automaticamente repassada para os Municípios catarinenses, que já estão trabalhando no seu limite. Dissemos e repetimos isso aqui várias vezes.

Desde o dia 30 de março, através do Fórum Catarinense, estamos solicitando uma audiência ao senhor Ministro da Saúde, José Serra. Já se passaram mais de quarenta dias e, por incrível que pareça, ainda não temos essa audiência agendada.

Considero isso um total desrespeito, uma total falta de consideração e um descaso para com a saúde do povo de Santa Catarina. É mais uma amostragem de como anda a Saúde no Brasil, de como é tratada a questão da Saúde no nosso Brasil.

Vejam bem que quem está solicitando essa audiência ao Ministro da Saúde é o Estado de Santa Catarina, representado aqui pelo Fórum Parlamentar Catarinense - que reúne os dezesseis Deputados Federais e os três Senadores - e pela Secretaria Estadual da Saúde.

O que temos em mãos para encaminhar ao senhor Ministro também está assinado pelo Secretário de Estado da Saúde, pelo Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Neodi Saretta, pelo Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, pelo Presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, pelo Presidente da Federação dos Municípios de Santa Catarina, pela Presidente do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde, quer dizer, as mesmas instituições que estão solicitando audiência ao Ministro da Saúde.

A desculpa é que o Ministro ainda não teve tempo de se inteirar da situação, porque anda viajando pelo Brasil, do Iapoque ao Chuí, devido ao mosquito da dengue, e que não tem tempo para receber uma delegação de um Estado que quer tratar sobre uma questão fundamental, crucial, que é o financiamento da Saúde, que é o teto financeiro deste Estado para a Saúde, o qual está diminuído em mais de R\$8.000.000,00. E a persistir, como disse, vai causar uma crise muito mais acentuada do que essa que temos hoje.

Por isso, elaboramos essa mensagem telegráfica no sentido de pleitear, de reiterar, mais uma vez, ao senhor Ministro o máximo de urgência na marcação dessa audiência pública.

(Passa a ler)

"A Assembléia Legislativa do Estado de Santa, juntamente com o Fórum Parlamentar Catarinense, a Secretaria de Estado da Saúde, o Conselho dos Secretários Municipais de Saúde, a Federação Catarinense dos Municípios e diversas entidades do Movimento Popular Sindical, realizou, no dia 30 de março último passado, uma sessão especial para debater sobre a eventual redução do teto financeiro do Ministério da Saúde previsto para o Estado de Santa Catarina relativo ao ano de 1998, requerendo, de imediato, através do Fórum Parlamentar Catarinense, em Brasília, uma audiência urgente com o excelentíssimo senhor Ministro da Saúde, Senador José Serra, para receber uma delegação do Estado, constituída por representantes das mesmas entidades acima mencionadas.

No entanto, há mais de 40 dias estamos aguardando o agendamento da audiência solicitada. Por isso, a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em nome da população catarinense, reitera apelo ao excelentíssimo senhor Ministro da Saúde, Senador José Serra, para que receba em audiência, o mais breve possível, a referida delegação do Estado de Santa Catarina, para tratar sobre o teto financeiro para a Saúde do nosso Estado.

No aguardo da atenção desse pleito, a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina agradece ao excelentíssimo senhor Ministro da Saúde, Senador José Serra, e manifesta-lhe votos de alta estima e consideração.

(a) Presidente, Deputado Neodi Saretta."

É um absurdo que se passaram quarenta dias e ainda não foi nem sequer agendada essa audiência.

Hoje eu estarei, no final da tarde, representando a Comissão de Saúde e Meio Ambiente desta Casa na cidade de Araranguá, no X Encontro de Secretários Municipais de Saúde. Durante a noite de hoje e o dia de amanhã vamos debater vários pontos relacionados com a questão da Saúde.

Inclusive, preciso dar uma satisfação

aos Secretários Municipais de Saúde a respeito desse requerimento, porque realizamos uma sessão especial para debater todo esse problema do financiamento da Saúde do nosso Estado. De alguma forma criamos uma determinada expectativa e estamos há quarenta dias, diariamente, em contato com o Ministério da Saúde reiterando a necessidade dessa audiência, mas não temos nenhuma resposta.

No final, esta Casa, ao realizar uma audiência especial como esta, ao reunir grande parte de representatividade do setor Saúde, como reuniu naquela sessão especial, é que fica mal nessa história, porque cria uma expectativa, assume compromissos e no entanto não recebe nenhuma atenção por parte do Ministério da Saúde.

Então, vou fazer um relato dessa situação aos Secretários Municipais de Saúde, repito, na abertura do X Encontro Estadual dos Secretários Municipais de Saúde, e vou dar conhecimento desse requerimento em que a Assembleia Legislativa, através de uma mensagem telegráfica, reitera em caráter de urgência o pedido de audiência com o senhor Ministro, que esperamos aconteça nos próximos dias, porque as consequências já são imediatas, os Municípios já estão tendo que trabalhar com os cortes de recursos. Não dá mais para protelar essa situação!

A Saúde, realmente, merece ser tratada com muito mais respeito. É uma das questões que não vou nem entrar no mérito, aqui, é que entendo que esta Casa deverá também se debruçar e analisar os planos privados de Saúde que agora foram regulamentados pelo Congresso Nacional.

Se de uma parte deve haver uma regulamentação, esta regulamentação e a abertura do capital estrangeiro para este setor tem como objetivo, por um lado, até popularizar, baratear os planos, mas, por outro lado, tem um objetivo maior ainda, que está camuflado atrás desses interesses, no sentido de privatizar cada vez mais o setor Saúde.

A maioria da população, como dissemos, com relação à saúde, depende do SUS. O SUS é o caminho, e temos que rediscutir o modelo assistencial, ao invés de ficar centrados na doença. É dever intransferível do Estado garantir de forma universal a saúde para toda a população brasileira.

Por detrás desse movimento sobre os planos privados de saúde, através do Congresso Nacional, da sua regulamentação, existe uma proposta do Banco Mundial, e assumida pelo Ministério da Saúde, de cada vez mais transferir a saúde para as costas da própria população. Que a população cada vez mais compre e pague pela saúde e que o Estado vá tirando cada vez mais o corpo fora.

Voltaremos ainda a tratar mais especificamente sobre o mérito dessa questão que trata sobre os planos privados de saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Inscrito para falar o senhor Deputado Gilmar Knaesel, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Senhor Presidente e senhores Deputados, queremos dar conhecimento aos Deputados presentes, e principalmente deixar registrado nas atas taquigráficas, sobre a reunião ocorrida ontem, com os membros da Comissão do Orçamento Regionalizado e os Conselheiros que foram eleitos no ano passado nas audiências públicas regionais, com exceção de

duas regiões.

Tomamos, ontem, várias decisões importantes para a continuidade desse projeto de Orçamento Regionalizado, que estamos presidindo, também como Presidente da Comissão de Finanças e Tributação.

As principais deliberações foram primeiramente sobre a fixação do cronograma de reuniões para este ano. Iniciaremos o roteiro no início de junho, na primeira quinta-feira, dia 3, na região Nordeste (o Município sede será Jaraguá do Sul), terminando, a última reunião, no dia 7 de julho, em São José, reunindo a Grande Florianópolis.

Com este cronograma esperamos contar com a participação efetiva da Assembleia Legislativa, com a Mesa Diretora, que precisa dar o suporte às Comissões para o deslocamento e para a organização desses encontros, mas é imprescindível a participação dos senhores Deputados, porque entendemos ser esse projeto um avanço que precisa ter continuidade.

O projeto do orçamento regionalizado, aprovado aqui pelos senhores Deputados, é uma realidade, apesar dos problemas iniciais, questões que todos conhecem, e que estamos, hoje, em condições bem melhores do que as do ano passado.

Primeiramente, entre outras decisões, demos aos Conselheiros os resultados dos trabalhos até agora desenvolvidos pela assessoria técnica, que visam o acompanhamento da execução do Orçamento deste ano.

Neste aspecto existem problemas devido a falta de informação, pois procuramos obter junto ao Tribunal de Contas um acompanhamento que na verdade não está ocorrendo, porque o Tribunal de Contas não tem dados concretos daquilo que já foi executado este ano, apenas se baseia em relatórios que vêm muito tempo depois, não havendo um prazo. Portanto, fica a constatação de que o Tribunal de Contas do Estado tem um acompanhamento on line das 293 Prefeituras Municipais do Estado e não tem o acompanhamento on line da execução do Orçamento do Governo Estadual.

É uma falha que precisa ser corrigida, porque o Tribunal é um órgão auxiliar da Assembleia Legislativa. Portanto, é preciso tomar providências para que ele tenha esse acompanhamento on line. Mas estamos procurando também via informática, junto ao Ciasc, que detém hoje as informações mais apuradas, mais instantâneas, resolver essa questão. Até este momento não foi possível essa ligação, mas a assessoria de informática da Casa está tomando todas as providências, e esperamos ter nos próximos dias essa ligação para podermos imediatamente ter as informações necessárias.

Então, nós demos conhecimento das informações que temos até este momento e imaginamos que até começo de junho, quando retornarmos às regiões, teremos as informações necessárias.

Outra decisão importante que foi deliberada no dia de ontem foram os critérios: de que forma vamos distribuir o volume que temos para movimentar, de que forma vamos dividir entre os Municípios. No ano passado usamos o critério de número de habitantes, que a princípio seria o critério a ser utilizado também este ano. Surgiram algumas propostas e esperamos, dentro dos

próximos dias, receber alguma proposta nova que possa ser mais adequada do que essa distribuição que nós utilizamos no ano passado, qual seja a distribuição por número de habitantes, que no primeiro momento atendeu às expectativas dos Municípios de Santa Catarina.

Também as cinco propostas que cada Município tem a oferecer foram subdivididas em três propostas municipais, uma microrregional e uma estadualizada ou regional. Com isso procuramos atender às regiões, numa ampliação do método do ano passado, em que a grande maioria apresentou apenas emendas municipais. Lógico que a necessidade dos Municípios é muito maior, que se pensa em primeiro lugar em arrumar a sua casa, até entendemos esse procedimento, mas tenho certeza de que com essa nova metodologia vamos ser muito mais abrangentes, vamos conseguir atender às regiões como um todo.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Quería neste momento registrar a alegria pela sua obstinação na questão do Orçamento Regionalizado. É uma questão que ainda não está bem equacionada; V.Exa. bem disse das dificuldades técnicas que existem nas ligações para o recebimento das informações, que esta Casa precisa dominar para poder exercer o Orçamento e tratá-lo como peça de trabalho da Assembleia Legislativa.

Por outro lado, esta Casa tem cometido uma grave omissão, que espero possa ser superada ao dizer para Santa Catarina o quanto é importante o Orçamento ser regionalizado. Se esta Casa não usar da potencialidade que tem, do seu setor de comunicação próprio, da sua assessoria de imprensa para produzir informações consistentes anteriores às audiências regionais, para poder dar a Santa Catarina o verdadeiro sentido do Orçamento trabalhado na Assembleia Legislativa, ficará muito difícil nós sensibilizarmos a comunidade, que está esperando um resultado direto e imediato.

Iso não é possível alcançar ainda, infelizmente, por essas questões que V.Exa. levantou, pelo mau costume que tem o Poder Executivo de tratar com exclusividade o Orçamento, de não querer compartilhar com a Assembleia Legislativa.

Por conta de tudo isso é que estou fazendo o registro e pedindo à Presidência da Mesa Diretora que se valha das suas assessorias próprias para poder divulgar para Santa Catarina a importância do Orçamento ser discutido com a comunidade, porque a nossa Casa tem pecado ao não falar da instituição para toda Santa Catarina. Nós divulgamos bem os projetos que aqui tramitam, mas não se fala das questões maiores da Casa.

Espero que o Deputado Neodi Saretta possa tratar disso com toda a seriedade, como tem tratado de outras questões também relevantes da Assembleia Legislativa.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço as suas colocações, que são oportunas. Sem dúvida, uma mobilização por parte da Assembleia Legislativa na divulgação da importância do Orçamento Regionalizado irá fortalecer toda a ação que virá dessa Comissão.

Mas ainda é importante salientar que este ano estamos vivendo um momento diferente, pois até julho vamos ter as

informações, as propostas dos Municípios para aí remetê-las ao Executivo, que poderá e deverá incluir essas propostas vindas das bases já no projeto que virá para a Assembléia Legislativa. É o inverso do ano passado, quando nós incluímos, através de emendas, as propostas vindas dos Municípios.

Então, há uma inversão clara este ano. Por isso acho que precisamos também sensibilizar o Executivo para participar do Orçamento Regionalizado, que hoje é uma lei, é uma alteração constitucional. Não adianta nós aqui fazermos o esforço, como estamos fazendo, e o Executivo virar as costas, como fez até este momento.

Foi pedida uma audiência com o Governador do Estado a fim de sensibilizá-lo no sentido de que o Executivo também participe já nesta primeira fase das audiências públicas regionais, como uma forma mais democrática, transparente e descentralizada, que é o objetivo do Orçamento Regionalizado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não havendo mais oradores inscritos, passaremos ao horário dos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o senhor Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente e senhores Deputados, participei ontem à tarde de uma reunião sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis DST/Aids, juntamente com o Gapa, com o Faça e com dezenas de outras entidades não-governamentais, para tratarmos sobre o avanço da epidemia de Aids no Estado de Santa Catarina e também de medidas emergenciais para fazer frente a esta situação.

O que se constata hoje é sem dúvida um grande flagelo social e de saúde pública em nível mundial. Até final de 1997 registrou-se em torno de trinta milhões de pessoas com a doença em nível mundial, e o problema também é da maior gravidade e seriedade em nível de Brasil e do Estado de Santa Catarina.

Desde 1984, quando pela primeira vez se registrou o aparecimento da doença em nosso Estado, até agora notificou-se 4.785 casos de Aids, e, diga-se de passagem, são notificados apenas os casos de Aids, não são notificados os casos de HIV positivo. Na verdade, estima-se ainda que para cada caso de Aids, de doença registrada, no mínimo deve haver em torno de dez casos HIV positivo. Portanto, a proporção da gravidade da epidemia da doença é muito maior do que se imagina.

Santa Catarina tem hoje três cidades, Itajaí, Balneário Camboriú e Florianópolis, que estão entre as dez cidades brasileiras com maior índice de infecção pelo vírus HIV.

Dados estatísticos mostram que 71.2% das pessoas infectadas pelo HIV são pessoas que têm até o 1º grau, são pessoas mais humildes, mais pobres. É o que se chama de pauperização da epidemia da Aids, um empobrecimento, eis que se verifica um aumento na camada da população mais pobre. Isso acontece também em relação ao consumo de drogas, uma vez que há um aumento crescente entre as pessoas mais pobres, tanto de drogas injetáveis quanto de outras modalidades.

O número de casos de Aids vem aumentando na faixa mais juvenil. O período de incubação, ou seja, a contaminação pelo vírus até o aparecimento dos sinais e sintomas da doença, leva de 10 até 15 anos, e vejam que a

doença começa a aparecer em maior quantidade agora, na faixa etária de 25 a 34 anos, mostrando exatamente a incidência cada vez maior na fase juvenil, de 13 a 14%, segundo as estatísticas.

Há também um aumento de mulheres infectadas por várias razões, e em consequência disso o número de crianças infectadas é maior. Ao mesmo tempo que ocorre uma juvenilização, também há uma infantilização da epidemia de Aids, quer dizer, um aumento cada vez maior entre crianças. Em Santa Catarina temos 346 casos notificados de crianças com Aids, até 28 de fevereiro deste ano.

O encontro nacional, ocorrido em Curitiba, para debater esse avanço da epidemia de Aids, especialmente no Sul do Brasil, mostrou que Santa Catarina, do ponto de vista da assistência à Aids, tem uma estrutura razoável. Porém, do ponto de vista da prevenção, seja pelo uso de drogas ou de todas as formas de Aids, nós estamos muito mal.

A propósito, esse encontro procurou tratar de medidas emergenciais para fazermos frente a essa epidemia no Estado, e eu estou convencido de que precisamos conjugar esforços dos Governos Federal, Estadual e Municipal e de todas as demais instituições públicas, como a Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Nesse sentido, eu também coloquei nessa reunião que a Comissão de Saúde e Meio Ambiente desta Casa deveria participar desse processo, aglutinar-se a esse circuito, também com a parceria da sociedade civil e das organizações não-governamentais, porque somente através de um amplo mutirão, conjugando todos os esforços, é que poderemos realmente fazer frente a essa epidemia de Aids no Estado.

Nesse sentido, foram tiradas várias propostas para se enfrentar a situação, quais sejam: ampliação das campanhas de prevenção à Aids junto à população, especialmente na rede de ensino estadual; aprimoramento dos chamados programas de redução de danos, e entre eles existe um de distribuição de seringas para usuários de drogas injetáveis; ampliação da distribuição de preservativos à população; maior orientação às gestantes, no caso também a realização dos testes de HIV; e veiculação em todos os espaços de mensagens de orientação e prevenção à Aids. E parece-me que hoje deu entrada nesta Casa um projeto de lei de autoria do Deputado Jorginho Mello para que também sejam veiculadas em eventos públicos, em estádios de futebol, através dos meios de comunicação de massa.

Quero apenas fazer referência neste momento que em 24 de novembro do ano passado eu dei entrada nesta Casa a um projeto de lei, o qual está tramitando ainda na Comissão de Constituição e Justiça, que propõe medidas de prevenção ao uso de drogas e à Aids, de tratamento aos dependentes químicos e também ao combate ao tráfico.

Desta feita, incluí um dispositivo, que em outra oportunidade vou trazê-lo aqui para um debate mais ampliado, que é a questão do programa de redução de danos. No programa de redução de danos, entre as suas várias orientações, entra a questão da autorização para a distribuição de seringas mediante troca entre os usuários de...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Deputados do PSDB.

(Pausa)

Na ausência de Deputados do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PPB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Deputados do PPB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PPB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao do PFL.

Com a palavra o Deputado Júlio Teixeira.

O SR. DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA - Senhor Presidente, Deputado Neodi Saretta, inicialmente gostaria de cumprimentar V.Exa. pela magnânima iniciativa de proceder à reunião com os Presidentes dos demais Poderes que formam a estrutura jurídica institucional do Estado de Santa Catarina.

V.Exa., que bem vem conduzindo os destinos desta Casa, com o mais alto espírito público procedeu à iniciativa de reunir os Presidentes para que se pudesse achar uma solução para o encaminhamento do repasse aos Poderes, dentro daquilo que foi preconizado e que está na lei.

Portanto, senhor Presidente, a nossa manifestação, ocupando o horário do PFL, é no sentido de juntar forças, de fazer com que a Assembléia Legislativa, que é o Poder legitimamente representante do povo de Santa Catarina, continue tendo atitudes do mais alto nível, do mais alto grau, como a que V.Exa. tomou no sentido de nós, sim, procedermos à primeira iniciativa, o primeiro encaminhamento. Nós todos, como Parlamentares, além de envaidecidos, estamos juntos com V.Exa. nessa iniciativa que encontrou coro, respaldo na conversa e na audiência que foi celebrada com os demais Presidentes.

Mais uma vez, senhor Presidente, o Governador do Estado de Santa Catarina descumpe uma lei maior; mais uma vez o Governador do Estado de Santa Catarina, com formação jurídica, descumpe os preceitos estatuídos na Constituição de Santa Catarina; mais uma vez o Governador do Estado de Santa Catarina faz da Constituição do Estado um brinquedinho para o seu dia-a-dia; mais uma vez faz com que o povo de Santa Catarina tenha cada vez mais dúvidas com relação ao que deve cumprir na legislação; mais uma vez ele rasga os preceitos legais e descumpe as leis e as normas vigentes.

Digo tudo isso, senhor Presidente, porque mais uma vez o Poder Legislativo de Santa Catarina toma a iniciativa de colocar nos eixos, no real caminho, as questões relacionadas à quebra de determinações legais.

Cumprimento V.Exa., e mais uma vez a Mesa Diretora da Assembléia, por encaminhar a notificação ao senhor Governador, ao Secretário da Fazenda e ao ex-Secretário da Fazenda para que dêem as explicações devidas pelo não-pagamento do 13º salário, motivados por uma ação, uma representação encaminhada a esta Casa pela Federação Catarinense dos Policiais Cíveis de Santa Catarina.

Mais uma vez, o senhor Governador do Estado, ao descumprir um preceito legal, pois rasgou também a Lei das Diretrizes Orçamentárias, descumpriu a Lei Orçamentária, não determinando o pagamento do 13º salário.

Mais uma vez o Governador do

Estado está, mais de cem vezes, mais de duzentas vezes, mais de mil vezes, mentindo à população de Santa Catarina que não está pagando o 13o salário por culpa da Assembléia Legislativa.

Não está pagando 13o porque não teve a competência; arvore-me a dizer que não teve o zelo, arvore-me mais a dizer que teve a incapacidade de gerir as finanças públicas, e, mais uma vez, arvore-me a dizer que jogou no ralo de Santa Catarina, no pior ralo que possa existir, tudo aquilo que nós fizemos, o esforço da construção deste Estado, durante todos esses anos.

Senhor Presidente, senhores Deputados, o Governador vai responder, sim, tenho certeza, a mais um processo de "impeachment" nesta Casa, a quantos necessários forem, para provar definitivamente que uma mentira repetida diversas vezes, a contumácia da mentira, não pode ser transformada em verdade, como assim desejam os meios de comunicação oficiais do Palácio de Santa Catarina. Responderá, eu tenho certeza, senhor Presidente.

Estamos aqui prontos, cada Deputado desta Casa, para formar uma Comissão Especial, para mais uma vez, mesmo que a sociedade tenha temores com relação à CPIs e Comissões Especiais desta Casa, o nosso papel ser cumprido.

Mais uma vez o Governador rasgou a Constituição. E tenho certeza que, já nos estertores desse Governo, já na agonia de não poder dar à sociedade catarinense as devidas explicações pelo grande peculato praticado, vai agora, mais uma vez, repito, ser notificado por um crime cometido, o crime de responsabilidade do descumprimento da Lei Orçamentária.

Responderá, sim, senhores Parlamentares! Eu serei o primeiro a pedir ao meu Líder do Partido que seja procedida a indicação para participar desta Comissão Especial. Conversarei com cada Companheiro, Companheiro Norberto Stroisch, Companheiro Pedro Bittencourt, Companheiro Adelor Vieira, Companheiro Wilson Wan-Dall, para que nós tenhamos esse encaminhamento na Assembléia Legislativa, para que, repito, mais uma vez Santa Catarina tenha que ser, infelizmente, noticiário nacional devido ao descumprimento do que rege os ditames legais desse Estado por parte do senhor Governador do Estado. Infelizmente, o Governador se colocou como um grande delinquente no descumprimento às leis.

Reforço, assim, essa tese com os crimes cometidos e aqui nesta Casa resolvidos para não dar continuidade ao processo.

Quanto aos atos de improbidade administrativa, estamos aguardando as devidas ações no Ministério Público; quanto aos crimes comuns que foram cometidos no caso dos precatórios, estamos aguardando os encaminhamentos do Ministério Público, e esta Casa, mais uma vez, vai se deparar com o processo de apuração do crime de responsabilidade.

Senhor Presidente, estamos prontos, todos nós, para mais esta missão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do tempo restante destinado ao PFL, com a palavra o senhor Deputado Adelor Vieira.

Por requerimento de autoria do Deputado, também os sete minutos

destinados já à repartição dos demais Partidos será utilizado por S.Exa., somando dez minutos no total.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Senhor Presidente, eu gostaria de consultar se o PMDB também vai fazer uso do horário, porque se não aumentaria um pouquinho mais o meu tempo, pois eu precisaria disso.

Não haveria problema? E o PPB também cederia?

(Pausa)

Muito obrigado ao eminente Líder do PPB.

Senhor Presidente e senhores Deputados, hoje, 14 de maio de 1998, é uma data por demais significativa para um povo especial, para um povo que, segundo a Bíblia, foi o povo eleito por Deus, o povo de Israel.

(Passa a ler)

"Exatamente no dia 14 de maio de 1948, de acordo com o plano de partilha da ONU de 1947, acontecia a criação do Estado de Israel. Menos de 24 horas depois, os exércitos regulares do Egito, Jordânia, Síria, Líbano e Iraque invadiram o país, forçando Israel a defender a soberania que acabara de reconquistar em sua Pátria ancestral."

Eu dizia que Israel é a Nação eleita de Deus. No salmo 122, no versículo 6, diz assim a palavra:

(Passa a ler)

"Haja a paz dentro de teus muros e prosperidade dentro dos teus palácios. Por causa dos meus irmãos e amigos direi 'haja a paz em ti'."

(Passa a ler)

"Israel sempre foi um território muito cobiçado. E nessa luta - conhecida como a Guerra de Independência de Israel - as recém-formadas Forças de Defesa de Israel - FDI -, pobremente equipadas, rechaçaram os invasores em lutas ferozes e intermitentes, que se prolongaram por quinze meses, e custaram a vida de aproximadamente seis mil israelenses (quase 1% da população judaica no País, na época).

No transcurso dos primeiros meses de 1949, realizaram-se negociações diretas, sob os auspícios da ONU, entre Israel e cada um dos países invasores (exceto o Iraque, que se recusou a negociar com Israel, como faz até o dia de hoje); o resultado foi a assinatura de acordos de armistícios, que refletiam as posições no final dos combates. Em consequência, a planície costeira, a Galiléia e todo o Neguev ficaram sob a soberania israelense, a Judéia e a Samaria (a Margem Ocidental) ficaram sob o domínio da Jordânia e a Faixa de Gaza, sob administração egípcia; a cidade de Jerusalém ficou dividida, cabendo à Jordânia o controle da parte oriental, inclusive a Cidade Velha, e a Israel, o setor ocidental da cidade."

Como se construiu o Estado de Israel? E aí é importante, senhor Presidente e senhores Deputados, observar que houve um homem, que nos orgulha muito, o brasileiro Oswaldo Aranha, que foi um marco, e é um marco na história da Nação israelita, na construção do Estado de Israel. Foi Oswaldo Aranha quem, com a sua caneta histórica, deu o primeiro passo para a constituição e para a construção do Estado de Israel.

(Continua lendo)

"Com o fim da guerra, Israel concentrou seus esforços na construção do Estado pelo qual o povo tinha lutado tão longa e tão arduamente. O primeiro Knesset (parlamento) de 120 assentos entrou em funcionamento após as eleições nacionais (25 de janeiro de 1949), com a participação de quase 85% dos eleitores. Duas figuras que haviam conduzido Israel à independência tornaram-se os líderes

do país: David Ben-Gurion, Presidente da Agência Judaica, foi eleito Primeiro-Ministro; e Chaim Weizmann, Presidente da Organização Sionista Mundial, foi o primeiro Presidente eleito pelo Knesset. Em 11 de maio de 1949, Israel tornou-se o 59º membro das Nações Unidas.

De acordo com o conceito de 'reunião dos exilados', que é a verdadeira razão de ser do Estado de Israel, os portões do País foram abertos de par em par, confirmando o direito de cada judeu de vir a Israel e, ao chegar, receber cidadania israelense. Nos primeiros quatro meses de independência, chegaram ao país cerca de 50.000 mil imigrantes, em sua maioria sobreviventes do terrível Holocausto.

No final do ano de 1951, haviam chegado cerca de 687.000 pessoas, homens, mulheres e crianças, dentre os quais cerca de 300.000 refugiados dos países árabes; a população judaica do país duplicara no prazo de quatro anos.

A crise econômica causada pela Guerra da Independência e a necessidade de dar atendimento à população que crescia rapidamente exigiram uma política de austeridade interna e a procura de ajuda financeira do exterior. O auxílio prestado pelo Governo dos Estados Unidos, os empréstimos de bancos americanos, a contribuição dos judeus da Diáspora e as reparações alemãs do pós-guerra foram empregados na construção de moradias, na mecanização da agricultura, no estabelecimento da marinha mercante e da linha aérea nacional, no desenvolvimento industrial e na expansão de rodovias, telecomunicações e rede elétrica.

No final da primeira década, a produção industrial do País tinha dobrado, assim como o número de pessoas empregadas; as exportações industriais haviam quadruplicado. O aumento das áreas cultivadas havia trazido a auto-suficiência no suprimento de todos os produtos alimentícios básicos (exceto carne e cereais); cerca de 20.000 hectares de terra árida foram reforestados, e foram plantadas árvores ao longo de 800km de estradas.

O sistema educacional desenvolvido pela comunidade judaica no período anterior ao Estado, e que agora incluía o setor árabe, expandiu-se consideravelmente. A frequência escolar tornou-se gratuita e compulsória para todas as crianças entre 5 e 14 anos (desde 1978 ela é obrigatória até os 16 anos e gratuita até os 18 anos.) As atividades artísticas e culturais floresciam, misturando elementos ocidentais, do Oriente Médio e da África do Norte; judeus chegados de todas as partes do mundo traziam consigo as tradições específicas de suas comunidades, assim como os aspectos culturais preponderantes dos países onde haviam vivido durante gerações.

Quando Israel celebrou seu 10º aniversário, a população já ultrapassava os 2 milhões de habitantes."

Desafios, foram muitos, desafios foram enfrentados. E quem tem acompanhado o desenvolvimento do Estado de Israel pode testemunhar que Deus tem estado com aquela Nação.

(Continua lendo)

"Nas décadas de 80 e 90, Israel absorveu mais de 750.000 novos imigrantes, em sua maioria, da antiga União Soviética e Europa. Este grande influxo de consumidores, assim como o considerável aumento do número de trabalhadores profissionais ou não, somados a medidas estritas de controle inflacionário, colocaram a economia num período de expansão acelerada, tendo sido atingido um dos maiores índices de

crescimento do PIB entre os países ocidentais.

O governo que subiu ao poder após as eleições de 1984 para o Knesset, se compunha dos dois principais partidos políticos - o Trabalhista de (centro /esquerda) e o Likud (centro-direita).

Este foi substituído, em 1988, por uma coalisão encabeçada pelo Likud, à qual, após o período de Governo de quatro anos, seguiu-se 1992 uma coalisão trabalhista e de outros pequenos Partidos de esquerda. Durante esses anos cada um dos Governos trabalhou pela consecução da paz, o desenvolvimento econômico e a absorção dos imigrantes, de acordo com suas próprias convicções políticas."

E nesse sentido, com esse trabalho, com esse projeto e com essa vocação, Israel partiu rumo a paz na região.

(Continua lendo)

"Desde a assinatura do tratado de paz Egito-Israel (1979), várias iniciativas foram apresentadas, por Israel e outros, com o objetivo de promover o processo de paz no Oriente Médio. Tais esforços levaram à reunião da Conferência de Paz de Madrid (outubro de 1991), realizada sob os auspícios dos Estados Unidos e da União Soviética, que reuniu representantes de Israel, da Síria, do Líbano, da Jordânia e dos palestinos. Os procedimentos formais foram seguidos de negociação bilaterais entre as partes e por conversações multilaterais tratando de problemas regionais.

Israel e os palestinos: após meses de intensivos contatos secretos em Oslo entre negociações de Israel e da Organização de Libertação da Palestina (OLP), foi formulada uma Declaração de Princípios, onde foram delineados os arranjos para o auto-governo dos palestinos na Margem Ocidental e na Faixa de Gaza.

Sua assinatura foi precedida por uma troca de cartas (setembro de 1993) entre o Líder da OLP Yasser Arafat e o Primeiro-Ministro Yitzhak Rabin, nas quais a OLP renunciava ao uso de terrorismo, comprometia-se a invalidar os artigos de sua Carta que negam o direito de Israel à existência, e se comprometia a uma solução pacífica do conflito territorial de tantas décadas entre palestinos e judeus. Por sua parte, Israel reconhecia a OLP como representante do povo palestino.

Assinada por Israel e a OLP em setembro de 1993 em Washington, a Declaração de Princípios contém um conjunto de princípios gerais mutuamente acordados sobre um período interino

de cinco anos de auto-governo palestino, a ser implantado em quatro etapas. O primeiro passo, estabelecendo o auto-governo na Faixa de Gaza e na área de Jericó, ocorreu em maio de 1994. Em agosto do mesmo ano foi introduzida a segunda etapa, que envolvia a transferência de poderes e responsabilidades aos representantes palestinos na Margem Ocidental em cinco esferas específicas - educação e cultura, saúde, bem-estar social, impostos e turismo.

O acordo Interino Israelense-Palestino de setembro de 1995, que constitui a terceira etapa, ampliou o auto-governo palestino na Margem Ocidental através da eleição de uma autoridade autônoma - o Conselho Palestino -, a fim de permitir aos palestinos a condução de seus assuntos internos.

A última etapa - negociações entre as partes sobre os arranjos para o status final - iniciou-se de acordo com o que estava previsto em maio de 1996. Tais conversações determinarão a natureza permanente das disposições, cobrindo assuntos pendentes que incluem: os refugiados, os assentamentos, assuntos de segurança, fronteiras e Jerusalém."

Senhor Presidente e Senhores Deputados, esta data é muito significativa para um povo que sofreu muito, é verdade, mas que tem uma história rica em exemplos para todas as demais Nações do nosso Globo Terrestre. Uma Nação guerreira, uma Nação que sabe o que quer, uma Nação que teme a Deus, hoje comemora os seus 50 anos de auto-afirmação como Nação, como já disse e repito, graças ao empenho, e graças também à coragem do brasileiro Oswaldo Aranha.

Por esse motivo, nesta data tão significativa, este Deputado coloca à apreciação de V.Exas., neste Plenário, um requerimento no sentido de congratular o povo de Israel pelo jubileu de ouro e pelo reconhecimento do Estado de Israel proclamado no dia 14 de maio de 1948, de acordo com o Plano de Partilha da Organização das Nações Unidas no ano de 1947.

Com estas considerações, com esta exposição resumida que pretendi fazer sobre o povo de Israel, sobre a Nação israelita, sabendo que é uma Nação que tem um propósito específico, que o povo de Israel é a Nação escolhida por Deus, e nós, os brasileiros, também em os apoiando, em participando do seu projeto de paz, certamente seremos abençoados por Deus neste particular.

Portanto eu apelo aos meus nobres Companheiros e ao Presidente, se possível, que dê entrada ainda hoje ao Plenário a deliberação desse requerimento a ser enviado a Sua Excelência, o Ministro Extraordinário Plenipotenciário de Israel no Brasil, Yaacov Keinan, a fim de que receba as congratulações do Parlamento catarinense e do povo de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos à Ordem do Dia.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Vargem Bonita, manifestando condolências pelo passamento trágico do Vereador Noel Nogueira da Silva.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Adelor Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Excelentíssimo senhor Yaacov Keinan, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Embaixada de Israel, congratulando-se pela passagem do jubileu de ouro de reconhecimento do Estado de Israel, proclamado no dia 14 de maio de 1947.

A Presidência defere de plano.

Senhores Deputados, as demais matérias constantes da Ordem do Dia de hoje serão obrigatoriamente retiradas e incluídas na pauta da Ordem do Dia de segunda-feira, porque é visível a falta de quórum, infelizmente.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias que constavam da pauta da Ordem do Dia da presente sessão ordinária e as que estão em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 053ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 18 DE MAIO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VANDERLEI ROSSO

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Meres - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Jaime Mantelli - Lício Silveira - Luiz Herbst - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro

aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Segundo Secretário, Deputado Gervásio Maciel, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Segundo Secretário, Deputado Gervásio Maciel, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SEGUNDO SECRETÁRIO (Deputado Gervásio Maciel) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Onofre Santo Agostini, que altera o item II do art. 8º da Lei nº 6.063, de 24 de maio de 1982, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências;

- de autoria do senhor Deputado Gelson Sorgato, que declara de utilidade pública a Liga Palhocense de Futebol - LPFH;

- de autoria do senhor Deputado Manoel Mota, que atribui denominação ao Ginásio de Esportes, sito no Município de Meleiro e adota outras providências.

OFÍCIOS NºS:

0040/98, do senhor Prefeito Municipal de Brusque, no sentido de apoiar integralmente a apresentação de emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 002/98, enviada pela Ordem dos Advogados do Brasil-Subseção de Brusque; 0069/98, do senhor Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/SC, em atenção a matéria jornalística publicada no jornal A

Notícia (pg. A5), datada de 13 de maio de 1998, sob o título Líder do PPB Propõe Controle de Convênios;

0112/98, do senhor Prefeito Municipal de Laurentino, encaminhando cópia da ata que elegeu as cinco principais prioridades a serem incluídas no Orçamento Estadual Regionalizado;

0295/98, do senhor Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, reportando-se ao Ofício nº 063/98-GP;

0326/98, do senhor Gerente de Mercado da Caixa Econômica Federal, comunicando a liberação de parcelas do Programa Pró-Saneamento;

0346/98, do senhor Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, encaminhando Requerimento nº 509/98, acatado pelo Plenário;

0351/98, do senhor Chefe de Gabinete da Presidência da Telesc, reportando-se ao Telefax nº 0458.5/98;

1846/98, do senhor Senador Esperidião Amin, encaminhando cópia da carta recebida do Ministério dos Transportes, informando sobre o pleito referente à pavimentação asfáltica do trecho entre a BR-282 até o entroncamento com a BR-470;

2079/98, do senhor Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, encaminhando cópia do Quarto Termo Aditivo ao Convênio MMA/SRH nº 078/95, celebrado entre este Ministério e o Governo desse Estado;

0022/98, dos senhores Prefeitos que fazem parte da Associação dos Municípios do Planalto Sul Catarinense, solicitando o andamento do Projeto de Criação da Micro-região do Planalto Sul Catarinense que tramita nesta Casa; e

0696/98, do senhor Deputado Federal Hugo Biehl, comunicando o recebimento do Fax TE/0357.8/98.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente e senhores Deputados, hoje, dia 18 de maio, é o Dia Nacional da Luta Antimanicomial.

Quero aproveitar a oportunidade para, mais uma vez, fazer algumas considerações sobre esse assunto, uma vez que temos o Projeto de Lei nº 340/95 em tramitação nesta Casa, de autoria deste Deputado e do Deputado Idelvino Furlanetto, que propõe uma reformulação da assistência psiquiátrica em Santa Catarina.

Embora esse projeto tenha recebido na Comissão de Constituição e Justiça um substitutivo de autoria do Deputado João Henrique Blasi, mesmo assim, atualmente, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, onde o projeto se encontra, estamos procurando estabelecer um processo de conversação, de negociação a respeito desse projeto, entre o seu original e o substitutivo, uma vez que, em parte, o substitutivo avança em propostas do projeto original e ainda mantém a estrutura do "status quo" vigente, atual, na assistência psiquiátrica em nosso Estado.

Esse assunto, na verdade, é matéria também de um projeto que tramita no Congresso Nacional desde 1989 e, atualmente, no Senado, ainda sem nenhuma decisão final, até porque é um assunto polêmico, controvertido. Há, como num cabo

de guerra, dois lados dessa luta. De um lado temos aqueles que tentam manter o modelo atual, vigente, em termos de assistência à saúde mental no Brasil, em cada Estado da Federação, como aqui, em Santa Catarina. Do outro lado temos outros que tentam reformular esse modelo, propondo um modelo mais humano, mais justo, mais ao encontro da própria cidadania.

Digo isso porque o modelo manicomial existente é um modelo antigo, que na maioria das vezes exclui a pessoa portadora de sofrimento psíquico ou de transtorno mental da família, da sociedade, do trabalho, enfim, exclui o doente da própria cidadania.

Geralmente as pessoas portadoras de sofrimento psíquico ou de transtorno mental são afastadas da família, da sociedade, do trabalho e são colocadas e tratadas em ambientes fechados, em ambientes lembrando os antigos manicômios propriamente ditos, como se fossem presídios, com muros altos, ambientes gélidos sem o calor humano e sem a sensibilidade social necessários.

Por isso, hoje, no dia do Movimento da Luta Antimanicomial queremos, mais uma vez, lembrar aos senhores Deputados desta Casa sobre a importância de debatermos esse assunto.

Na verdade, esse assunto merece a atenção de toda a sociedade, eis que geralmente a sociedade está de costas para essa realidade. Eu já apresentei aqui, em outras oportunidades, dados estatísticos sobre essa triste realidade. As internações psiquiátricas são a terceira causa de internação no Brasil; depois dos partos e das cesarianas vêm as internações psiquiátricas.

Quando formos atentar para os gastos em saúde, veremos que os gastos que o Ministério da Saúde tem no Brasil em primeiro lugar é exatamente com a psiquiatria. São mais de trinta milhões de reais/mês, mais de oitenta mil internações por mês.

E já dissemos que 40% dos pacientes psiquiátricos ocupam o mesmo leito há mais de cinco anos, mostrando que é um sistema ultrapassado, cronificado, que não resolve o problema do paciente e muito menos da própria sociedade.

O projeto de lei de autoria deste Deputado e do Companheiro Idelvino Furlanetto, que deu entrada nesta Casa em dezembro de 95, após ficar durante um ano e meio nas mãos da Relatoria recebeu um substitutivo, para nossa surpresa. Tentamos agora um processo de conversação para que possamos resgatar o mérito e as propostas originais do projeto.

Nesse sentido tivemos um debate na Comissão de Direitos Humanos da OAB de Santa Catarina, há um mês tivemos uma reunião com o Conselho Estadual de Saúde e estamos organizando um seminário estadual sobre saúde mental, para que possamos debater os dois pontos de vista e possamos encontrar um denominador comum, porque o projeto que propomos procura modificar o modelo atual, hospitalocêntrico, como se diz, para um novo modelo.

Sabemos que não será implantado da noite para o dia, de um ano para o outro, mas deverá ser implantado de forma gradativa, sendo substituído por uma rede integrada de vários serviços assistenciais de atenção sanitária e social, tais como ambulatórios, emergências psiquiátricas, leitos psiquiátricos em hospitais gerais, hospitais/dia, hospitais/noite, centros de convivência, centros ou núcleos de atenção psicossocial, lares abrigados, cooperativas e oficinas

terapêuticas.

Nesse sentido o projeto propõe, num prazo inicial, cinco anos para a implantação desse novo modelo, um prazo que pode perfeitamente ser negociado e prorrogado. O importante é que Santa Catarina precisa, a exemplo de outros Estados da Federação, caminhar na direção de um novo modelo que possa resgatar o respeito ao cidadão, que possa resgatar a própria cidadania ao paciente portador de sofrimento psíquico. O projeto também prevê uma comissão de reforma psiquiátrica, com diversas entidades governamentais e não-governamentais, para acompanhar passo a passo esse processo.

Da mesma forma, o projeto disciplina determinados tipos de patologias que na verdade não dizem respeito a internações psiquiátricas como acontecem hoje. Por exemplo, as síndromes de dependência alcoólica e de outras drogas ocupam os hospitais psiquiátricos, o que na verdade não são situações que devam ser atendidas por hospitais especializados em psiquiatria da mesma forma que os portadores de deficiência mental.

Hoje, no próprio Hospital Colônia Santana, agora denominado Instituto de Psiquiatria - inclusive quando o Ministério da Saúde há dois anos procedeu a uma vistoria eu participei -, podemos constatar a presença de muitas pessoas internadas há anos, cujo diagnóstico principal é o de deficiência mental. E nada tem que ver com as patologias da deficiência mental, com internação psiquiátrica.

Da mesma forma, também, quanto aos pacientes epiléticos, pacientes portadores de síndromes de epilepsia, é um absurdo estarem ocupando leitos psiquiátricos. Não tem nada que a ver com paciente epilético, portadores de epilepsia, com psiquiatria.

Há várias distorções hoje na forma como os pacientes são internados na psiquiatria. Por isso, o nosso projeto propõe reformulações.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Concedo um aparte ao meu Companheiro, co-Autor do projeto, Deputado Idelvino Furlanetto, porque temos que ir agora ao Largo da Alfândega, onde o Movimento Antimanicomial está realizando um ato público para apoiar, inclusive, o Movimento.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Gostaria de cumprimentá-lo e dizer que iremos nos dirigir ao Largo da Alfândega para compartilhar desse Movimento, porque hoje é o Dia Nacional de Luta do Movimento Antimanicomial...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Inscrição do senhor Deputado Gervásio Maciel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL - Senhor Presidente e senhores Deputados, o nosso pronunciamento no dia de hoje é, mais uma vez, para pedir pela nossa agricultura e pelos nossos agricultores.

Estamos dando entrada a requerimentos e indicações ao Governo do Estado, ao Ministro da Agricultura, ao Banco Central, ao Banco do Brasil, aos gestores do Pronaf

e à Delegacia do Ministério da Agricultura de Santa Catarina, no sentido de agilizarmos e pedirmos recursos para o nosso agricultor, ou seja, o crédito agrícola.

O nosso Ministro tem falado que quer uma grande safra para 98/99. Estamos entrando, evidentemente, no inverno, mas várias culturas começam agora, como a da cebola, na região do Alto Vale do Itajaí. E como em toda Santa Catarina, hoje, até na serra, já se planta cebola, essa cultura está em franco desenvolvimento. Já se semeou a cebola, já se investiu na compra da semente, na adubação e no preparo da terra. No entanto, não estamos vendo o crédito agrícola disponível nos bancos, não só para o custeio como, também, para o investimento.

Quando falo em crédito agrícola, quero também pedir que seja um crédito capaz de propiciar ao agricultor a esperança, uma alavancagem da sua produção, da sua vida no interior, para que não seja mais uma ameaça, uma desesperança. Eles precisam de juros pequenos como, por exemplo, o do Pronaf, com prazos.

Então, a nossa indicação, o nosso requerimento é no sentido de disponibilizar recursos do Pronaf nos bancos, para que os nossos agricultores possam realmente utilizar um desses créditos, como o do Pronaf. E a notícia que se tem é de que está sendo protelada de um mês para o outro a verba disponível nos bancos.

Precisamos, sem dúvida alguma, incentivar, dar os meios necessários para que o nosso agricultor possa prosseguir na sua luta, pois ele tem dificuldades, também, de produzir em virtude das variações climáticas, além de não conseguir bons preços quando tem produção.

Queremos que o Governo Estadual e Federal se sensibilizem com isso, disponibilizando no mínimo o Pronaf, que é um programa bom e sério que tenta ajudar os nossos agricultores. E quando falo do Pronaf, falamos das famílias agrícolas, que é realmente uma categoria que vai ser abrangida, porque o nosso agricultor aqui é a agricultura familiar. E esta realmente está enquadrada dentro do Pronaf.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Veja, Deputado, que no Rio Grande do Sul o Banco do Brasil e o Banco do Rio Grande do Sul prorrogaram os financiamentos vencidos e a vencer dos pequenos e médios produtores que tiveram frustração na safra.

Na semana passada tive uma audiência com o Presidente do Besc para que ele faça a mesma coisa que fez o Rio Grande do Sul, porque não adianta nada - no nosso entender - abrir novos financiamentos, se não resolver os financiamentos já vencidos, porque a preocupação maior hoje é pagar o banco, o dinheiro que já deve. Do dinheiro que já apanhou, fez a safra e houve uma frustração - caso específico da nossa região, onde todos eles estão em situação difícil.

Pois bem, o Besc assumiu o compromisso de chamar um por um dos produtores, negociar um por um dos casos, prorrogando esse financiamento no mesmo sistema que o Rio Grande do Sul: por cinco anos. Aí, Deputado Gervásio, abre-se uma nova

esperança para que a agricultura catarinense - principalmente as regiões que representamos - tenha uma possibilidade de uma safra boa. Caso contrário, abrir nova linha de financiamento com os já vencidos, sem os ter pago, acho que a coisa pode complicar.

Por isso, quero endossar o requerimento de autoria de V.Exa. - se V.Exa. o permitir - junto ao Banco do Brasil, porque no Rio Grande do Sul foi prorrogado por cinco anos. E aqui no Estado de Santa Catarina está se vislumbrando essa possibilidade: o refinanciamento das dívidas já vencidas, para abrir uma nova linha de crédito. Aí, sim, nós temos certeza de que os produtores de cebola e de alho, enfim, o pequeno agricultor terá uma solução para esse problema que aflige todo o produtor catarinense.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL - Eu agradeço pelo seu aparte e V.Exa. tem razão quando diz que existem muitos casos de empréstimos agrícolas que precisam ser refinanciados. E acho que se pode ser feito no Rio Grande do Sul, também tem que ser feito em Santa Catarina.

Neste sentido, podemos abranger mais esse apelo para que os empréstimos agrícolas sejam refinanciados. Eu me reporteiqueles que deram conta de pagar seus débitos com os bancos, num financiamento anterior, e que agora desejam esses financiamentos e não só os de custeio.

Nós, Deputados, também os setores agrícolas catarinenses e até o Governo, temos conhecimento da descapitalização que hoje vive o nosso produtor rural. Sem dúvida alguma ele, ao longo dos anos, tem ajudado a manter esse Plano Real, tem descapitalizado, vendido seu capital, já que a produção não tem sido rentável com relação ao dinheiro no bolso no final de cada safra e de cada ano.

Ele tem, muitas vezes, para sobreviver, que vender o seu próprio patrimônio, ou deixar de fazer os investimentos necessários ao reequipamento do maquinário agrícola, ou trocar de equipamento para acompanhar não só a modernização, porque há o sucateamento dos maquinários e eles precisam ser renovados.

Assim, o nosso agricultor precisa, sem dúvida nenhuma, de mais capital para investimento. E quando falo nesse crédito agrícola, refiro-me também a esse investimento. Há hoje, mais do que nunca, todos nós sabemos, uma modernização na agricultura, e o agricultor que não se der conta disso, não modernizar sua produção, também não conseguirá vender seu produto para remunerar seu trabalho. É necessário que ele esteja atualizado, que minimize custos para produzir mais e melhor e poder, assim, vender por um preço que possa remunerar o seu trabalho, a sua luta na terra.

Por isso, senhores Deputados, o que queremos é isso: a conscientização e o alerta às autoridades federais e estaduais no sentido de incrementar e movimentar recursos para que o nosso agricultor, que hoje está um pouco desesperançado em todas as regiões e que sustenta a agricultura catarinense e deste País, possa ter esses instrumentos de vital importância para poder produzir e dar conta do sustento de sua família e de todos os que vivem nas cidades graças à boa alimentação produzida em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Francisco Küster.

(Pausa)

Não havendo interesse por parte do

Deputado Francisco Küster, passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, segunda-feira, os primeiros dezesseis minutos pertencem ao PPB.

Com a palavra o Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente, senhores Deputados e catarinenses presentes, ao início da manifestação do PPB eu gostaria de aproveitar para buscar, se possível, o apoio da assessoria de imprensa desta Casa, dos nobres jornalistas que no dia-a-dia estão aqui presentes para ofertar, infelizmente, mais uma denúncia de desatenção proporcionada pelo Poder Executivo catarinense.

Os centros comunitários, os centros sociais responsáveis pelo grande atendimento que este Estado proporciona - valendo-se da mão-de-obra voluntária de tantos catarinenses - estão novamente a pedir socorro à Assembleia Legislativa.

Aliás, atrasei-me um pouco para me dirigir à tribuna justamente para poder concluir uma conversa, por telefone, com o Presidente do Centro Comunitário do Itaum, de Joinville, que me dizia que até este momento, dia 18 de maio de 1998, nenhuma parcela havia sido repassada àquele centro que presta serviços de atendimento a uma enorme região do Município de Joinville.

Ele dizia ainda que infelizmente não se tratava apenas daquela unidade, mas também dos demais centros comunitários de Joinville. E imagino que Joinville não esteja tendo um tratamento desfavorável, negativo; imagino que, infelizmente, essa questão esteja sendo entendida a todos os centros comunitários e centros sociais prestadores de serviços espalhados pelo Estado e que mantêm convênios com o Governo do Estado, através da Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família.

Foram pactuados valores que deveriam ter sido entregues até o mês de abril. A primeira parcela havia sido assegurada até o findar do mês de abril, Deputado Gervásio Maciel - que certamente irá agregar algumas informações da sua região -, mas está novamente a presidência, o comando do centro comunitário, na sua maioria trabalhando voluntariamente, ou seja, não recebendo um real por seu serviço, sem saber mais o que fazer com relação a isso.

A expectativa que às vezes é colocada - talvez até como medida para forçar uma tomada de decisão - de fechar os centros comunitários também já não sensibiliza mais. A comunidade já se acostumou, infelizmente, a ouvir falar disso, tanto é que já entende que isso é apenas uma pressão produzida pelo centro comunitário para tentar ganhar mais recursos ou coisas do gênero, e não consegue entender que há como cumprir os compromissos que as unidades que prestam atendimento social têm sem haver o aporte de recursos da parcela que provém do Governo e do Poder Executivo.

Então, faço deste momento, do início do espaço destinado ao PPB, mais uma vez, infelizmente, o registro do descumprimento daquilo que o Poder Executivo de Santa Catarina deveria estar a proporcionar. Mais um convênio assinado, mais um conjunto de compromissos assumidos, mais uma desatenção, mais uma negativa.

O Sr. Deputado Gervásio Maciel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Gervásio Maciel - Deputado Eni Voltolini, desejo cumprimentar

V.Exa. e dizer que também - certamente V.Exa. tem conhecimento - em Rio do Sul já recebemos, semanas atrás, esse mesmo apelo, igual ao de Joinville.

Há um detalhe que tem que se dizer, Deputado Eni Voltolini: não é um simples convênio, como qualquer outro convênio, em que o Governo fosse espontaneamente repassar o seu recurso para que a comunidade administrasse em seu favor. Esse centro comunitário cumpre uma missão do Governo do Estado ao dar assistência social. Inclusive, é um sistema terceirizado muito bem feito em Santa Catarina, com o qual a direção não ganha nada, somente os trabalhadores.

Por isso, é lamentável dizer que esse Governo não vem cumprindo com mais esse compromisso com a sociedade. Não é um simples convênio espontâneo, repito, como o Governo faz nos finais de semana para angariar votos.

Fazer convênio é muito bom. Sou favorável ao dinheiro que é distribuído às Prefeituras e às comunidades, através de entidades, com cheques de um mil e quinhentos, dois mil, etc. Isto é muito bom, mas ele tem que, primeiramente, honrar esse compromisso com a sociedade, que é o de pagar os trabalhadores dos centros comunitários, que desenvolvem um serviço em favor dos catarinenses.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - V.Exa. disse bem e permito-me incorporar a sua manifestação ao nosso comentário, porque existe uma diferença flagrante - e é bom que as pessoas que estão nos ouvindo atentem para esse detalhe - entre um convênio fruto de uma transferência voluntária ao Município - que vai acrescentar recursos ao Município, sim, mas que se a ele não fosse destinado estaria de qualquer forma sobrevivendo com as suas receitas - e um convênio em que a unidade que presta serviços na área social em nome do Governo não recebe a sua contrapartida.

Portanto, é uma unidade que representa o Poder Executivo e que depende daqueles recursos para que possa dar continuidade a essa prestação de serviços. Mas o próprio chefe, que é o Poder Executivo, não remete os recursos para que aquela unidade, em seu nome, preste serviços à comunidade.

Deputado Olives Santini, quanto a um chefe, a um patrão que nem aos seus servidores diretos cumpre o pagamento dos salários, não seria de estranhar que não pague também entidades que o representam, que em seu nome prestam serviços.

Estamos aí de novo a falar do 13º salário, estamos aí de novo a falar das pessoas que já prestaram serviço para merecer aquele salário e que até agora esperam que haja alguma coisa de extraordinário para que eles possam ter aquilo que já é de justiça. Eu quero nesta mesma linha acrescentar mais um tipo de comportamento que faz com que a sociedade totalmente desacredite dessa proposta de Governo colocada atualmente pelo PMDB.

Na semana passada estávamos em Joinville, quatro Deputados presentes, em nome da Bancada Suprapartidária, para discutir, no auditório da Univille, a manutenção e o desenvolvimento do Centro de Desenvolvimento Biotecnológico, o CDB, unidade que foi, na época em que Luiz Henrique era o Ministro de Ciências e Tecnologia, alocada fisicamente no Município de Joinville. E para lá não apenas vieram recursos alemães, foram destinados equipamentos de valores altíssimos, valores, diga-

se de passagem, que permitiram comprar equipamentos que hoje nos demais laboratórios que o Brasil possui não existem.

A Fundação Osvaldo Cruz, que é colocada sempre como referência de saúde pública, não tem os equipamentos que o Centro de Desenvolvimento Biotecnológico possui, que estão totalmente paralisados porque há mais de um ano esse Centro está parado.

Precisamos, pois, resgatá-lo, e não ficarmos apenas na visão de que o Centro poderia ser um prestador de serviço na área acadêmica, um formador e proporcionador de pós-graduação em biotecnologia.

Aquela unidade, Deputado Olives Santini - e V.Exa. sabe, porque detém conhecimento técnico e profissional sobre isso -, estaria capacitada a produzir todos os medicamentos da cesta básica de saúde, justamente medicamentos que hoje tanta falta fazem a tantos brasileiros que, infelizmente, não têm dinheiro para comprar nem aquele conjunto de medicamentos necessários.

Esse Centro de Desenvolvimento está aparelhado para isso e para produzir bioinseticidas. Estamos aí tratando, por exemplo, da dengue, que poderia ter lá o aporte técnico para a produção de bioinseticidas.

O borrachudo, outro drama, assola boa parte das nossas áreas agricultáveis, e ainda hoje estamos importando produtos dos Estados Unidos. Lá já existe a pesquisa feita e cepa nacional para a produção comercial do bioinseticida.

A variedade de utilização dessa unidade é enorme, além de proporcionar para Santa Catarina um centro de referência na área de biotecnologia, trazendo para cá o aporte de recursos, que hoje são destinados a outros Estados, como São Paulo, Minas Gerais, onde essa unidade e essa área têm mais incremento e mais apoio.

Lá, a Reitora, ao fazer uma apresentação da dívida que o CDB possui, que é de 12,7 milhões, disse que a metade deste valor poderia ser bancado pela própria Univille e que parte dessa equação, Deputado Vanderlei Rosso, poderia ser resolvida com os recursos do art. 170, sobre o qual tanto já se falou nesta Casa e que tanto mal já fez às fundações educacionais, às famílias catarinenses, que com esforço levaram seus filhos até a universidade e agora não conseguem mais arcar com a manutenção deles lá, porque não há recurso destinado à bolsa de estudo no ambiente escolar.

A Univille tem a receber, pelo art. 170, 3.140 milhões de reais. E a Reitora Mariléia Gastaldi Lopes, num tom patético, apelou ao representante do Governo de Santa Catarina, que coincidentemente é irmão do Governador Paulo Afonso, para que ao menos, em função da importância do CDB para o nosso Estado, houvesse a predisposição do Governo em pagar aquilo que é devido, conforme o art. 170. Nós tivemos que fazer uma manifestação para lembrar que aquilo é de direito e é um dever do Governo de Santa Catarina, que já deveria ter feito.

Por isso que dia após dia um de nós vem a esta tribuna denunciar. É verdade que muitos que já vieram aqui em anos anteriores já não têm mais ânimo para continuar a fazer essa jornada de denúncia, de cobrança, porque, se não cansaram, têm a impressão de que pouco adianta fazer.

Mas para essas pessoas que aparentemente já cansaram ou têm a

sensação de que nada mais adianta fazer é que eu lanco o desafio, porque além da produção de leis, além da fiscalização e da melhoria do Orçamento, o Poder Legislativo tem que cobrar, em nome da sociedade, os compromissos do Poder Executivo.

Nós temos essa obrigação e iremos fazer isso, esperando que algum dia, em algum momento, nem que seja às vésperas da eleição, onde milagrosamente as coisas aparecem, Deputado Olives Santini... Eu quero ver se este Governo, que diz não ter recursos, começará no segundo semestre, milagrosamente, a produzir receitas! Há poucos dias já ouvi dizer que o PIB de Santa Catarina tinha tido um desempenho de 6,8%, superior ao dos países asiáticos. Eu não sei para onde isso está sendo destinado, porque aqui só se fala de dificuldades, aqui só se fala em queda de arrecadação.

O Sr. Deputado Olives Santini - V.Exa. me concede um aparte.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Olives Santini - Deputado Eni Voltolini, a par de cumprimentar V.Exa. pelo pronunciamento que faz, gostaria de dizer que li há uns dois meses um artigo no Diário Catarinense fazendo a mesma denúncia.

Na ocasião, eles disseram que é simplesmente uma questão de desatenção do Governo do Estado, porque existe um laboratório bem equipado, o que falta são recursos para pagamento de pessoal.

Inclusive, há mais ou menos uma semana, eu recebi um anteprojeto de lei elaborado por engenheiros agrônomos da Secretaria da Agricultura, e na introdução diziam que não se tem nem um laboratório em Santa Catarina capaz de fazer o controle da formulação tradicional dos inseticidas, dos herbicidas, ou seja, dos defensivos agrícolas usados em nosso Estado, mandados para serem analisados em São Paulo ou no Rio Grande do Sul.

Então, isso prova que nós temos os instrumentos e que poderíamos muito bem fazer esse trabalho aqui em Santa Catarina, mais precisamente em Joinville. Talvez V.Exa. não tenha querido colocar, mas existe simplesmente uma rixa política, no meu ponto de vista, entre o senhor Paulo Afonso e o Prefeito de Joinville. E com a paralisação do laboratório, toda a comunidade está sendo prejudicada.

É uma questão que interessa a todos nós, catarinenses, e o Governador faz questão de não dar o apoio que deve dar.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Espero que não seja isso, Deputado Olives Santini.

De qualquer forma, a imprensa também teve a oportunidade de ouvir as mais diversas manifestações. E tomara que Santa Catarina possa experimentar momentos de seriedade e de responsabilidade do Poder Executivo de Santa Catarina. Já faz algum tempo que nós não experimentamos, que não vivenciamos isso.

Muito obrigado, senhor Presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Pedro Bittencourt, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Senhor Presidente, Deputado Francisco Küster, senhor Secretário "ad hoc",

Deputado Gilson dos Santos, motiva-me ocupar este microfone ver dois ex-Vice-Presidentes desta Casa na composição da Mesa Diretora, da qual estamos também agora fazendo parte, imaginando que isso possa ser um prenúncio da eleição de 1998, com a presença do PPB, do PSDB, do PFL e de outros Partidos nesta aliança por Santa Catarina, com a intenção de disputarmos o processo eleitoral que se avizinha, com responsabilidades agora, sem dúvida, mais sérias, partidariamente, para com o nosso Estado e para com os catarinenses.

É com esse propósito, senhores Deputados, servidores desta Casa e senhores da imprensa, que assumo à tribuna para mais uma vez manifestar, em nome do meu Partido, o PFL, que tenho a honra de presidir em nosso Estado, posições adotadas pela nossa agremiação com a firme intenção de apresentar ao eleitor de Santa Catarina, no processo eleitoral do dia 04 de outubro, uma proposta que possa novamente trazer ao catarinense, ao nosso Estado, perspectivas de desenvolvimento, de progresso, e não só o que ocorre hoje em dia.

Muitas vezes lamentamos o tempo perdido ao observarmos o que vem acontecendo no Rio Grande do Sul, no Paraná, onde a administração pública tem tido êxito, colocando esses dois Estados numa dimensão superior à que ocorre hoje em Santa Catarina.

Estamos nos aproximando desse embate eleitoral com a firme intenção de ver o Brasil e Santa Catarina preparar-se para entrar no terceiro milênio, quando de todos nós, homens públicos, serão exigidas criatividade e responsabilidade.

Como diz o Deputado Francisco Küster, as ideologias não serão as condutoras do processo para a solução dos problemas que nos afligem. Vai depender muito mais dos homens, da boa vontade, das intenções, dos bons propósitos para encontrarmos as soluções que Santa Catarina necessita e que deve, sem dúvida nenhuma, apresentar ao eleitorado catarinense.

Não ficaremos exclusivamente com as decisões de Santa Catarina para decidir no processo eleitoral do dia 04 de outubro. Acima dessa decisão teremos também uma eleição presidencial, quando o brasileiro deverá se manifestar sobre a administração do Presidente Fernando Henrique e do Vice-Presidente Marco Maciel, que têm sofrido contestações em muitas ocasiões, como na semana passada aqui, pelo Deputado Vanderlei Rosso.

E eu, quando aparteei o Deputado Vanderlei Rosso, disse que ainda tinha esperanças de que ele, por conhecê-lo, por saber do seu espírito empreendedor, por ser um empresário dinâmico, por certo também tinha a intenção de querer ver o Brasil continuar sendo bem conduzido por mãos firmes e competentes, com as reformas que este País precisa.

Tudo aquilo que diz respeito à alteração, à mudança, ocasiona, sem dúvida nenhuma, dissabores, desafetos e "desinteligências", como a que foi, lamentavelmente, pronunciada pelo Presidente da República quando se referiu às aposentadorias precoces na vida dos brasileiros.

Durante a semana que passou, assistimos o senhor Presidente fazendo um "mea culpa", dizendo que não foi sua intenção que aquelas palavras fossem de ofensa ao brasileiro determinado, trabalhador, que muitas vezes começa a sua labuta ao iniciar a

adolescência.

Ainda na semana que se encerrou, vimos pela televisão crianças com as mãos calejadas por um trabalho mais árduo, nem sempre condignamente remunerado, marchando rumo a Brasília. E sabemos que essas mesmas crianças serão amanhã aqueles que foram taxados de vagabundos pela sua aposentadoria precoce, porque começaram a trabalhar desde muito cedo.

Por isso, eu dizia ao Deputado Vanderlei Rosso que também lamentei esta manifestação do senhor Presidente, mas, ao ouvi-lo num programa de rede nacional, tenho certeza que Sua Excelência colocou a questão no seu devido lugar ao dizer para quem naquele momento externou a sua opinião.

Assim é que eu, mais uma vez, na condição de Presidente Estadual do Partido da Frente Liberal em Santa Catarina, venho a esta tribuna para deixar registrado nos Anais desta Casa e perante toda a sociedade catarinense que estamos convencidos de que o caminho trilhado até agora deve continuar sendo perseguido, para que este século que está por se encerrar possa ser dignamente preenchido pelos portadores de mandato no Brasil e em nosso Estado.

Quero ainda reafirmar, senhor Presidente e senhores Deputados, as manifestações dos nossos líderes maiores, a começar pelo Presidente Nacional do PFL, com quem há pouco conversava. Dizia ele que tinha convicção de que as reformas que estão sendo conduzidas no Congresso Nacional não seriam emperradas em razão do processo de eleição, que se avizinha, nem mesmo em razão da Copa do Mundo, a qual todo brasileiro, por certo, está aguardando já com muita expectativa.

Dizia-me o nosso Presidente Nacional que a intenção dos nossos coordenadores políticos, das Lideranças do Governo junto ao Congresso Nacional é no sentido de observar-se o calendário previsto, para que o Brasil não sofra solução de continuidade nas alterações que nós necessitamos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos dezessete minutos são destinados ao PMDB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Deputados do PMDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos nove minutos são destinados ao PT.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Deputados do PT.

(Pausa)

Na ausência de Deputados do PT, os próximos seis minutos são destinados ao PDT.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Deputados do PDT.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PDT que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Comunicamos a justificativa de ausência dos Deputados Ivo Konell e Jorginho Mello.

É visível a falta de quórum. Portanto, dispensamos a chamada dos senhores Deputados.

A Presidência comunica que:

A Comissão de Fiscalização e

Controle apresentou parecer pelo arquivamento ao Ofício nº 012/98, de procedência da Sociedade de Assistência e Amparo aos Tuberculosos de Joinville, que encaminha cópia de documentos relativos ao exercício de 01.11.96 a 31.10.97;

A Comissão de Fiscalização e Controle apresentou parecer pelo arquivamento ao Ofício nº 019/98, de procedência do Centro de Estudos e Orientação da Família, que encaminha relatório e balancete de receitas e despesas relativas ao ano de 1997;

A Comissão de Fiscalização e Controle apresentou parecer pelo arquivamento ao Ofício nº 021/98, de procedência do Presidente do Tribunal de Contas do Estado, que encaminha relatório de atividades do Tribunal de Contas do Estado relativo ao quarto trimestre de 1997.

De acordo com o § 1º do art. 89 do Regimento Interno, esta Presidência dá conhecimento ao Plenário de que foram aprovadas nas Comissões Permanentes, e que não havendo recursos no prazo de duas sessões serão elaborados os respectivos autógrafos, as seguintes matérias:

Projeto de Lei nº 016/98, de autoria do Deputado Jorginho Mello, que declara de utilidade pública o Grupo de Estudos e Apoio à Adoção - Geaaf, com sede e foro na cidade e Comarca de Florianópolis.

Conta com parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Saúde e Meio Ambiente.

Projeto de Lei nº 029/98, de autoria do Deputado Pedro Bittencourt, que declara de utilidade pública o grupo folclórico Boi de Mamão, com sede e foro na cidade e comarca de Laguna.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Projeto de Lei nº 041/98, de autoria do Deputado Francisco Küster, que declara de utilidade pública o Clube de Caça e Pesca Independente - CCPI.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Projeto de Lei nº 401/97, de autoria do Deputado Gilson dos Santos, que declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Rio Matias, com sede na cidade de São Pedro de Alcântara e foro na Comarca de São José.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Não havendo quórum para deliberação, as matérias constantes na pauta ficam transferidas para a Ordem do Dia da próxima sessão.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado César Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos integrantes da Associação Beneficente Cristã - ABC - de Santa Catarina, cumprimentando-os e aos obreiros dessa entidade pela iniciativa de empreender a campanha de solidariedade e beneficência em favor da população carente do Nordeste brasileiro, atingida pela seca que assola a região.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares do senhor Alcides de Carli,

manifestando pesar pelo falecimento deste homem público que prestou relevantes serviços ao Município de Curitiba.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação política do Município.

A Presidência defere de plano.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o Deputado Reno Caramori, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu dizia há poucos dias que em cada início de semana nós voltamos a esta Casa com o cargueiro repleto de problemas, de reivindicações, e por várias vezes com o mesmo assunto sem solução.

Hoje eu vou me ater especificamente a uma indicação, que deverá dar entrada amanhã - e quero crer que o serviço parlamentar não teve condições de incluí-la na Ordem do Dia de hoje -, a ser encaminhada ao Governo do Estado, solicitando que determine, através da Secretaria dos Transportes e Obras, ao DER regional, que reveja a grande necessidade da sinalização da rodovia que corta Canoinhas e liga Três Barras à BR-280.

As precárias condições de sinalização dessa estrada tornam o tráfego altamente perigoso, visto que principalmente à noite, e também agora, no inverno, há uma neblina permanente, e a pouca visibilidade tem sido responsável pelo alto índice de acidentes, inclusive com vítimas fatais.

Por ali circulam estudantes universitários e funcionários de uma grande empresa diuturnamente, e esse trecho é considerado urbano.

O assunto tem merecido inúmeras observações de Vereadores e Prefeitos da região Norte, e aqui destacamos o veemente apelo, feito por várias vezes na tribuna da Câmara de Vereadores de Três Barras, da Vereadora Mona Uba Dequêch Denk. Ela tem mostrado para as autoridades estaduais a necessidade de melhorar a sinalização, tanto vertical como horizontal, nesse trecho.

Neste final de semana passei por lá às 19h, estava chovendo, e observei que realmente a sinalização é precária.

Até para ilustrar um pouco, quero dizer que nesse trecho fui multado. À minha frente seguia um automóvel da Polícia Rodoviária Estadual numa velocidade de 40km/h, e por minha determinação o motorista fez a ultrapassagem, mas não viu que havia faixa amarela, a semicontínua, que não permitia a ultrapassagem. Fui multado e o polícia dizia que estava exercendo suas funções. Não houve dúvida, assinei a multa e tanto eu quanto o motorista reconhecemos que não havia condições de ultrapassagem.

Justifico isso pela deficiência da sinalização. É uma rodovia com muito barro, porque veículos entram nela vindos de estradas de chão. Além disso, suas faixas de limite estão bastante apagadas, dificultando visivelmente a sinalização durante a noite, principalmente em dias chuvosos e com neblina, o que é frequente nesse período.

Reforço aqui, portanto, os pedidos já feitos algumas vezes ao DER regional de Canoinhas pela Vereadora Mona, que tem lutado muito por melhores condições de sinalização naquela rodovia.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Cumprimento V.Exa. pela sua manifestação, na qual revela uma preocupação sobre o comportamento da Polícia Rodoviária Estadual com relação aos usuários das rodovias estaduais. Mas precisamos levar em conta, sem entrar no mérito da sua manifestação, que no caso específico envolveu a placa do seu veículo na questão da ultrapassagem, que realmente a missão do policial militar na rodovia é extremamente difícil.

Ele tem que administrar rodovias com muitas deficiências na conservação, na sinalização, mas tem que preservar uma coisa que é essencial: a segurança dos usuários. Não queremos dizer com isso que não haja o policial que também ultrapassa um pouco do limite da ação serena, adequada, mas no geral nós temos que registrar o nosso respeito pelo trabalho do policial rodoviário.

E agora tem mais um problema que acaba depondo contra a atividade do policial rodoviário, que é o rigor do novo código brasileiro de trânsito. A legislação hoje transfere para o policial uma

responsabilidade que não é dele mas, sim, da própria legislação. O policial não pode decidir de acordo com a vontade dele, precisa efetivamente estar integrado dentro daquelas normas que regem a atividade da Polícia Rodoviária Estadual, a qual estamos nos reportando especificamente.

Deputado, é importante registrar essa preocupação, para que se tolha os abusos, os exageros. No geral, precisamos ter bastante serenidade. O Código de Trânsito é extremamente rigoroso e não compete ao policial minimizar as suas ações, já que não foi ele quem legislou neste particular.

Quero dizer que sou solidário com V.Exa. na busca de soluções para que os exageros sejam tolhidos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu agradeço o seu aparte, Deputado Jaime Mantelli.

O Sr. Deputado Olices Santini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Olices Santini - Deputado, embora estivesse prestando atenção ao seu pronunciamento, não entendi uma colocação. Em que período do dia V.Exa. foi multado?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Foi em torno de 19h, ao escurecer.

Era esta a manifestação que queríamos fazer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados em Explicação Pessoal.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, daremos ciência da pauta da Ordem do Dia da sessão de amanhã: Requerimento nº 282/98, de autoria do Deputado João Henrique Blasi, solicitando a realização de uma sessão solene para homenagear Dom Evaristo Arns; e discussão e votação do Projeto de Lei nº 001/98.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Esta encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 399/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

COLOCAR À DISPOSIÇÃO, até 31 de outubro de 1998, do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - TRE, o servidor VERGÍLIO PONCIANO, matrícula 1002, ocupante do cargo de Motorista, código PL/ATM-9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com ônus para este Poder, assegurando-lhe os direitos e vantagens de seus vencimentos, conforme dispõe o art. 9º da Lei nº 6.999, de 07/06/1982, a partir de 20/05/98.

Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Francisco Küster - Presidente, em exercício
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 400/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, SILVANA HELENA GRANEMANN, matrícula nº 2956, do cargo de Auxiliar de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 11/05/98 (Deputado Carlito Merss).

Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 401/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR, ROGÉRIO SANTOS DA COSTA, para exercer, em comissão, o cargo de Auxiliar de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 11/05/98 (Deputado Carlito Meres).

Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 402/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR, de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 072/95, CELSO CELITO CIVA, matrícula nº 3151, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e CONCEDER-LHE, de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 040/92 c/c a redação dada pelo Parágrafo Único da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97, a Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 20% (vinte por cento) a partir de 19/05/98 (Deputado Pedro Ucaí).

Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 403/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, LUCIANO JOÃO DA SILVA, matrícula nº 3037, do cargo de Assistente Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 862, de 26/05/97, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 30% (trinta por cento), a partir de 15/05/98 (Deputado Jaime Mantelli).

Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 404/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR, de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 072/95, CARLOS EDUARDO GALIZIO, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e CONCEDER-LHE, de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 040/92 c/c a redação dada pelo Parágrafo Único da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97, a Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento) a partir de 18/05/98 (Deputado Jaime Mantelli).

Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 405/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR, EVORY PEDRO CÂMARA SCHMITT, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, símbolo PL/3-CC, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/98 (Deputado Jaime Mantelli).

Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 406/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 0865, de 26/05/97, que concedeu Gratificação de Atividade Parlamentar, a MARILDE BUNN FARIAS, matrícula nº 2791, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 20/05/98 (Deputado Jaime Mantelli).

Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 407/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 1390, de 13/10/97, que concedeu Gratificação de Atividade Parlamentar, a FREDOLINO BECKER, matrícula nº 0427, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 20/05/98 (Deputado Jaime Mantelli).

Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 408/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 40/92, c/c a redação dada pelo parágrafo único da Resolução DP nº 023, de 06/05/97,

CONCEDER Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a EVORY PEDRO CÂMARA SCHMITT, a partir de 20/05/98 (Deputado Jaime Mantelli).

Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 409/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 40/92, c/c a redação dada pelo parágrafo único da Resolução DP nº 023, de 06/05/97,

CONCEDER Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a MARILDE BUNN FARIAS, matrícula nº 2791, a partir de 20/05/98 (Deputado Jaime Mantelli).

Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 410/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 40/92, c/c a redação dada pelo parágrafo único da Resolução DP nº 023, de 06/05/97,

CONCEDER Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a FREDOLINO BECKER, matrícula nº 0427, a partir de 20/05/98 (Deputado Jaime Mantelli).

Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 411/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 863, de 26/05/97, que concedeu Gratificação de Atividade Parlamentar, a JOSÉ ARGEMIRO F. R. DOS SANTOS, matrícula nº 3004, no percentual de 30% (trinta por cento), a partir de 02/02/98 (Liderança do PDT).
Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 412/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 0381, de 01/02/95, que concedeu Gratificação de Atividade Parlamentar, a CARLOS ALBERTO DE SOUZA, matrícula nº 2186, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 04/05/98 (Deputado Wilson Wan-Dall).
Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Francisco Küster - Presidente, em exercício
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 413/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 1388, de 16/11/94, que concedeu Gratificação de Atividade Administrativa e Financeira, a VERA LÚCIA PACHECO NIENKOTTER, matrícula nº 0658, a partir de 04/05/98 (Divisão de Processamento e Sistema de Pessoal).
Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Francisco Küster - Presidente, em exercício
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 414/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 0785, de 15/05/97, que concedeu Gratificação de Atividade Parlamentar, a MIGUEL DONIZETE BABY, matrícula nº 2021, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 04/05/98 (Deputado Wilson Wan-Dall).
Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Francisco Küster - Presidente, em exercício
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 415/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 0655, de 06/08/96, que concedeu Gratificação de Atividade Administrativa e Financeira, a NELSON HENRIQUE MOREIRA, matrícula nº 1001, a partir de 04/05/98 (Divisão de Processamento e Sistema de Pessoal).
Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Francisco Küster - Presidente, em exercício
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 416/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, IDA JOANA VENDRUSCOLO, matrícula nº

3175, do cargo de Assistente Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 137, de 02/03/98, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 18/05/98 (Deputado Pedro Uczai).
Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 417/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 430, de 01/02/95, que concedeu Gratificação de Atividade Parlamentar, a DEJANE LUIZA BORTOLI, matrícula nº 1092, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 04/05/98 (Deputado Carlitto Merss).
Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 418/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 40/92, c/c a redação dada pelo parágrafo único da Resolução DP nº 023, de 06/05/97,

CONCEDER Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 20% (vinte por cento), a CLAUDINEI DO NASCIMENTO, matrícula nº 3033, a partir de 04/05/98 (Deputado Carlitto Merss).
Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

RESOLUÇÃO Nº 419/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a ALFREDO ERNESTO FURMANN, matrícula nº 0241, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 23/04/98.

RESOLUÇÃO Nº 420/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação Tratamento de Saúde) a GERALDO LUIZ FRANCISCO JÚNIOR, matrícula nº 1086, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 28/04/98.

RESOLUÇÃO Nº 421/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 63, item I e 63, parágrafo único parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a JOSÉ MACHADO FILHO, matrícula nº 0923, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa), a partir de 04/05/98.
Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

RESOLUÇÃO Nº 422/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a MARILETE LOPES BARZAN, matrícula nº 1246, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 20 (vinte) dias, a partir de 03/05/98.

RESOLUÇÃO Nº 423/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Doença Familiar) a BERNADETE CARLESSI, matrícula nº 1558, ocupante do cargo de Engenheiro, código PL/ATS-12-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia

Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 11/05/98.

RESOLUÇÃO Nº 424/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a LÉA COUTO DE OLIVEIRA, matrícula nº 0358, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-8-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez), a partir de 11/05/98.

Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 425/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, LAURI TOMAZONI, matrícula nº 3170, do cargo de Licitações, código PL/DASU-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 22/05/98 (Coordenadoria de Licitações).

Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 426/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, JOSÉ CARLOS FERNANDES LEITE, matrícula nº 2984, do cargo de Executivo de Gabinete, código PL/DASU-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 22/05/98 (Gabinete da Presidência).

Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 427/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR LAURI TOMAZONI, matrícula nº 3170, para exercer, em comissão, o cargo de Executivo de Gabinete, código PL/DASU-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 22/05/98 (Gabinete da Presidência).

Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 428/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR JOSÉ CARLOS FERNANDES LEITE, matrícula nº 2984, para exercer, em comissão, o cargo de Coordenador da Comissão de Licitações, código PL/DASU-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 22/05/98 (Coordenadoria de Licitações).

Palácio Barriga-Verde, em 22/05/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do artigo 40, inciso IV, letra "c", da Constituição do Estado e artigo 115, inciso IX, do Regimento Interno e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.094/98

Autoriza licença ao Governador do Estado para ausentar-se do País.

Art. 1º Fica autorizada licença ao Governador do Estado para ausentar-se do País entre os dias 22 de maio e 02 de junho do corrente ano, para participar em Paris, a convite do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Conselho Nacional da Pecuária de Corte - CNPC, da 66ª Sessão Geral da Organização Internacional de Epizootias - OIE, e, posteriormente, visitar a Empresa Microsoft, sediada na cidade de Seattle, Estados Unidos da América, intensificando assinar termo de cooperação e angariar novas tecnologias para a área de informática e automação do Estado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 21 de maio de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário
Deputado Gervásio Maciel - 2º Secretário

*** X X X ***

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do artigo 40, inciso IV, letra "c", da Constituição do Estado e artigo 115, inciso IX, do Regimento Interno e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.095/98

Autoriza licença ao Vice-Governador do Estado para ausentar-se do País.

Art. 1º Fica autorizada licença ao Vice-Governador do

Estado para ausentar-se do País entre os dias 21 de maio e 03 de junho do corrente ano, para tratar de assuntos de interesse do MERCOSUL, em Buenos Aires, Argentina e, posteriormente ao Chile, em caráter particular.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 21 de maio de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário
Deputado Gervásio Maciel - 2º Secretário

*** X X X ***

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3482/98

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse Colendo Poder Legislativo que decidi vetar integralmente o projeto de lei que "Dispõe sobre a proibição de formalização de contratos pelo Poder Executivo, Empresas Públicas e de Economia Mista com as cláusulas que menciona", por ser inconstitucional.

Os pareceres da Secretaria de Estado da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado, os quais acato integralmente e permito-me incluir como partes integrantes desta mensagem, fornecem os elementos justificadores do veto.

Palácio Santa Catarina, 15 de maio de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 19/05/98

.....
Dispõe sobre a proibição de formalização de contratos pelo Poder Executivo, Empresas Públicas e de Economia Mista com as

cláusulas que menciona.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Decreta:

Art. 1º É vedado ao Poder Executivo, às empresas públicas e de economia mista cujo controle acionário pertença ao Estado de Santa Catarina, assinarem contratos ou outros instrumentos legais congêneres que em suas cláusulas conste a transferência do controle técnico, administrativo ou de gestão compartilhada, das mesmas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 23 de abril de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

Florianópolis, 04 de maio de 1998.

OFÍCIO/SEF/GABS/Nº 0201/98

Ao Excelentíssimo Senhor

Ademar Frederico Duwe

Secretário de Estado da Casa Civil

Nesta

Senhor Secretário,

Em atenção ao seu Ofício Nº 1715/CC-DIAL, que solicita exame sobre o Projeto de Lei que dispõe sobre a proibição de formalização de contratos pelo Poder Executivo, Empresas Públicas e de Economia Mista com as cláusulas que menciona, encaminhamos parecer técnico desta Secretaria que demonstra a inconstitucionalidade do respectivo Projeto de Lei, ao qual sugerimos seja utilizado o recurso do veto total.

Atenciosamente,

Marco Aurélio de Andrade Dutra

Secretário de Estado

GABINETE DO SECRETÁRIO

Florianópolis, 05 de maio de 1998.

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda,

Projeto de Lei aprovado pela Assembléia Legislativa, de iniciativa parlamentar, que "Dispõe sobre a proibição de formalização de contratos pelo Poder Executivo, Empresas Públicas e de Economia Mista com as cláusulas que menciona."

- I - Inconstitucionalidade formal e material manifesta. Ofensa ao artigo 2º da Constituição Federal e ao artigo 50, parágrafo 2º, inciso VI, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 71, I.

- Veto total que se impõe.

O Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Casa Civil encaminhou a esta Secretaria, para exame e apresentação de parecer técnico a respeito, autógrafo de Projeto de Lei de iniciativa parlamentar aprovado pela Assembléia Legislativa.

Versa referido texto legal sobre a proibição ao Poder Executivo, empresas públicas e sociedades de economia mista, de formalizarem contratos ou outros instrumentos legais congêneres que, em suas cláusulas, conste a transferência do controle técnico, administrativo ou de gestão compartilhada.

É manifesta a inconstitucionalidade do projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa, cujo autógrafo foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para sanção ou veto.

A Constituição Federal, em seu artigo 2º, dispõe que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, são independentes e harmônicos entre si, o que significa que a invasão da competência privativa de um dos Poderes por outro, como caracterizada no caso do projeto em tela, implica em ofensa a preceito constitucional.

A expressão 'independente' significa, no magistério de Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins (Comentários à Constituição do Brasil, 1º Volume, Editora Saraiva, pág. 438), "**não subordinado, não sujeito. Significa que se trata de órgão que tem condições de conduzir os seus objetivos de forma autônoma.**"

Ou seja, os Poderes do Estado, no exercício de suas atribuições próprias, não estão subordinados a qualquer dos outros Poderes, sendo dever de todos e em especial dos homens públicos, o respeito ao Estado Democrático de Direito em que se constitui a República Federativa do Brasil (Constituição Federal, artigo 1º), que significa a subordinação, o acatamento e a defesa da Constituição e do sistema normativo vigente.

Ora, se a Constituição Federal, bem assim a Estadual,

outorga ao Chefe do Poder Executivo, competência privativa para a iniciativa de leis que disponham sobre a criação, **estruturação e atribuições** dos órgãos da administração pública (Constituição Federal, artigo 61, parágrafo 1º, "e", Constituição do Estado, artigo 50, parágrafo 2º, VI) e, se compete ao Governador do Estado administrar a Unidade Federativa, exercendo a "**direção superior da administração estadual**" (Constituição do Estado, artigo 71, I), não se pode deixar de reconhecer a inegável inconstitucionalidade formal e material do projeto de lei em comento.

É formalmente inconstitucional porque a competência para a iniciativa de leis que disponham sobre a administração pública, sua estruturação e atribuições, é privativa do Governador do Estado (Constituição Estadual, artigo 50, parágrafo 2º, VI), além de caber-lhe, também privativamente, exercer a direção superior da administração pública estadual (Constituição do Estado, artigo 71, I), razão pela qual não pode o Poder Legislativo, **sponte sua**, vedar ao Poder Executivo, às empresas públicas ou sociedades de economia mista o regular exercício da administração da coisa pública, sob pena de, em o fazendo, como no caso do projeto de lei em comento, ofender o princípio/norma constitucional da independência dos Poderes.

É materialmente inconstitucional porque o conteúdo do projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa agride violentamente a Constituição, sendo o antagonismo insuperável, haja vista que dispõe sobre matéria - administração pública - constitucionalmente assegurada ao Poder Executivo.

Ao assegurar ao Chefe do Poder Executivo, privativamente, a competência para exercer a direção superior da administração pública, a Constituição automaticamente vedou a qualquer outro dos Poderes do Estado competência para adentrar nessa área, configurando-se, por conseguinte, a inconstitucionalidade material do projeto de lei por tratar de matéria a respeito da qual é vedado ao Poder Legislativo adentrar sem a iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Assim, não é admissível no Direito Constitucional Brasileiro possa o Poder Legislativo, por iniciativa própria, 'vedar' o Poder Executivo do legítimo direito de administrar a coisa pública, sob o comando do Chefe do Poder Executivo.

Manoel Gonçalves Ferreira Filho (Comentários à Constituição Brasileira de 1998, Editora Saraiva, Volume 2, 1992, pág. 152), ao comentar o dispositivo constitucional que atribui ao Chefe do Poder Executivo a competência privativa para o exercício da direção superior da administração pública, leciona que "**Direção superior significa orientação política. Abrange a fixação do indrizzo generale di governo, a fixação de metas, a afetação de recursos, a escolha de caminhos e procedimentos.**"

José Cretella Júnior, por sua vez, ao comentar o dispositivo constitucional (Comentários à Constituição de 1988, Forense Universitária, Tomo V, pág. 2883), refere-se ao comentário de Manoel Gonçalves Ferreira Filho, esclarecendo que "**Em primeiro lugar, direção superior não é orientação política, tão-só, mas, e principalmente, administrativa, econômica e financeira, tanto que o próprio professor Ferreira Filho inclui, na abrangência dessa expressão, a fixação de metas, a escolha de caminhos e procedimentos.**"

Face ao exposto, não resta outra alternativa que não o veto do projeto de lei em exame, pois, consoante o magistério de José Cretella Júnior (Comentários à Constituição, Tomo V, Forense Universitária, pág. 2901), o veto, além de proteger a ordem jurídica vigente, protege, também, "**o Executivo contra as invasões de sua competência e contra as medidas hostis, inconstitucionais, deficientes ou nocivas do Congresso. Reprime o grande mal dos governos livres, que é o excesso, a inconstância, a mobilidade da legislação.**"

Configurada, caracterizada e demonstrada a inconstitucionalidade do projeto de lei cujo autógrafo foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, cumpre sugerir seja utilizado o recurso do veto total.

Este o parecer que submeto à consideração de Vossa Excelência.

Sérgio Luís Mar Pinto

Procurador do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PARECER 033/98

PPGE: 1020/986

ORIGEM: SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

ASSUNTO: Projeto de Lei que dispõe sobre proibição de formalização de contratos pelo Poder Executivo, Empresas Públicas e de Economia Mista com cláusulas que menciona.

EMENTA: Projeto de Lei que dispõe sobre proibição de formalização de contratos pelo Poder Executivo, Empresas Públicas e de Economia Mista com cláusulas em que conste a transferência do controle técnico, administrativo ou de gestão compartilhada. Violação ao artigo 173, § 1º e ao artigo 2º da Constituição Federal

Senhor Procurador Geral

O Excelentíssimo Senhor Secretário da Casa Civil encaminha para análise autógrafa, de origem parlamentar que "dispõe sobre proibição de formalização de contratos pelo Poder Executivo, Empresas Públicas e de Economia Mista com cláusulas em que conste a transferência do controle técnico, administrativo ou de gestão compartilhada."

Conforme já foi matéria de análise lançada no parecer nº 090/97 desta Casa, a Constituição, em seu artigo 173, § 1º, estabelece que as empresas públicas e as sociedades de economia mista "sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas".

A imposição constitucional decorre da necessidade da flexibilidade das ações das referidas empresas, que devem competir no mercado.

Assim, para possibilitar ao Poder Executivo a ampla direção dos interesses das empresas, o Supremo Tribunal Federal tem admitido que pode o Executivo, independentemente de previsão legislativa alienar ações das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista, desde que mantido o controle acionário.

O Supremo Tribunal Federal, analisando o artigo 69, "caput", da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, na ADIN nº 2341/600-RJ, declarou-o parcialmente inconstitucional por agredir "a flexibilidade privatística, que se quer emprestar à sociedade de economia mista" (cf. Sepúlveda), nos termos do § 1º do art. 173 da Carta Federal (RT 725/116):

Este o teor do art. 69, "caput", da Constituição do Rio de Janeiro:

"Art. 69. As ações de sociedade de economia mista pertencentes ao Estado não poderão ser alienadas a qualquer título, sem expressa autorização legislativa"

O Supremo Tribunal Federal, sobre o dispositivo, assim se pronunciou, em emenda do Acórdão:

"O art. 69, 'caput', da Constituição fluminense, ao exigir autorização legislativa para a alienação de ações das sociedades de economia mista, é constitucional, desde que se lhe confira interpretação conforme a qual não poderão ser alienadas, sem autorização legislativa, as ações de sociedades de economia mista que importem, para o Estado, a perda do controle do poder acionário. Isto significa que a autorização, por via de lei, há de ocorrer quando a alienação das ações implique transferência pelo Estado, de direitos que lhe assegurem preponderância nas deliberações sociais. A referida alienação de ações deve ser, no caso, compreendida na perspectiva do controle acionário da sociedade de economia mista, pois é tal posição que garante à pessoa administrativa a preponderância nas deliberações sociais e marca a natureza da entidade"

Na parte decisória, assim consta da decisão:

"... declarar parcialmente inconstitucional o art. 69, 'caput', da mesma Constituição, quanto a todas as interpretações que não sejam a de considerar exigível a autorização legislativa somente quando a alienação das ações do Estado em sociedade de economia mista implique a perda de seu controle acionário"

Ora, é certo que o controle técnico e administrativo da empresa pública e da sociedade de economia mista está entregue aos administradores da sociedade, eleitos em Assembléia Geral, nos termos do artigo 132, III e 140 da Lei Federal nº 6.404/76, que regula as Sociedades Anônimas.

Sendo o Estado detentor do controle acionário, é certo que a ele compete votar e eleger os diretores.

Contudo, a complexidade dos negócios que envolvem o sistema empresarial moderno exige a flexibilização deste sistema em que somente o sócio majoritário participe da administração da Companhia. É certo que os sócios minoritários, pelo volume de capital que investem em uma empresa, têm interesse na

participação na administração das empresas. Há que se evitar, sobretudo diante da nova ordem social emergente no Mundo Moderno, quando o Estado procura reduzir sua participação da vida econômica da sociedade, que a proporcionalidade entre o risco de capital assumido pelos acionistas e o exercício do poder na sociedade anônima desapareça.

A Lei nº 6.404/76, em seu "artigo 115 expressamente determina que o acionista deve exercer o direito de voto no interesse da companhia e o artigo 118 estabelece que os acordos de acionistas não poderão ser invocados para eximir o acionista do exercício do direito de voto, tal qual definido no artigo 115, ou seja, no interesse da sociedade" (Modesto Carvalhosa, Acordo de Acionistas, p. 112)

Ora, a própria Lei das S/A dita que é o acionista majoritário que exerce o voto na eleição dos administradores, mesmo na hipótese de acordo de acionistas, neste caso, o voto é pronunciado no interesse da sociedade.

Assim, como se vê, não mitiga este tipo de contrato o exercício do controle acionário da empresa pública ou da sociedade de economia mista, na medida em que é o próprio Estado que exerce o direito de voto.

"O voto manifestado, em consonância com acordo de acionistas, que contraria ou desconsidera negócios ou fatos iminentes à companhia, no momento da respectiva deliberação, é abusivo exatamente por não ser exercido conforme a sua finalidade, cerceando a realização de interesses legítimos, no plano patrimonial, no plano patrimonial dos sócios ou da sociedade, independentemente, portanto, da intenção dos contratantes de causar dano ou mesmo de obter vantagem pessoal" (ob. cit, p.115).

Ora, a eleição de administradores e sua destituição, desde que seja contrária aos interesses patrimoniais da sociedade anônima é abusiva e, independentemente de lei Estadual estaria comprometida sua validade.

Não havendo este vício, o voto é válido já que exercido nos estritos limites do artigo 173, § 1º da Carta da República e da Lei 6.404/76.

O Poder Legislativo, uma vez que com o projeto de lei em análise mitiga o direito do acionista de contratar sobre a administração das S/A, direito conferido pela Constituição e pela Lei, afronta os dispositivos referidos anteriormente.

Ademais, sendo da competência do Poder Executivo a direção superior da administração estadual (Constituição do Estado, artigo 71, I) qualquer ingerência Poder Legislativo nesta atividade típica do outro Poder, implica violação ao Princípio da Independência dos Poderes do Estado, insculpido no artigo 2º da Lei Maior.

Assim, concluo pela inconstitucionalidade do autógrafa encaminhado para análise.

Este o entendimento que submeto a Vossa Excelência.

Florianópolis, 13 de maio de 1.998.

ADRIANA GONÇALVES CRAVINHOS

Procuradora do Estado

GABINETE DO PROCURADOR GERAL

PROCESSO PPGE 1020/986

INTERESSADO: CASA CIVIL

ASSUNTO: ANÁLISE DE AUTÓGRAFO

ORIGEM: PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

VISTO.

PGE, 13 de maio de 1998.

MANOEL CORDEIRO JUNIOR

Procurador-Geral Adjunto

DESPACHO

Acolho a manifestação exarada pela Procuradoria do Estado Dra. Adriana Gonçalves Cravinhos.

Encaminhe-se o presente feito à Secretaria da Casa Civil.

PGE, 13 de maio de 1998.

GENIR JOSÉ DESTRI

Procurador-Geral do Estado

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3483/98

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse Colendo Poder Legislativo que decidi vetar integralmente o projeto de lei que "Dispõe

sobre o peso máximo tolerável do material escolar transportado diariamente por alunos do Pré-Escolar e 1º Grau da Rede Escolar Pública e Privada do Estado de Santa Catarina", por ser inconstitucional e contrário ao interesse público.

O parecer da Procuradoria Geral do Estado, que acato integralmente e permito-me incluir como parte integrante desta mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Palácio Santa Catarina, 15 de maio de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 19/05/98

.....
Dispõe sobre o peso máximo tolerável do material escolar transportado diariamente por alunos do Pré-Escolar e 1º Grau da Rede Escolar Pública e Privada do Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Decreta:

Art. 1º O peso máximo total do material escolar transportado diariamente por alunos do pré-escolar e 1º grau em mochilas, pastas e similares não poderá ultrapassar:

I - 5% do peso da criança do pré-escolar;

II - 10% do peso do aluno do 1º grau.

Art. 2º Caberá à escola, através de seus coordenadores, a definição do material escolar a ser transportado diariamente.

Art. 3º O material que exceder o peso máximo permitido deverá ficar guardado em armários fechados individuais ou coletivos.

§ 1º No caso dos armários coletivos será designado pela escola um responsável pela abertura do mesmo no início das aulas, e seu fechamento ao final das mesmas.

§ 2º Não poderá ser feito nenhum tipo de cobrança pela guarda do material.

Art. 4º O desrespeito aos limites de peso previsto nesta Lei implicará na atribuição das seguintes penalidades à escola transgressora:

I - advertência;

II - multa de 40 UFIR's por aluno com excesso de material escolar.

Parágrafo único. No caso dos estabelecimentos públicos de ensino, a multa poderá ser substituída por punição ao coordenador responsável e à direção da escola nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Civis.

Art. 5º É obrigatória a afixação das normas contidas nesta Lei em local visível aos alunos, pais e docentes.

Art. 6º A execução da presente Lei fica a cargo da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 23 de abril de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PARECER 032/98

PPGE: 1021/982

ORIGEM: SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

ASSUNTO: Projeto de Lei que dispõe sobre peso máximo do material escolar transportado diariamente por alunos do Pré-Escolar e 1º Grau da Rede Pública e Privada.

EMENTA: LIMITE DE PESO PARA TRANSPORTE DE MATERIAL ESCOLAR POR ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º GRAU DA REDE PÚBLICA E DA REDE PRIVADA - COMPETÊNCIA DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA - PROJETO DE LEI QUE ENTRA EM VIGOR NO ATO DA PUBLICAÇÃO - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - NECESSIDADE DE PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO DAS NORMAS EM DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 167, I DA C.F. - PROJETO DE LEI QUE CRIA DESPESA PÚBLICA SEM

PREVISÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 61, II "e" DA C.F. - COMPETÊNCIA DO GOVERNADOR DO ESTADO PARA INICIATIVA DE LEIS QUE ESTABELEÇAM ATRIBUIÇÕES ÀS SECRETARIAS DE ESTADO - VETO TOTAL QUE SE IMPÕE.

Senhor Procurador Geral

O Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Casa Civil encaminhou a esta Procuradoria Geral, para análise e parecer, o autógrafo de origem parlamentar, aprovado pela Assembléia Legislativa, que dispõe sobre "o peso máximo tolerável do material escolar transportado diariamente por alunos do Pré-Escolar e 1º Grau da Rede Escolar Pública e Privada.

Analizando-se o projeto de lei em questão constata-se que versa sobre matéria de saúde pública, uma vez que visa a defesa da saúde dos estudantes, sempre submetidos ao transporte de material escolar com peso, às vezes, superior ao que poderia suportar. O transporte excessivo de material escolar, não há dúvidas, tem causado problemas de coluna em crianças que, com o passar dos anos, sentirão efeitos até mesmo na idade adulta.

Contudo, é certo que a quantidade de material a ser transportado pelo aluno está estritamente ligada à definição do currículo e do material escolar. Tal definição opera-se no início do ano letivo, quando os pais, submetendo-se às determinações das escolas, adquirem todo o material a ser utilizado.

O artigo 7º do projeto de lei determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ora, o material a ser transportado durante o ano letivo já foi definido pelas escolas e os pais já providenciaram sua aquisição. A esta altura do ano letivo qualquer alteração do currículo ou do material escolar adotado pela escola irá perturbar todo o processo de educação. Ademais, poderá implicar na abrupta substituição do material escolar anteriormente adotado e adquirido pelos pais.

Sequer a norma insculpida no artigo 3º do projeto ameniza o problema.

A norma prevê que "o material que exceder o peso máximo permitido deverá ficar guardado em armários fechados individuais e coletivos"

Ora, as escolas deverão dispor de espaço físico para a instalação destes armários. A ocupação de espaço poderá significar redução do espaço físico para outras atividades. Isto deverá implicar redução de vagas, sobretudo em escolas que trabalham em vários turnos e possuem número considerável de alunos.

Ainda há que se observar que as escolas deverão providenciar a instalação destes armários. Esta instalação implica custos e, portanto, planejamento e tempo para instalação. No caso de órgãos públicos, deverá ser instaurado processo licitatório, ainda mais demorado.

Ainda que seja da competência do Estado legislar, concorrentemente com a União, sobre proteção e defesa da saúde (art. 24, XII da Constituição Federal) e sobre educação (art. 24, IX) há que se atentar, no momento da elaboração da lei, para os efeitos que, de imediato, sua edição pode acarretar.

No caso em exame, embora a normatização matéria seja possível e recomendável, a entrada em vigor da lei no tempo de sua publicação implicará efeitos danosos à sociedade. Efeitos que podem ser evitados se concedido prazo razoável para a sociedade acomodar-se às novas regras.

Afora as questões de interesse público aduzidas anteriormente, há que se observar que a norma do artigo 3º, já mencionado, aumentará a despesa pública: o Estado ficará obrigado à aquisição de armários para todas as escolas

públicas estaduais. A despesa orçamentária prevista para a Secretaria de Estado da Educação, no presente exercício, não levou em consideração este volume de despesa. Desta feita, verbas destinadas a outros programas, previstos na proposta de lei orçamentária encaminhada à Assembléia Legislativa podem ficar comprometidas, na medida em que é necessária a criação de crédito suplementar, hábil a suportar este volume de despesa. Entendo, por esta razão, violado o artigo 167, I da Carta da República.

Finalmente, o projeto em exame dita que a execução da lei "fica a cargo da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto".

Não há dúvida que a norma cria atribuição àquela Secretaria de Estado que, por força da Lei Estadual nº 9.831/95 tem atividades vinculadas à educação e desporto, não à fiscalização do cumprimento de normas de saúde pública.

Compete ao Chefe do Poder Executivo, por imposição expressa no artigo 61, II, "e" da Constituição Federal, a iniciativa de lei que defina atribuição dos Ministérios e, ao nível Estadual, das Secretarias. Assim, por violação ao dispositivo sou pelo veto do artigo 6º do projeto de lei.

Concluo, pois, que merece veto integral o autógrafo apresentado para exame por contrariedade ao interesse público e por violação aos artigos 167, I e 61, II, "e" da Carta da República.

Estas as considerações que submeto a Vossa Excelência.

Florianópolis, 12 de maio de 1998.

ADRIANA GONÇALVES CRAVINHOS

Procuradora do Estado

GABINETE DO PROCURADOR GERAL

PROCESSO PPG 1021/982

INTERESSADO: CASA CIVIL

ASSUNTO: ANÁLISE DE AUTÓGRAFO

ORIGEM: PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

DESPACHO

Visto, acrescentando a forma lacônica da redação do art. 6º do Diploma, notadamente porque não define a amplitude do termo "execução". Não permite aferir-se se a execução refere-se a regulamentação, fiscalização ou mesmo a construção de tais equipamentos. Recomendo o veto integral.

PGE, 13 de maio de 1998.

MANOEL CORDEIRO JUNIOR

Procurador-Geral Adjunto

VISTO

Acolho as manifestações sobre o autógrafo em questão. Remeta-se à Secretaria de Estado da Casa Civil com a recomendação do veto integral.

PGE, 13 de maio de 1998.

GENIR JOSÉ DESTRI

Procurador-Geral do Estado

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3489/98

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Em estrita observância às determinações contidas nos artigos 40, inciso IV, alínea "c", e 70 da Constituição Estadual, solicito a essa Augusta Casa Legislativa a necessária licença para ausentar-me do País entre os dias 22 de maio a 2 de junho do corrente ano, para participar em Paris, a convite do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Conselho Nacional da Pecuária de Corte - CNPC da 66ª Sessão Geral da Organização Internacional de Epizootias - OIE, ocasião em que o Estado de Santa Catarina terá o reconhecimento internacional como zona livre de febre aftosa. Posteriormente, visitarei a Microsoft, empresa americana sediada na cidade de Seattle,

intencionando assinar termo de cooperação e angariar novas tecnologias para a área da informática e automação do Estado.

Devo esclarecer que da autorização pretendo usufruir o menor tempo possível.

Palácio Santa Catarina, 18 de maio de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 19/05/98

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3490/98

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Ao tempo em que comunico a Vossas Excelências, nos termos do Decreto Legislativo nº 16.699, de 1996, prorrogado pelo Decreto Legislativo nº 18.078, de 1998, a viagem do Vice Governador à capital Argentina para tratar de assuntos de interesse do Mercosul, solicito a essa Casa Legislativa, em estrita observância aos artigos 40, IV, "b" e "c", 70 da Constituição Estadual, a necessária licença para que ele possa também ausentar-se do País, em caráter particular, com destino ao Chile.

Para tanto, informo que o período de afastamento deverá ocorrer entre os dias 21 de maio e 3 de junho do corrente ano, e esclareço que da autorização será usufruído o menor tempo possível.

Palácio Santa Catarina, 18 de maio de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 19/05/98

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3495/98

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Tenho a honra de submeter à deliberação de Vossas Excelências, nos termos dos artigos 73, § 2º e 75 da Constituição Federal, e tendo presente a situação jurídica vigente decorrente de decisão judicial, a indicação que faço do senhor Nelson Wedekin para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Minha escolha pelo indicado se deve não só a sua proeminente capacidade, mas sobretudo pelo desempenho exitoso dos relevantes cargos ocupados, mormente os de Senador da República, Deputado Federal, Diretor-Presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e Secretário de Estado da Fazenda, o que lhe assegura a inegável condição de personalidade de grande expressão na vida pública e política de Santa Catarina.

Acompanha esta mensagem o *curriculum vitae* do indicado.

Palácio Santa Catarina, 19 de maio de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 20/05/98

CURRICULUM VITAE

I - DADOS PESSOAIS

Nome: NELSON WEDEKIN

Pai: João Baptista Wedekin

Mãe: Bernardina Lemos Wedekin

Esposa: Arlete Teresinha Liberali Wedekin

Filhos: Luana Maribele Wedekin

Nara Micaela Wedekin

Leonardo Liberali Wedekin

Data de Nascimento: 1º de outubro de 1944
 Lugar de Nascimento: Mondai - SC
 Endereço Residencial: Rua João Paulo, 2613
 Saco Grande
 Florianópolis - SC
 CEP: 88030-300
 Endereço Comercial: Rua José da Costa Moellmann, 193
 Centro
 Florianópolis - SC
 CEP: 88020-170
 Fone: (048) 221.3131
 CPF: 384.144.498-91
 C.I.: R.G. 99.596-7/SSP-SC
 OAB/SC: 2.909-B
 Título Eleitoral: 53434209/90
 Zona 013
 Seção 016
 Florianópolis - SC

II - ESCOLARIDADE

Primário: Grupo Escolar Roberto Trompowski
 Joaçaba - SC
 Ginásial: Ginásio Marista Frei Rogério
 Joaçaba - SC
 Colegial: Colégio Coração de Jesus
 Florianópolis - SC

Curso Superior:

1º - Faculdade de Direito, cursou os quatro primeiros anos na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina e a concluiu em São Paulo, na Faculdade de Direito "Braz Cunha", de Mogi das Cruzes.

2º - Faculdade de Comunicação, cursou e concluiu a Faculdade de Jornalismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

III - VIDA PROFISSIONAL

1958/1965 - Banco Agrícola Mercantil S.A.
 Iniciou como "office-boy", aos 14 anos em Joaçaba e desligou-se do Banco em 1965 como Assistente da Gerência, na Filial de Florianópolis - SC.
 1965/1966 - COMASA - Construtora Comercial e industrial S.A.
 Gerente Administrativo em Florianópolis e Gerente na filial de Joaçaba - SC.
 1966/1967 - DIVEI - Distribuidora de Veículos Ltda.
 Gerente Administrativo em Joaçaba - SC
 1968/1970 - Na condição de solicitador acadêmico, atuou em advocacia trabalhista em Joaçaba, Concórdia e Capinzal, em Santa Catarina.

PORTARIA CGP

PORTARIA CGP Nº 006/98

O CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições e cumprindo determinação do Senhor Presidente,

RESOLVE:

EVENTO	DIA	HORA	LOCAL	FUNCIONÁRIO	MAT.
Convenção Estadual do PMDB	02/05/98	08 às 19h	auditório	Luiz Roberto Silveira	1292
Convenção Estadual do PMDB	02/05/98	08 às 19h	auditório e plenário	Edson José de Souza Solon Soares	1457 2127
Convenção Estadual do PT	16/05/98	08 às 20h	auditório	Luiz Roberto Silveira	1292
Convenção Estadual do PT	16/05/98	08 às 20h	plenário	Vicente Cravo Di Pietro Elias Bruno Steinbach	1274 1622
Reunião do Deputado Neodi Saretta	17/05/98	08 às 18h	auditório	Luiz Roberto Silveira Edson José de Souza Solon Soares	1292 1457 2127
Encontro da JPMDB de Fpolis	23/05/98	09h às 18h 09h às 19h	auditório auditório	Luiz Roberto Silveira Edson José de Souza Solon Soares	1292 1457 2127
Convenção Estadual do PMDB	24/05/98	08h às 19h	plenário	Vicente Cravo Di Pietro Elias Bruno Steinbach	1274 1622

*** X X X ***

1970/1983 - Grupo APLUB (Previdência privada, seguros, sistema financeiro, etc).

Começou como Gerente Administrativo na agência APLUB de São Paulo. Em 1972 foi promovido a Superintendente Regional, com abrangência nos estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal. Em 1975 foi transferido, na mesma função de Superintendente, para o Rio de Janeiro - RJ, com abrangência nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Em 1976, por vontade própria, retornou a Santa Catarina, para ser diretor da Krescente - APLUB Corretora de Câmbio e Valores - e Gerente Regional da APLUB na Capital Florianópolis.

1976/1982 - Atuou como advogado nas Comarcas de São José, Palhoça Florianópolis e Curitiba.

1983/1986 - Exercício do mandato de Deputado Federal em Brasília - DF.

Foi vice-líder do PMDB, Membro da Comissão de Assuntos Sociais e membro da CPI do BNH - Delfin.

1987/1995 - Exercício do mandato de Senador da República em Brasília - DF.

Foi vice-líder de Mário Covas e Nelson Jobim na Assembleia Nacional Constituinte.

Foi vice-líder de Fernando Henrique e Ronan Tito no PMDB.

Membro das comissões do Senado: Relações Exteriores e segurança Nacional, Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos.

Foi Líder do PDT. Foi 4º Secretário da Mesa do Senado no biênio 1994/1995.

1995 - Diretor Presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE.

1996 - Diretor de Operações Especiais do BRDE.

Vice-presidente da Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento (ABDE).

1997 - Secretário Fazenda do Estado de Santa Catarina.

Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado de Santa Catarina - BESC.

Presidente do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina - BADESC.

1998 - Executivo do Gabinete do Governador do Estado de Santa Catarina.

*** X X X ***

Convocar os funcionários relacionados em anexo para prestarem serviços extraordinários nos eventos, dias e horários assinalados.

CIENTIFIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 04 de maio de 1998.

DACI VERONESE

Chefe de Gabinete da Presidência